

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - (DCH) -
CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS
PÚBLICAS, GESTÃO DO CONHECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PGDR)

MARIANA MACHADO DE OLIVEIRA SÁ

COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL
NO SEMIÁRIDO DA BAHIA: a voz e a vez do município de
Pintadas

SALVADOR
2010

MARIANA MACHADO DE OLIVEIRA SÁ

COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL
NO SEMIÁRIDO DA BAHIA: a voz e a vez do município de
Pintadas

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade do Estado da Bahia, como parte das exigências Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Angelo Martins da Fonseca

SALVADOR
2010

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB

Sá, Mariana Machado de Oliveira

Comunicação comunitária e participação social no semiárido da Bahia : a voz e a vez do município de Pintadas / Mariana Machado de Oliveira Sá . – Salvador, 2011.
120f.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Ângelo Martins da Fonseca.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Campus I. 2011.

Contém referências, apêndices e anexos.

1. Comunicação no desenvolvimento da comunidade - Aspectos sociais. 3. Participação social - Pintadas(BA). 4. Política pública. 5. Regiões áridas - Brasil. I. Fonseca, Ângelo Martins da. II. Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas.

CDD: 301.34

MARIANA MACHADO DE OLIVEIRA SÁ

**COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL
NO SEMIÁRIDO DA BAHIA: a voz e a vez do município de Pintadas**

Dissertação apresentada à Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional – PGDR, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional.

Salvador (BA), 09 de dezembro de 2010.

Prof. Dr. Antonio Ângelo Martins da Fonseca (Orientador)
Universidade do Estado da Bahia - Salvador

Prof^a. Dr^a. Francisca de Paula Santos da Silva
Universidade do Estado da Bahia – Salvador (2^a interna)

Prof. Dr. Giovandro Marcus Ferreira
Universidade Federal da Bahia – Salvador (2^o externo)

Aos meus filhos Alice e Arthur,
E àquela que serei no futuro.

AGRADECIMENTOS

Peço licença para tomar três páginas deste trabalho para os agradecimentos. Nunca me agradou a realização de um trabalho sem reconhecimento justo aos envolvidos. Lá vai:

Numa tarde comum de trabalho, minha amiga, Milena França, me avisou sobre a seleção deste mestrado. Não acreditei que passaria pela seleção. Ela acreditou. Bárbara Costa e Conceição Ribeiro também acreditaram. Acreditaram e me fizeram acreditar, comemoraram comigo quando recebi a ligação que me avisou que tinha uma vaga para mim. Agradeço a estas três figuras por estarem ao meu lado neste momento.

Em outra tarde, comuniquei ao meu chefe Robinson Almeida sobre o mestrado. Eu lhe disse que era um passo importante para mim e que teria que entregar o cargo de coordenadora que exercia. Ele disse que não! Que eu seria capaz de acumular as tarefas do cargo e as tarefas do mestrado, sem prejuízo para nenhuma das partes, pelo menos por um tempo, e assim foi. Tive a oportunidade de viver grandes aprendizados e experiências. Pude descobrir mais sobre mim mesma. Agradeço a Robinson pelo papel fundamental que teve em minha vida profissional nestes últimos três anos, por ter me ajudado a encontrar em mim habilidades e competências que jamais sonhei ter.

Agradeço de coração e alma a Rosely Arantes por todas as discussões, por todos os ensinamentos, por todos os contrapontos e mais por toda a utopia e por todo o entusiasmo. Agradecer é pouco: ela esteve ao meu lado em cada uma das etapas desta pesquisa, nos momentos em que pensei em desistir era ela quem me dizia que desistir me custaria muito caro. Nos momentos de fragilidade, ela pegou a minha mão e foi comigo.

Agradeço a todos que conviveram comigo na Agecom, especialmente a Caroline Biscarde, pela inspiração libertária e pelas observações perspicazes, a Edmundo Filho, pelos contatos e pela voz perfeita dos meus entrevistados, a Deise Barbosa,

pelo cuidado diário, e a Leonardo Palma pelas distrações nos momentos de ócio criativo.

Agradeço às minhas avós Anatália Oliveira e Hélvea Machado pela formação sensível que tive. Agradeço às minhas primas Andréa Rios, Daniela Quintas, Juliana Dourado, Laila Dourado, Luciana Machado e ao meu primo Bruno Quintas por me considerarem irmã.

Agradeço a Samira Simon pelas muitas horas de vôos ao seu lado, pelas conversas, pelos momentos, por me dizer tantas vezes o quanto sou forte. Agradeço a Sonia Sanches pelos primeiros passos no meu caminho profissional. Agradeço a Esther e Haroldo Sá por serem aqueles com quem eu sempre podia contar para entreter meus filhos enquanto estudava. Agradeço a meus tios Alfonso Quintas, Isabel Quintas, José Antônio Machado, Alice Dourado (*in memoriam*) por cuidarem de mim e dos meus. Agradeço a Daniel Sá por dividir comigo a sua experiência e estratégia de trabalho.

Agradeço a minha mãe pela loucura que me faz buscar a sanidade em cada brecha de vida, por tentar achar o que tenho de melhor, cada vez que me deparo com o que há de pior em mim. Agradeço ao meu pai pelas grandes discussões políticas, pela visão pragmática, pela vida exemplar e por todo o cinismo que usa para esconder a enorme sensibilidade que tem em relação ao mundo e ao ser humano.

Agradeço aos meus filhos por se manterem calmos quando eu não podia lhes dar a atenção e a prioridade. Agradeço a Alice por agüentar minha impaciência sem magoar-se, por ser linda, esperta e carinhosa. Agradeço a Arthur pela sua inocência e pelo seu sorriso que sempre me arrancou do mal humor. Agradeço ao meu marido Pedro Sá pelo seu amor, pela companhia, pelo seu cuidado comigo, com a nossa casa e com os nossos filhos, nas manhãs, nas tardes e nas noites que precisei me trancar para estudar e escrever.

Numa tarde de sol, cheguei a Pintadas. Neste dia não me foi mostrado o seu lado mais duro, mais seco. O verde cobria os morros depois uma chuva rápida. A cidade linda e limpa me mostrou uma vida digna e próspera. Agradeço aos Pintadenses, ao povo e às lideranças que construíram um sonho e tornaram real o sonho de muitos, pela visão de um futuro mais justo. Agradeço à cidade pela beleza, pela energia e

pela utopia. Agradeço aos Pintadenses por terem provado que o trabalho coletivo, a força da comunidade, a união de talentos é o que basta para manter e realizar um sonho. Agradeço a cada uma das pessoas que entrevistei e que dividiu comigo as suas histórias. Agradeço pessoalmente a Tony Teófilo por ter sido um guia nesta aventura.

Agradeço a todos os professores e funcionários da UNEB, e em especial à Professora Doutora Vanessa Cavalcanti, ao Professor Doutor Luis Carlos Santos e ao Professor Doutor Eliziário Andrade pelas observações aos meus primeiros textos.

Agradeço a todos os colegas, e em especial a Bárbara Caldeira, que sempre colocou a disposição dos colegas a sua experiência acadêmica e a sua liderança, a Cláudia Eleutério, Luciana França e Nair Couto pelo companheirismo, por ouvir meus desabafos, pelas horas de estudo, pelas orientações informais e pelas conversas desorientadas.

Agradeço especialmente ao Professor Doutor Giovandro Ferreira e à Professora Doutora Francisca de Paula Silva por terem topado fazer parte desta última etapa do caminho e por terem feito da minha qualificação um momento revelador e lúcido. Agradeço por terem feito cada uma das observações que me desafiaram a buscar mais e mais.

Enfim agradeço ao meu orientador que desde o início escolheu confiar no meu caminhar e me permitiu chegar até aqui. Não é qualquer um que diz que tudo vai dar certo mesmo quando todos os contratempos parecem se juntar em tempo e espaço. Agradeço a Antonio Ângelo Fonseca por cada um dos momentos de orientação, desde a banca de seleção até o final. Estes momentos trouxeram aprendizados que vão além dos limites da pesquisa e falam sobre quem somos e o lugar que ocupamos.

É preciso força pra sonhar e perceber
Que a estrada vai além do que se vê.

Marcelo Camelo, 2003.

RESUMO

Este estudo parte da convicção de que participação social é fator fundamental para o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida de uma população, e que o fazer da comunicação comunitária pode contribuir para a educação e para a formação da cidadania. Com estas duas afirmações a questão que se coloca é: qual a importância da comunicação comunitária de Pintadas para o fortalecimento da participação social e da Rede Pintadas? A decisão foi de lançar um olhar sobre o município de Pintadas, por conta das suas singularidades, para verificar a interligação e interdependência entre os temas “comunicação comunitária” e “participação social”, conceitos-chave da presente investigação. Para a investigação, o objetivo geral proposto é: *analisar a contribuição da comunicação comunitária para a promoção da participação social, no município de Pintadas, localizado no Semiárido baiano*. Para responder a estes questionamentos, partimos de uma abordagem teórico-empírica, baseada em estudo de caso, de natureza exploratória, operacionalizada por revisão bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo. Neste ínterim, a investigação buscou elementos que evidenciassem se os moradores de Pintadas demonstram capacidade organizativa e engajamento social.

Palavras-chave: Comunicação Comunitária. Participação Social. Semiárido. Políticas Públicas. Pintadas (BA).

ABSTRACT

This study is part of the belief that social participation is a fundamental factor for the development and improvement of living conditions of a population, and that the make community communication can contribute to education and to the formation of citizenship. With these two statements the question is what is the importance of community communication of Pintadas for the strengthening of social participation and Pintadas Network? The decision was to throw a glance at the municipality of Pintadas, on behalf of their singularities, to verify the interconnection and interdependence between the themes "community communication" and "social contribution" key concepts of this research. For general research, the goal is: analyze the proposed contribution of community communication for the promotion of social participation, in the municipality of Pintadas, located in the semi-arid from Bahia. To answer these questions, we start from a theoretical and empirical approach, based on case study, exploratory in nature, managed by bilbiographical, documentary analysis and field research. In the meantime, the research sought elements showing if the residents of Pintadas demonstrate ability organizational and social engagement.

Key Words: Communitarian Communication. Social participation. Semiárido. Public Politic. Pintadas (BA).

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1	PIB, Bahia e Pintadas - 2001/2005/2007	41
Tabela 2	População Urbana e Rural, Pintadas, 1991/2000/2007	42
Tabela 3	Arrecadação de IPTU, Pintadas – 2000 a 2007	43
Tabela 4	Arrecadação de ISS, Pintadas – 2000 a 2007	43
Tabela 5	IDH-M e seus componentes, Pintadas - 2002	44
Tabela 6	IDEB observado e Metas para rede pública, Bahia e Pintadas – 2005/2007/2009	45
Tabela 7	Indicadores Sociais Pintadas – 2000– 2006	45
Quadro 1	Modelo Metodológico Entidades X Política de Comunicação	21
Quadro 2	Modelo Metodológico da Caracterização dos Veículos Locais X Comunicação Comunitária	23
Quadro 3	Conselhos, Pintadas – 2001	40
Quadro 4	Resultado da Pesquisa: Entidades X Política de Comunicação Pintadas, 2010	82
Quadro 5	Resultado da Pesquisa: Caracterização Veículos Locais X Comunicação Comunitária Pintadas, 2010	85

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização de Pintadas

25

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - PIB (valor desagregado por sector), Pintadas - 2001/2005/2007 42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
AAP	Associação dos Apicultores de Pintadas
AMP	Associação das Mulheres Pintadenses
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CCSP	Centro Comunitário de Serviços de Pintadas
CEB	Comunidade Eclesiástica de Base
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviços
CF	Constituição Federal
CIA RHELUZ	Companhia de Arte Cênica Rheluz
COELBA	Companhia de Eletricidade do Estado do da Bahia
CP	Congresso Popular
DEM	Democratas
DISOP	Instituto de Cooperação Belgo-Brasileira para o Desenvolvimento Social
ELETOBRÁS	Empresa Elétrica Brasileira
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDE	Índice de Desenvolvimento Econômico
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDS	Índice de Desenvolvimento Social
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IRDEB	Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia
IRPAA	Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
ISS	Imposto sobre Serviços
IUCN	International Union for Conservation of Nature
JPL	Juventude Procurando a Libertação
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro
PFL	Partido da Frente Liberal

PIB	Produto Interno Bruto Municipal
PJ	Pastoral da Juventude
PNAD	Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PROCAP	Projeto de Criação de Caprinos e Ovinos de Pintadas
PT	Partido dos Trabalhadores
RADACOM	Rádio Comunitária
SECTI	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia
SEI	Superintendência de Estudos e Estatísticas Econômicas e Sociais
SESI	Serviço Social da Indústria
SICOOB	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
STF	Supremo Tribunal Federal
TCM	Tribunal de Contas dos Municípios
TVE	TV Educadora
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 CONHECENDO PINTADAS, UM PEQUENO MUNICÍPIO DO SEMIÁRIDO	25
1.1 Origem de Pintadas e das Mobilizações Sociais	27
1.2 O Movimento Social vence a eleição de 1996	33
1.3 A Prefeitura Popular e Participativa em Pintadas	37
1.4 Alguns Indicadores	41
2 A VEZ DE PINTADAS: Rede Pintadas e Participação	47
2.1 Rede Pintadas	47
2.2 De que Participação Estamos Falando	56
2.3 Participação e Informação	62
3 A VOZ DE PINTADAS NO AR: Comunidade e Comunicação	64
3.1 Voz Pintadense – aprendizado e experiência	65
3.2 RADACOM – bons resultados e frustração	67
3.3 Rádio Educativa FM de Pintadas – oposição, mas nem tanto	70
3.4 Portal Pensar Filmes – de Pintadas para o mundo	76
3.5 A importância dos meios populares para a comunidade	78
3.6 Comunicação Comunitária e Participação Social em Pintadas	80
CONCLUSÃO	86
REFERÊNCIAS	95
APÊNDICE A – CRONOLOGIA DE PINTADAS	100
APÊNDICE B – TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	102
APÊNDICE C – ROTEIROS DE ENTREVISTAS	103
ANEXO 1 – LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998	109
ANEXO 2 – DECRETO Nº 10.592 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2007	115
ANEXO 3 – IDS e IDE - Notas Metodológicas	117
CRÉDITOS DA AUTORA	120

INTRODUÇÃO

Apesar da minha formação superior em comunicação social com habilitação em publicidade e propaganda, nunca me interessou o fazer de uma comunicação voltada para a lógica do mercado – vender produtos, serviços e ideias por meio de instrumentos de persuasão. Sempre foi um incômodo a falta de atenção aos verdadeiros interesses do público, seja ele o público consumidor para o mercado ou o público eleitor para o governo e os políticos.

No exercício do serviço público, consolidei em mim a convicção de que sem a influência da sociedade o governo tende a falhar, enquanto buscava ferramentas para que a sociedade participasse da administração pública, por ser feita por, com e para a comunidade, encontrei meu objeto de estudo: a comunicação comunitária. Este fazer coletivo pode ser utilizado não como instrumento de influência, mas de animação, voltado para valores de cidadania, de educação e de engajamento. Assim, conceitos da linguagem publicitária, antes voltados para criar necessidades, vender produtos e ideias, poderiam ser utilizados para produzir a tal participação social.

O meu interesse sobre o tema “participação social” remonta ao ano de 2002, quando trabalhava na Secretaria do Planejamento, num setor responsável por estudos e proposições de ações de promoção da inclusão social e de combate à pobreza, que entendia a participação como condição indispensável ao desenvolvimento local.

Naquele momento, sob a batuta de organismos multilaterais e do Governo Federal, técnicos governamentais, convencidos de que para planejar ações de combate à pobreza era necessário escutar a sociedade, adentraram o interior baiano estimulando a organização social, o cooperativismo e o associativismo, enfim transformando a participação social em uma oferta estatal. Daí os planos de intervenção começaram a ser construídos de maneira supostamente democrática, negociados em espaços públicos inaugurados e mantidos pelo próprio governo, em lugares com pouca ou nenhuma tradição organizativa.

Já o interesse sobre o tema “comunicação comunitária”, se originou a partir da atuação da autora como gestora na Assessoria Geral de Comunicação Social¹ durante o processo de organização da I Conferência Estadual de Comunicação Social do Estado da Bahia², quando comecei a me aproximar de integrantes da sociedade civil organizada, militantes pelo direito à comunicação, que participavam do Grupo de Trabalho³ para discussão do processo de construção das atividades relacionadas à conferência.

Nestas discussões, o tema “comunicação” ganhou novos significados relacionados à promoção de direitos e à educação e assim vislumbrei a possibilidade de implementação de políticas públicas de comunicação. A comunicação comunitária, livre ou outorgada, aparece como aquela capaz de se aproximar da população pobre, e de dar voz a este extrato populacional sem acessos aos meios de produção da comunicação. Seria uma estratégia para incrementar os níveis de educação e cidadania, e para promover a participação social.

Nesse contexto, lançar um olhar analítico sobre o município de Pintadas, por conta das suas singularidades que serão explicitadas nos capítulos seguintes, mostrou-se uma alternativa viável para discutir e compreender os processos comunicativos presentes na construção de identidades comunitárias, assim como a interligação e interdependência entre os temas “comunicação comunitária” e “participação social”, conceitos-chave da presente investigação.

Este estudo parte de uma assertiva, segundo a qual, a participação social, ou seja, uma aproximação entre o Estado e a maioria da população, aumentaria as possibilidades de atingir o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria das condições de vida dos cidadãos. O conceito de participação social compreende as diversas maneiras com que segmentos da sociedade (oprimidos ou não) influenciam nas ações do governo e nas políticas públicas, desde a formulação – com a elaboração de demandas – até a avaliação – em última instância com a repetição ou não voto, passando por formas de controle e fiscalização (VALLA, 1998).

¹ Órgão estadual responsável pela assessoria de imprensa e pela publicidade governamental, que, a partir de 2007, assumiu a condução da discussão de políticas públicas de comunicação.

² A I Conferência Estadual de Comunicação Social do Estado da Bahia foi realizada em 2008, foram realizados oito encontros preparatórios para escolha de representantes e priorização de demandas. Esta etapa envolveu municípios oriundos de todos os Territórios de Identidade, entre junho e julho. Em agosto do mesmo ano, foi realizada a plenária estadual envolvendo os representantes, de onde saíram resoluções que deveriam ser executadas pelo poder estadual e articulados em nível nacional. Bem como a ratificação do movimento pela realização da conferência nacional de comunicação.

³ Grupo de trabalho instituído pelo Decreto 10.592 de 22 de novembro de 2007, ver Anexo 2.

A ampla participação voluntária pode favorecer a diminuição de algumas fontes de distorção, tais como a corrupção, erros de avaliação, desperdício de tempo e de recursos e o comprometimento da credibilidade das instituições (LOPES, 2008). A construção efetiva de uma esfera pública, na qual a sociedade tenha a possibilidade de participar da proposição, negociação e gestão de políticas públicas, depende de uma sociedade ativamente participante.

Para tanto, a sociedade deve estar preparada para entender as leis, exigir maior transparência e respeitabilidade legal pelas ações governamentais, alterando os arranjos institucionais formadores de políticas. Entre outros requisitos, de acordo com Santos (2006), estar informado é fundamental para a prática da participação social. Neste ponto, inicia-se a percepção da importância da existência de meios de comunicação, notadamente os locais, os comunitários e as redes de comunicação (informatizadas ou não), para a difusão de informações voltadas para a formação da cidadania e para a animação da comunidade a participar da vida comum, principalmente em questões que dizem respeito à comunidade.

Quando entram na pauta questões relativas à necessidade da democratização da comunicação e da elaboração de uma política pública para a comunicação, que a considerasse como direito do cidadão e dever do Estado, o incentivo à comunicação comunitária é, então, apresentado pelos movimentos sociais como uma das maneiras ou soluções possíveis para o atendimento a essas demandas, além de ser entendida como estratégia para melhoria nos níveis de participação, engajamento, educação e cidadania.

Então se coadunam os dois termos em questão neste projeto: participação social – da qual a boa execução de ações governamentais necessita, e a comunicação comunitária – ferramenta para melhorar níveis de informação indispensáveis à participação.

Pintadas, município localizado no Semiárido baiano, aproximadamente a 250 quilômetros da capital, foi palco de diversas transformações sociais nas últimas décadas, se diferenciando dos demais municípios do Semiárido pelas soluções, parcerias e resultados alcançados com cooperação e participação social.

Considerando que: a) a participação social é fator fundamental para o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida de uma população, uma vez que a influência e o controle da sociedade sobre o governo tende a melhorar o desempenho das ações governamentais, e que b) a ação da comunicação

comunitária pode contribuir para a educação e para a formação da cidadania, não só pelos conteúdos difundidos, mas também pelos processos de aprendizado e construção de identidades e de consensos que possibilitam colocar uma rádio no ar; decidiu-se selecionar o município baiano de Pintadas, escolhido como campo de análise, e sua história com a comunicação comunitária, como foco de estudo, para buscar responder a seguinte questão: Qual a importância da comunicação comunitária de Pintadas para o fortalecimento da participação social e da Rede Pintadas?

Como questões complementares, colocam-se: Quem são os atores sociais envolvidos na comunicação comunitária? Os veículos locais entendem e praticam a os princípios da comunicação comunitária? Como a Rede Pintadas utiliza os meios locais de comunicação?

A relevância acadêmica do estudo em questão se justifica pela atualidade do debate sobre o papel da participação social nas políticas públicas, sobretudo pela necessidade de refletir sobre meios que ampliem a democratização dos veículos de comunicação e a necessidade de modificações na lei e nos regulamentos da radiodifusão comunitária, assim como a implementação de melhorias na sua operacionalização.

A relevância social se justifica pelas possibilidades de reflexão sobre os contextos encontrados em Pintadas, proposição para correção de rumos nas práticas relacionadas à comunicação local, além da replicação de boas práticas em outros espaços interessados em informar, animar a população e induzir melhoria nos índices de participação social e engajamento político.

Para o município de Pintadas, este estudo pode contribuir para a reflexão sobre as questões apontadas e para o encaminhamento de um planejamento que aproveite a potencialidade dos veículos locais de comunicação e que incrementem a participação da comunidade nas questões públicas da cidade, da sua gestão e do seu desenvolvimento.

Para a investigação, o objetivo geral proposto foi analisar a contribuição da comunicação comunitária para a promoção da participação social, no município de Pintadas, localizado no Semiárido baiano. Para além da questão central, o trabalho se propõe a: a) identificar os principais atores envolvidos com a comunicação local; b) verificar se os veículos consideram os princípios de uma comunicação

comunitária nas suas práticas; e c) caracterizar o uso que a Rede Pintadas faz dos meios locais de comunicação.

As discussões teóricas se dividiram em dois grupos: as mais gerais e as mais específicas ligadas a Pintadas, desde a década de 1970. A contextualização de Pintadas foi feita por meio de levantamento de artigos e dissertações, principalmente com informações recolhidas por Coelho (2006), Fischer e Nascimento (2003), Milani (2003) e Fonseca (2010), entre outros.

Para operacionalizar a pesquisa, a metodologia e os instrumentos de verificação e análise, aprovados pelo Comitê de Ética da Uneb, buscaram, então: a) verificar o contexto social do município de Pintadas, identificando os conselhos existentes, além de analisar indicadores de desempenho municipal; b) estudar as entidades da Rede Pintadas, especialmente a natureza e ao seu processo de comunicação, especialmente no que diz respeito às ações da comunicação local; c) conhecer a estrutura da comunicação local, desde aspectos mais relevantes de sua criação e história, analisando a prática dos princípios da comunicação comunitária por meio da difusão (ou não) de mensagens de interesses e utilidade públicos.

Para tanto, foram utilizadas revisão bibliográfica, apreciação de documentos, observação em campo e realização de entrevistas. As entrevistas (semi-estruturadas) foram dirigidas aos atores que estão ou que estiveram envolvidos no movimento social de Pintadas e nos processos de criação e gestão dos meios de comunicação locais, especialmente para levantar informações sobre as práticas comunicativas, à programação e aos conteúdos dos veículos locais, às ações de comunicação social executados pela sociedade organizada, pelo próprio município e pelo governo estadual.

A primeira etapa verificou a trajetória histórica e o contexto social do município de Pintadas por meio de revisão bibliográfica para descrever conceitos, gráficos, quadros e tabelas. Foram referenciados estudos acadêmicos e trabalhos técnicos.

Na etapa de estudos sobre a Rede Pintadas (realizada no mês de outubro de 2010), foi realizada revisão bibliográfica e entrevistas dirigidas aos envolvidos com a rede e seus principais interlocutores. Foram feitas entrevistas com quatro entre os doze representantes das instituições da Rede Pintadas, e mais quatro entrevistas com lideranças da Rede Pintadas, enquanto coletivo.

As entrevistas foram dirigidas às lideranças que deram início à Rede e às pessoas que representam ou que representaram organizações que compõem o coletivo, quais sejam: Associação das Mulheres Pintadenses (AMP), Associação dos Apicultores de Pintadas (AAP), Companhia de Arte Cênica Rheluz. Além dos dirigentes e participantes dos quatro veículos de comunicação do município: Jornal Voz Pintadense, RadaCom, Rádio Educativa de Pintadas e Portal Pensar Filmes, sendo que apenas os dois últimos continuam em funcionamento.

Nestas entrevistas, constituídas de questões abertas, o objetivou-se compreender as estratégias de mobilização utilizada pela Rede Pintadas, inventariar os meios de comunicação utilizados pela entidade e investigar sobre qual a importância dada a dimensão comunicação pelas entidades constitutivas da Rede em seus planejamentos. O Quadro 1, abaixo, materializa as categorias de análise e guia a elaboração do questionário (Apêndice III).

QUADRO 1
MODELO METODOLÓGICO ENTIDADES X POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO

ENTIDADES DA REDE PINTADAS	CATEGORIAS DE ANÁLISE		
	ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO	UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS LOCAIS	O “LUGAR” DA COMUNICAÇÃO (ENTENDIMENTO)
REDE PINTADAS			
CIA RHELUZ			
MOVIMENTO DE MULHERES			
ADAPTA SERTÃO			

Fonte: Elaboração da autora, 2011.

Assim, partimos para o campo para descobrir como estas entidades compreendem a dimensão da comunicação, munidos de questionários elaborados com base no modelo de escala criado por Likert⁴ (1932) com a possibilidade de falar livremente sobre algumas questões. O questionário baseou-se na estratégia de em afirmações diretas com as quais os seus entrevistados poderão “concordar

⁴ Rensis Likert, em 1932, elaborou uma escala para medir esses níveis. As escalas de Likert, ou escalas Somadas, requerem que os entrevistados indiquem seu grau de concordância ou discordância com declarações relativas à atitude que está sendo medida. Atribui-se valores numéricos e/ou sinais às respostas para refletir a força e a direção da reação do entrevistado à declaração. As declarações de concordância devem receber valores positivos ou altos enquanto as declarações das quais discordam devem receber valores negativos ou baixos (BAKER, 2005).

totalmente”, “concordar parcialmente”, “ser neutro”, “discordar parcialmente” ou “discordar totalmente”.

Em seguida procedeu-se a investigação dos meios de comunicação locais desde sua criação, legalização e funcionamento, utilizando-se entrevistas dirigidas aos seus dirigentes e seus principais comunicadores e representantes (uma entrevista com cada um).

Apesar de apenas um dos veículos presentes na história de Pintadas ter sido reconhecido legalmente como “comunitário” – a atual Rádio Educativa FM, nesta pesquisa pudemos considerar as outras três iniciativas como “comunitárias”, mesmo não tendo sido outorgado – no caso da RadaCom (que não funciona mais), e mesmo não sendo de radiodifusão – como o Voz Pintadense e o Portal Pensar Filmes (jornal e internet, respectivamente).

Para tanto iniciamos o estudo procurando perceber nestes veículos elementos que atendem/atenderam a princípios norteadores requisitados pela Lei Nº 9.612, de 19 de Fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências (Anexo 1). Para determinar quais são estes princípios, eliminamos o caráter normativo e burocrático desta norma e extraímos o que chamamos aqui de *espírito da lei*, as características gerais da comunicação que imaginamos que o legislador pretendia ao valorizar quando instituiu o serviço de radiodifusão comunitária.

A partir da leitura da Lei Nº 9.612 (1998) percebemos que o *espírito da lei* está descrito nos seus artigos 3º e 4º, que estabelecem as finalidades e os princípios que devem fazer parte de uma rádio comunitária, assim como os conteúdos que necessitam constar da programação precisam ter caráter educativo e de utilidade pública, devendo a rádio estar acessível à comunidade.

Condensamos o *espírito da lei* em três categorias: 1. EDUCAÇÃO: o caráter educativo e informativo (art. 3º §I, §II e §IV; art. 4º §I, §II; parágrafo 2º); 2. UTILIDADE PÚBLICA: a prestação de serviços de utilidade pública, defesa social e promoção de direitos (art. 3º §III; art. 4º §III e §IV parágrafo 1º); 3. ACESSO: a possibilidade de acesso de toda a população coberta pelo veículo a influenciar e utilizar a rádio (art. 3º §V. parágrafo 3º).

O Quadro 2, abaixo, balizou a elaboração de questões da entrevistas (Apêndice III), realizadas com os representantes dos veículos locais, buscando ratificar o caráter comunitário destes veículos.

QUADRO 2
MODELO METODOLÓGICO DA CARACTERIZAÇÃO DOS VEÍCULOS LOCAIS
X COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

VEÍCULOS EM PINTADAS	CATEGORIAS DE ANÁLISE		
	EDUCAÇÃO	UTILIDADE PÚBLICA	ACESSO
VOZ PINTADENSE			
RADACOM			
RADIO EDUCATIVA FM			
PORTAL FILMES			

Fonte: Elaboração da autora, 2011.

Então partimos para o campo para descobrir se os veículos de comunicação locais têm são/eram ou não característica comunitária, também por meio da escala de Likert (1932), contendo idéias iniciais diretas feitas aos diretores dos veículos com as quais poderiam “concordar totalmente”, “concordar parcialmente”, “ser neutro”, “discordar parcialmente” ou “discordar totalmente”.

O roteiro é complementado por perguntas mais abertas que darão possibilidades aos entrevistados para registrar a história do veículo e nos dar outros elementos de análise quanto à sustentabilidade, funcionamento e relação com a população.

Neste momento fez-se importante falar da ausência de registros sobre as datas e outros aspectos relacionados aos veículos de comunicação local. O material que existe sistematizado é de responsabilidade de pesquisadores e técnicos que estiveram em Pintadas. Até o momento em que estivemos no município nenhum outro pesquisador havia se interessado pela dimensão da comunicação social.

Para materializar esta pesquisa, apresentamos a seguinte divisão capitular:

1. Conhecendo Pintadas, um pequeno município do Semiárido - este capítulo procurou verificar o contexto do município de Pintadas, identificando os conselhos existentes e levantando indicadores econômicos e de qualidade de vida. Neste ponto, resgatamos informações sociais, econômicas e históricas já estudadas por outros autores, em outras pesquisas realizadas sobre desenvolvimento local e capital social, tendo o município com caso de estudo.

2. A vez de Pintadas: a Rede Pintadas em ação - neste capítulo, foi investigada a ação e a evolução da Rede Pintadas, coletivo responsável pela gestão participativa e democrática no município, especialmente quanto à natureza e ao seu

processo de construção, ao papel desempenhado pelos atores responsáveis pela comunicação social, especialmente aos atores dedicados à comunicação social, em relação aos mecanismos indutores da participação social. Nesta parte estão citados trechos de entrevistas que nos ajudam a compreender o processo de lutas e da criação da Rede Pintadas.

3. A voz de Pintadas no ar: a rádio comunitária em ação – momento dedicado ao propósito de discutir a importância de meios de comunicações locais para o município e região, conhecer a estrutura da comunicação local, focando em seu funcionamento, especialmente sobre a produção e a difusão de mensagens política e de interesses e utilidade públicos; em sua criação, história e processos de aprendizagem. Nesta etapa estão citados os trechos das entrevistas com representantes da Rede Pintadas, com o objetivo de demonstrar a utilização da comunicação social, bem como os dirigentes dos veículos locais de comunicação, para esclarecer o processo de criação e produção de conteúdo.

Daí, chegamos às considerações finais da pesquisa onde retomamos os principais temas e traçamos as respostas para as questões postas no projeto de pesquisa, detalhadas nesta introdução, assim como a conclusão a que conquistamos.

1 CONHECENDO PINTADAS, UM PEQUENO MUNICÍPIO DO SEMIÁRIDO

O município de Pintadas está localizado na Bahia, no Território de Identidade Bacia do Jacuípe, a 194 quilômetros a oeste de Salvador, situado na Região do Semiárido baiano, totalmente incluído no Polígono das Secas. As vias de acesso que articulavam o município com outras cidades não têm pavimentação. Isso só começou a ocorrer em 2009, em um trecho da BA-414, quando a rodovia estadual que liga Pintadas à Ipirá começou a ser asfaltada. Outra via de acesso à cidade, que faz a ligação para o município de Capela do Alto Alegre, também não é pavimentada.

A 300 metros de altitude, sua temperatura média é de 24°C e seu índice pluviométrico é de 471 mm ao ano. Tal como muitos municípios do Semiárido, as chuvas ocorrem de maneira irregular, concentradas entre os meses de janeiro e março. Além disso, seus rios são temporários: contém água apenas em pequenos intervalos do ano.

Figura 1 – Localização de Pintadas na Bahia



Segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁵ (2010) a população é de 10.345 habitantes, dos quais 49,7% vivem na zona rural, enquanto a média do estado é de 27,9%. A proporção por gênero em Pintadas é de 50,26% de homens e 49,7% de mulheres.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Pintadas é classificado como de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH⁶): Em 2000 o índice era de 0,625, ocupando o 4215º lugar do ranking brasileiro, de 5151 municípios, e o 194º lugar entre os 417 municípios da Bahia – no estado o de pior colocação é Itapicuru com 0,521, e o de melhor nota é a capital com 0,805.

Os meios de comunicação de massa presentes no município são os sinais da TV Subaé/Rede Globo; da TV Itapoã/Rede Record; da TV Aratu/SBT, além da TVE/Bahia. Os sinais de outros canais podem ser captados por parabólicas que tem grande adesão da população.

As rádios que atingem ao município são a rádio comunitária local, Rádio Educativa de Pintadas, e mais três rádios comerciais: Ipirá FM, Ipirá AM e Coité AM. Além dos meios convencionais, existe o Portal Pensar Filmes, página que produz conteúdos audiovisuais para exibição na TVE e áudios para a rádio comunitária da cidade.

No município existem dois provedores de internet de acesso discado e sinal para internet móvel. Em 2010, a população passou a acessar a internet por meio de estabelecimentos especializados, da rede pública de educação e da Estação

⁵ Em 2010, o IBGE realizará o XII Censo Demográfico, que se constituirá no grande retrato em extensão e profundidade da população brasileira e das suas características sócio-econômicas e, ao mesmo tempo, na base sobre a qual deverá se assentar todo o planejamento público e privado da próxima década. O Censo 2010 será um retrato de corpo inteiro do país com o perfil da população e as características de seus domicílios, ou seja, ele nos dirá como somos, onde estamos e como vivemos.

⁶ IDH - Índice de Desenvolvimento Humano, calculado pelo PNUD, é base do conceito de desenvolvimento humano e do Relatório de Desenvolvimento Humano. Para medir a evolução da qualidade de vida de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas. A cargo do PNUD, o relatório foi criado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq (1934-1998), com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, com o objetivo de “oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento”. O IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da “felicidade” das pessoas, nem indica “o melhor lugar no mundo para se viver”. Além de computar o PIB per capita, o IDH também leva em conta dois outros componentes: a longevidade e a educação. Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. A renda é mensurada pelo PIB per capita, em dólar PPC (paridade do poder de compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países). Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um. (PNUD, 2010).

Digital⁷. Todas as escolas dispõem de internet, pois em 2009 foi iniciado um projeto do governo estadual para implantação de acesso à internet via banda larga nas escolas, e uma Estação Digital foi inaugurada em 2005, com apoio da ONG Cemina e da Fundação Banco do Brasil, em parceria com associações locais.

1.1 ORIGEM DE PINTADAS E DAS MOBILIZAÇÕES SOCIAIS

De acordo com o sítio oficial da prefeitura de Pintadas e com depoimentos dos entrevistados, inexistem documentos históricos que demonstrem as origens e os principais acontecimentos históricos do município. Assim, recorreremos à tradição oral durante as entrevistas em campo e às publicações que relatam a história do município. A sistematização dos principais acontecimentos visou auxiliar o leitor no entendimento do processo singular que desencadeou os movimentos de lutas e resistência, foco principal deste capítulo.

A história institucional da localidade começa em 1937 quando é elevado à condição de segundo distrito de Ipirá, pela lei estadual 1.205 de 31 de setembro, sendo instalado em 11 de janeiro de 1939. Ainda, de acordo com a história descrita, de forma resumida, na página virtual da prefeitura, a origem de Pintadas é contada de acordo com a tradição oral dos seus habitantes.

Segundo eles, um casal – Manoel e Anastácia Gonçalves – chegou às terras onde hoje é Pintadas, no final do século XIX. Por sua fertilidade, decidiram constituir sua residência e iniciar a sua produção agrícola. A povoação cresceu paulatinamente e as famílias que chegaram se empenharam para o seu progresso. Foi construída uma capela, subordinada à freguesia de Santana do Camisão e denominada de Capela de Bom Jesus de Pintadas.

De acordo com o levantamento histórico realizado por Coêlho (2006), a emancipação municipal de Pintadas foi o ápice de um longo processo de lutas

⁷ As estações digitais são espaços públicos dotados de equipamentos onde qualquer pessoa pode desenvolver suas potencialidades econômicas ou culturais com o uso da informática e acesso à internet. Cada estação tem, em geral, dez computadores, uma impressora, um servidor, mobiliário, internet banda larga via rádio, satélites privados ou de um algum parceiro. As estações, além de promover a inclusão digital, estão mudando a cultura do assistencialismo ao estimular a responsabilidade social. (A REDE, 2010).

populares. A história recente do município se confunde com a evolução dos movimentos sociais. Traçar a trajetória histórica de Pintadas é contar como a população se organizou para conquistar posições na luta pela terra e pelos direitos sociais.

Pintadas foi emancipado do município de Ipirá em 1985, sobretudo pela força dos grupos políticos e econômicos tradicionais ligados a grande propriedade e ao comércio. A emancipação, que também contou com o apoio comunitário, teve como principal argumento o isolamento administrativo em relação à Ipirá, que pouco investia no distrito. Isso dificultava o oferecimento de serviços básicos à população, como saúde e educação. (FONSECA, 2010, p. 39).

A Lei nº 4.450 de 09 de maio de 1985 que emancipa o município de Pintadas representou o clímax de uma série de lutas que remontam a década de 1970. Pintadas, ainda como distrito de Ipirá, foi palco de uma complexa disputa por terras.

De acordo com as narrativas recolhidas por Coêlho, estas lutas, que culminaram numa grande mobilização em 1985, remontam 1967. Neste ano, um cidadão – João Manoel de Oliveira arrematou em leilão a antiga Fazenda Lameiro. As terras foram vendidas a Ivo Santos Prado tendo como base um documento que ampliariam a propriedade.

Desta forma, o novo proprietário resolveu demarcar as terras de acordo com este documento e acabou invadindo e pequenas propriedades que faziam divisa com a fazenda. Assim começaram as disputas entre o proprietário e os pequenos agricultores.

Em 1974, o delegado de polícia, Manoel Carneiro de Souza, comprou as terras em questão, pois o antigo proprietário, Prado, estava insatisfeito com os conflitos. Diz-se que o novo dono, fazendo uso da força, derrubou as cercas e soltou animais nas plantações dos pequenos agricultores (COÊLHO, 2006).

Os trabalhadores não se conformaram e buscaram abrigo nas leis: muitos foram os procedimentos legais tomados para o restabelecimento do direito a terra. Procuraram ajuda na Federação dos Trabalhadores Rurais, sendo atendidos por três diferentes advogados, de 1974 a 1985, que segundo eles “apenas acompanhavam idas e vindas do processo” (COÊLHO, 2006, p.49).

Em 1984, o pároco de Ipirá, Padre Ricardo Camellini, solicitou a vinda de duas pessoas para ajudá-lo nos trabalhos comunitários. Desta forma, sob um convênio entre a Diocese de Feira de Santana e a Arquidiocese de Florianópolis,

chegam ao então distrito de Pintadas a freira Irmã Velzi Stolz e a auxiliar de enfermagem Neusa Cadore (COELHO, 2006).

As duas missionárias se deparam com a pobreza extrema e a carência dos habitantes do distrito, no entanto, rapidamente perceberam o forte sentido de comunidade e a grande religiosidade da população. Iniciaram, então, grupos de trabalhos inspirados nas Comunidades Eclesiais de Base⁸, coordenando reuniões da paróquia e orientando questões de saúde pública:

Eu cheguei a Pintadas em 1984 e já encontrei uma comunidade que não era nem um município emancipado: era um distrito. Assim, com um alto grau de organização bastante avançado, a partir das comunidades (eclesiásticas) de base. [...] A igreja lá em Pintadas tinha este perfil de estar inserida em todos os espaços, onde as pessoas se movimentavam: a comunidade de base, a delegacia sindical, qualquer organização. E Pintadas é uma comunidade em que a cada problema sentido, ao longo da história, vem sempre (acompanhado) de uma forma de enfrentá-lo. (ENTREVISTADO 1, 2010)

Numa das reuniões da paróquia foi organizada uma assembléia de lavradores, para apresentar à comunidade a situação dos pequenos agricultores que foram expulsos da terra – estes já estavam sem esperanças de que o Estado protegesse os seus direitos e demonstraram o pouco resultado obtido pelos advogados.

Então, a comunidade passou a pensar em soluções alternativas para a questão. Dessa forma, entre 1985 e 1986, foram realizados seis mutirões com o objetivo de recuperar a terra.

O primeiro mutirão visava preparar a terra para o plantio: 183 pessoas fizeram rapidamente o trabalho. Neste dia, por ordem do juiz de Ipirá, um oficial de justiça,

⁸ As comunidades eclesiais de base (CEBs) são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos. As primeiras surgiram por volta de 1960, em Nísia Floresta, arquidiocese de Natal, segundo alguns pesquisadores, ou em Volta Redonda, segundo outros. De natureza religiosa e caráter pastoral, as CEBs podem ter dez, vinte ou cinquenta membros. Nas paróquias de periferia, as comunidades podem estar distribuídas em pequenos grupos ou formar um único grupão a que se dá o nome de comunidade eclesial de base. É o caso da zona rural, onde cem ou duzentas pessoas se reúnem numa capela aos domingos para celebrar o culto. São comunidades, porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma igreja e moram na mesma região. Motivadas pela fé, essas pessoas vivem uma comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São eclesiais, porque congregadas na Igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé. São de bases, porque integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares): donas-de-casa, operários, subempregados, aposentados, jovens e empregados dos setores de serviços na periferia urbana; na zona rural, assalariados agrícolas, posseiros, pequenos proprietários, arrendatários, peões e seus familiares. (BETTO, 2000, p.7).

acompanhado de cinco policiais, intima os 14 lavradores responsáveis pelo mutirão. Diz-se que esta força policial adicional teria sido encomendada pelo proprietário, o então delegado Manoel Carneiro de Souza, como um sinal de abuso de poder. No dia da tal audiência, 400 pessoas foram às ruas de Ipirá manifestarem em favor dos lavradores e nada foi decidido. Ainda em 1985, após a audiência, foram realizados mais três mutirões (COELHO, 2006).

O segundo mutirão foi realizado para a queima do roçado com 135 pessoas. O terceiro teve como objetivo aproveitar as chuvas para o plantio das culturas e envolveu 80 pessoas. Dias depois, a plantação foi destruída pelo gado e pelos empregados de Manoel Carneiro de Souza. A quarta mobilização teve como intuito refazer o plantio e cercar a área trabalhada com materiais comprados pela comunidade: 142 trabalhadores capinaram, replantaram e cercaram a área. Desta vez, havia ameaças sérias: animais foram mortos a tiros e um lavrador foi espancado. Então a plantação foi destruída e os materiais da cerca foram desaparecidos (COELHO, 2006).

No quinto mutirão, realizado no dia 25 de dezembro de 1985, 90 pessoas compareceram a fim de mais uma vez refazer o trabalho e celebrar o Natal. Desta vez, a ameaça chegou travestida com a força da lei: os representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais são acusados de incitar a invasão de terras e são intimados a comparecer na delegacia de Ipirá. O delegado aconselha os sindicalistas a não mais comparecer aos mutirões. Este conselho foi atendido, mas mesmo sem a presença deles, o mutirão foi realizado em janeiro de 1986, com recorde de participantes: 213 pessoas trabalharam e festejaram (COELHO, 2006).

Finalmente, em 1987, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) entende como justa a reivindicação dos trabalhadores rurais e desapropria a terra em questão, criando assim o assentamento Fazenda Nova Esperança. Antes mesmo da desapropriação das terras, a paróquia de Nossa Senhora da Conceição, presente no distrito, estudava junto aos trabalhadores rurais alternativas para a convivência com a seca e a luta pela cidadania, além de trabalhos religiosos. (CUNHA, 2003).

Estes tempos de mobilização e enfrentamento demonstraram para a comunidade a importância da união para a superação das carências e o enfrentamento dos interesses da elite, numa explícita luta de classes. Por meio da

organização comunitária, em dois anos conseguiram avançar muito mais que os 12 anos com advogados.

Em conjunto com a criação do assentamento foi aprovado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) um projeto de autogestão agrícola, envolvendo recursos no montante de US\$ 1,5 milhão, a fundo perdido⁹, denominado Projeto Pintadas. Isto porque os trabalhadores perceberam que apenas a terra “não resolveria o problema da maioria dos produtores familiares da região, obrigados a emigrar parte do ano para São Paulo em busca da subsistência” (FISCHER; NASCIMENTO, 2003, p. 6).

O projeto Pintadas/BNDES consistia na “implantação de infraestrutura hídrica rural, financiamento de equipamentos e da produção, difusão de tecnologia, capacitação e gerenciamento” (MOURA, 2002, p. 617). Sua metodologia era a divisão das 240 famílias em 32 grupos, com a distribuição de uma média de três hectares de terra por família. As propriedades deveriam ser trabalhadas de maneira coletiva durante 10 anos. O projeto conta com a assistência de técnicos da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), empresa pública ligada ao Governo do Estado (FGV/EAESP, 2002).

Antes do final do prazo, os grupos se desfizeram e o Projeto Pintadas foi tido como relativamente fracassado. O pouco envolvimento da prefeitura municipal, a ausência de profissionais dedicados exclusivamente a cuidar do projeto e a pouca racionalidade econômica, além da metodologia escolhida que misturava trabalho coletivo com propriedades privadas, foram os fatores para que Projeto Pintadas/BNDES não cumprisse seu objetivo econômico ou produtivo (FGV/EAESP, 2002).

Porém, por conta do Projeto Pintadas, os trabalhadores rurais e as lideranças comunitárias foram colocados em contato com técnicos e instituições, que continuaram colaborando com a comunidade mesmo depois do término do projeto. Este importante intercâmbio de conhecimentos técnicos foi incorporado pelos trabalhadores e lideranças da comunidade.

Da mesma maneira, as instituições passaram a apoiar o município, talvez por perceberem a riqueza dos relacionamentos sociais e comunitários presentes no município. O fracasso do Projeto Pintadas/BNDES é relativo, pois deste projeto

⁹ Modalidade de financiamento em que se utilizam recursos financeiros sem a expectativa de reembolso ou compensação.

foram criadas relações sociais baseadas em confiança, identidade e solidariedade, parte bem sucedida da iniciativa, que é a raiz do desenvolvimento local e da melhoria das condições de vida dos cidadãos (FISCHER; NASCIMENTO, 2033).

A experiência de Pintadas distingue-se das demais iniciativas de desenvolvimento local apresentadas no seminário pelo fato de não ter surgido a partir de uma ação de indução externa e sim da mobilização dos próprios moradores da comunidade (RTS, 2008, p. 13).

Outro fator de sucesso foi a formação de um fundo rotativo com os recursos do BNDES doados a fundo perdido. Os grupos financiados decidiram devolver 50% do montante, mesmo este compromisso com o banco. Este fundo continuou beneficiando a comunidade por algumas décadas e viabilizou a construção do Centro Comunitário de Serviços de Pintadas (CCSP) que se tornou a base para o fórum de discussão e debates sobre o desenvolvimento municipal e ações de interesse público (FGV, 2002). O que mais tarde se institucionalizaria como Rede Pintadas, tema que discutiremos no Capítulo 2.

É necessário notar que os prefeitos dos dois primeiros mandatos depois da municipalização – 1989-1992 e 1993-1996, estavam ligados ao antigo Partido da Frente Liberal (PFL), hoje Democratas (DEM). Apenas em 1988, após a consolidação e expansão do movimento social, é fundado o Partido dos Trabalhadores (PT) e criado um projeto político do movimento social para o município.

As lideranças do PT contribuíram para mudanças profundas no cenário político local, depois de ganharem as quatro seguintes eleições municipais – 1996, 2000, 2004 e 2008 (FONSECA, 2010). Além disso, a sua principal líder ganhou duas eleições para deputada estadual – 2006 para o período 2007-2010 (juntamente com a vitória do PT para o governo do Estado) e 2010 para 2011-2014 (na reeleição do PT para a Bahia).

1.2 O MOVIMENTO SOCIAL VENCE A ELEIÇÃO DE 1996

Em sintonia com os clamores pela redemocratização do país, a comunidade prossegue com as reuniões e os trabalhos conjuntos, dando consistência ao associativismo e às práticas solidárias que deram vitória às lutas. Para tocar o projeto político, é então organizada a Rede Pintadas¹⁰, fórum com representação das entidades do município e das diversas parcerias estaduais, nacionais e internacionais:

[...] a organização das pessoas, era a partir da vida da comunidade, da vida das organizações, que isso possibilitava sempre uma tomada de posição muito coletiva e isso proporcionou a Pintadas digamos uma evolução (a possibilidade) de crescer na consciência política e isso ser muito compartilhado, porque eram 30 comunidades rurais, então a igreja também fazia muitas coisas de formação para o sindicato, formação para o partido, formação religiosa. A igreja não ficava apenas naquilo que é normalmente assunto da igreja: era formação para a cidadania. (ENTREVISTADO 1, 2010).

O coletivo, percebendo a necessidade de articulação e de ampliação da área de abrangência do projeto, passa a buscar a representação política no âmbito local – Câmara de Vereadores e Prefeitura, encontrando forte resistência contra esse formato de participação política.

Em sua primeira experiência, nas eleições de 1992, o movimento lança como candidato a prefeito um dirigente de um dos projetos: consegue 30% dos votos para o poder executivo e elege um vereador, Manoel Epifânio. Não foi fácil enfrentar a tradição política baseada no coronelismo e mandonismo¹¹ local:

O coronelismo era fruto de alteração na relação de forças entre os proprietários rurais e o governo e significava o fortalecimento do poder do Estado antes que o predomínio do coronel. Nessa concepção, o coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. [...] Essa visão do coronelismo distingue-o da noção de mandonismo. Refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso

¹⁰ A Rede Pintadas estará caracterizada no próximo capítulo.

¹¹ Coronelismo e mandonismo são conceitos muito bem discutidos por José Murilo de Carvalho, no artigo Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual, 1997.

ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional. (CARVALHO, 1997, p. 1)

Contrariando as práticas do prefeito eleito, o vereador assumiu a representação do movimento, levando todas as discussões promovidas na Câmara à comunidade para apreciação e avaliação, fincando as raízes da política, antes um assunto proibido, na comunidade (COÊLHO, 2006).

Esta atitude do vereador coincide com o conceito amplo de Valla (1998) que compreende a participação social de uma maneira mais ampla: como a forma de distribuição de recursos públicos para classes populares. Da mesma forma, com tal prática, o parlamentar inicia a partilha de informação, recurso fundamental para que a população tome decisões. Desta maneira crescem as possibilidades da população entender e influenciar os procedimentos políticos:

Se, na perspectiva popular, a política e os políticos merecem pouca confiança, não seria surpreendente constatar que grandes parcelas das classes populares não acreditam em mudanças através do caminho parlamentar ou através de negociação com as autoridades. Tal constatação parece corresponder à realidade brasileira. E se significa, de um lado, que as manifestações populares como já se conheciam na década de 80 não se desenvolvem mais, de outro, pode também significar que a participação popular possa desenvolver-se de outra forma. (VALLA, 1998, p. 17).

Nos quatro anos seguintes, o trabalho do vereador com as bases populares pavimentou o caminho do movimento ao poder executivo municipal. Desta vez, ficou bem marcado para a comunidade que os representantes da luta tinham um projeto político claro, que traria benefícios maiores e mais rapidamente a todos os moradores. E num trabalho com cada comunidade, envolvendo as pessoas, a população passou a acreditar e a confiar neste projeto.

Além disso, o referido político começou a temer que sem o envolvimento da prefeitura, as entidades promotoras das melhorias não tivessem o fôlego necessário para o desenvolvimento: “penso que a trajetória de Pintadas foi de envolver muito as pessoas, e as pessoas aprenderam muito a se posicionar e a defender aquilo que elas construíram” (ENTREVISTADO 1, 2010).

Mesmo Pintadas estando sob dominação de grupos políticos conservadores ligados ao latifúndio, em 1996 a população elege a primeira representante do movimento social de Pintadas para a prefeitura – Neusa Cadore, do Partido dos

Trabalhadores (PT), num pleito muito concorrido, com menos de 55% dos votos. Esta vitória aconteceu com o apoio decisivo das mulheres de Pintadas.

Por conta da migração dos homens para trabalhar nas lavouras paulistas, as mulheres de Pintadas protagonizaram o processo organizativo no município, exercendo “liderança no planejamento e desenvolvimento das atividades educativas e nos mutirões” (MOURA, 2002, p. 619), fazendo com que as questões de gênero permeassem intensamente as lutas associativistas de Pintadas.

É necessário entender que a Bahia não superou toda a sua herança de relações sociais e políticas verticais, baseadas no mandonismo, clientelismo e exclusão social que são parte da história. Nesta realidade, esta herança constitui-se de constrangimentos que até hoje interferem nas decisões políticas e econômicas em muitos municípios (FONSECA, 2010).

Isso se aplica direta e especificamente no município de Pintadas, e dificultou bastante os projetos das gestões 1997-2000 e 2001-2004, e demais políticas posteriores a 1996. Até 2007, Pintadas ficou, então, fora da lista de municípios priorizados pelo governo estadual, por ter sua prefeita na oposição ao partido à frente do governo baiano – o antigo PFL:

O estado da Bahia não foi capaz de superar totalmente determinados constrangimentos institucionais históricos oriundos do período imperial, tais como a presença de relações verticais coercitivas e clientelistas que eram desenvolvidas pelas oligarquias locais e estaduais, dentro das quais a exclusão social era a regra e não a exceção. Se esses constrangimentos institucionais, de caráter informal, não determinam os comportamentos dos variados agentes sociais nos dias atuais, pelo menos interfere e dificulta a instalação e o desenvolvimento de políticas de fortalecimento sócio-econômico nos municípios, pois são regras do jogo com grande capacidade de inércia. E recentemente, sobre estas regras institucionais informais, oriundas da história de formação do Brasil, regras formais mais recentes, como a Constituição de 1988 e o Estatuto da Cidade, foram instaladas no Brasil, proporcionando mudanças na forma de fazer política e na forma de gestão em muitos municípios. (FONSECA, 2010, p. 30)

Uma das retaliações sofridas pelo município é o fechamento da única agência bancária da cidade, no primeiro ano de governo (1997). Sem outra opção, a administração petista em Pintadas cercou-se de parcerias alternativas para viabilizar seu projeto comunitário e, aproveitando a proximidade com o movimento social, define um novo modelo de gestão municipal.

Um exemplo das dificuldades de relacionamento entre governos locais de oposição e o governo estadual foi o fato de o Banco de Estado da Bahia

(Baneb) fechar sua sede em Pintadas no ano em que a prefeita Neusa Cadore assumiu o governo. Isto levou a comunidade a organizar e implantar, em 1998, com autorização do Banco Central, a Cooperativa de Crédito Rural (CrediPintadas). (MOURA, 2002, p. 619).

De acordo com o Entrevistado 4, a perseguição política passou a ser institucional: o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) passou a fazer auditorias nas contas do município semanalmente. Uma das promessas da campanha, o fechamento do banco, foi cumprida. Por outro lado a representação do Banco do Brasil, quando procurada, alegou que uma agência em Pintadas não teria viabilidade econômica.

A ordem seria tirar da prefeita petista todas as condições de governabilidade. O entrevistado 4 acredita que o governo estadual tinha atenção sobre Pintadas, porque sabia que não existia apenas a igreja, mas o movimento social e o movimento político como base da organização popular.

O entrevistado 4 acredita que a retaliação estadual se transformaria no maior dos presentes que a cidade poderia ter tido: sem uma instituição bancária com filial na cidade, em 1996 decidem criar uma cooperativa de crédito que concentraria os negócios financeiros da população (a CrediPintadas, atual Sicoob Sertão). Em 1997 entra em funcionamento e anos depois, se tornou um dos principais protagonistas da Rede Pintadas e a base do processo de desenvolvimento municipal.

Com o apoio da prefeitura e o capital da população – incluindo o fundo rotativo constituído pela devolução de metade dos recursos do Projeto Pintadas/BNDES, a CrediPintadas viabiliza-se: funciona como banco comum e agência de fomento do desenvolvimento local, gerenciando fundos captados pela prefeitura, pelo centro comunitário, por parceiros ou pela própria cooperativa. Em 2000, muda de nome para Sicoob Sertão.

[...] a experiência de Pintadas, mostra que, apesar da relevância de apoios externos para os processos de desenvolvimento local, o elemento-chave para o êxito dessas iniciativas reside na mobilização e empoderamento das próprias comunidades e na sua capacidade de desenvolver soluções adequadas e criativas para o uso produtivo dos recursos existentes nos territórios. (RTS, 2008, p. 14)

É importante para esta pesquisa notar que nesta época um grupo de jovens engajados no projeto da Rede Pintadas iniciou as discussões sobre a necessidade

da utilização da comunicação social e viabiliza a edição de um boletim informativo, o Voz Pintadense, e a criação de rádio local logo em seguida, a RadaCom.

Além de fortalecer a Rede Pintadas, a prefeitura estabelece uma série de oportunidades para incrementar o diálogo e a participação social, com uma gestão voltada para a melhoria dos serviços públicos de caráter social, tornando-se o que chamamos aqui de prefeitura popular.

1.3 A PREFEITURA POPULAR E PARTICIPATIVA EM PINTADAS

No primeiro dos dois mandatos, a prefeita trabalhou intensamente para melhoria das condições de vida da população: reforma do hospital, contratação de novos médicos que vinham de Salvador semanalmente, construção de casas e de cisternas, da escola municipal, do mercado e do matadouro, pavimentação de rua e estabelecimento de convênios com instituições para a formação de professores, assim como a criação do Conselho de Desenvolvimento Municipal.

De acordo com as declarações do Entrevistado 8, uma das primeiras decisões da prefeita foi mostrar à população a situação financeira do município, então três meses depois da posse, expôs na feira livre de Pintadas, numa segunda-feira, as contas da prefeitura. “As pessoas passavam e viam o que nunca viram na vida!” (ENTREVISTADO 8, 2010).

De forma objetiva, o autor Valla considera que o conceito de participação social compreende “as múltiplas ações com que diferentes forças sociais influenciam a formulação, execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas” (VALLA, 1998, p. 9), permitindo maior aproximação entre o Estado e a maioria da população.

A prefeitura entendeu como legítimas as demandas exaradas numa série de encontros destinados a discutir as políticas de saúde. Antes mesmo das eleições de 1996, o Movimento de Mulheres de Pintadas reuniu pessoas, inclusive da área rural, para discutir e exigir do poder público municipal mais atenção aos casos de câncer de útero e mama que causavam as altas taxas de mortalidade feminina.

Esta iniciativa resultou num plano de ação municipal na área de saúde (considerada prioritária) e em encontros preparatórios para a Primeira Conferência

Municipal de Saúde em 2000. Esse processo de construção contou com a participação de mais de mil adultos. Como resultado, em 2001, 98% das pintadenses tinha acesso ao exame preventivo do câncer de colo de útero (MILANI, 2005).

Em 2000, a prefeita é reeleita e em junho de 2002 promove o Primeiro Congresso Popular, “visando à participação das massas (populares e trabalhadoras) na construção de estratégias de desenvolvimento local” (MILANI, 2005). Segundo Milani, as lideranças locais consideraram o Congresso Popular (CP) uma nova etapa no processo de construção do movimento popular, que, em Pintadas, caracteriza-se pelo engajamento das bases sociais.

Para a preparação do congresso foram realizadas reuniões de gestores e lideranças, reuniões setoriais e 12 grandes assembleias preparatórias para a discussão de termos e para a eleição de representantes, envolvendo mais de 1500 participantes – uma em cada quatro pessoas com idade superior a 15 anos. A partir daí, durante dois dias, 267 delegados foram levados a “avaliar, integrar e unificar estrategicamente as políticas públicas, estatais e de autogestão” (MILANI, 2005, p. 10). É interessante notar que “a plenária deliberativa do CP contou com a presença de um delegado para cada 30 habitantes acima de 15 anos” (MILANI, 2005, p. 10).

Independente do grau de abertura dos governantes ao diálogo e à negociação, desde que existam grupos sociais excluídos, a participação existe. Uma vez que todas as resistências, revoltas, reivindicações, mobilizações sociais e tentativas de controle sobre os governos podem ser consideradas participação, na medida em que são pressões para que segmentos sociais influenciem a redefinição de direitos, da gestão e das políticas públicas.

Estes delegados tiveram dois anos de mandato com a responsabilidade de acompanhar os encaminhamentos e mobilizar as comunidades para discussão das deliberações do Congresso. Foram apontadas como as principais questões: estradas e geração de emprego e renda no campo, uma vez que os problemas relacionados ao abastecimento de água já estavam resolvido para 95% da população rural, por meio da construção de cisternas.

De acordo com Fonseca (2010, p. 34), “os vínculos verticais cederam espaço para os vínculos horizontais, mais democráticos e inclusivos no qual a prefeitura é mais um parceiro para o desempenho institucional do município”. Em sua pesquisa, ele destaca que a prefeitura é mais uma entre as 11 entidades formadoras da Rede

Pintadas, apoiando e estimulando diversos projetos de promoção ao desenvolvimento socioeconômico.

Conforme pesquisa de Fonseca (2010), os programas e projetos desenvolvidos em Pintadas foram concebidos pela população com a intermediação das entidades não governamentais, viabilizados por parcerias com os mais diversos agentes, e de acordo com as necessidades socioculturais e ambientais – dando prioridade às alternativas para a convivência com as condições climáticas, com o objetivo de “atender o pequeno produtor rural, as mulheres e os jovens em situação de risco” (FONSECA, 2010, p. 46).

O poder político local age como apoiador, parceiro, articulador dos projetos gestados pela Rede Pintadas. Faz ainda o papel de intermediário entre os interesses coletivos e as esferas superiores de governo (Estado e União). Prova disto é a inexistência de projetos exclusivos da prefeitura – “esta não se vê como único agente da dinâmica institucional do município”:

Em Pintadas, [...] encontrei um modelo de gestão com mais inclusão social e descentralizado. O governo local em Pintadas também era – e continua sendo - ativo e ágil, mas, neste caso, as habilidades são para negociar com os variados agentes e com os movimentos sociais representados pela Rede Pintadas. (FONSECA, 2010, p. 46).

Em Pintadas, há “uma linha tênue que separa o que é político-partidário e o que é social e comunitário, numa espécie de comunhão dos interesses públicos e coletivos que se operacionaliza por meio e na Rede Pintadas” (FISCHER; NASCIMENTO, 2003, p. 9).

Segundo o diagnóstico empreendido por Fischer e Nascimento (2003), que foi corroborado nas entrevistas: “há entre esta rede e a prefeitura uma relação de complementaridade na qual é difícil separar, muitas vezes, o que é de interesse direto da prefeitura e o que é de interesse direto da rede” (Entrevistada 1, 2010).

Fonseca afirma que em Pintadas, entre os três tipos de recursos territoriais existentes – organizacionais, naturais e informais, o recurso “que mais vem influenciando positivamente nas ações institucionais são os informais, fundamentados no engajamento dos trabalhadores rurais, na participação, nos laços de solidariedade”: (FONSECA, 2010, p. 46).

O território é considerado aqui como sendo uma dimensão do espaço constituída de base material, política e institucional e apresenta um conjunto de recursos que foram se superpondo no decorrer do tempo, regrando,

sendo regrado e acompanhando as novas demandas e necessidades das sociedades no decorrer do processo de evolução histórica. E hoje, com o advento do novo regime de produção do capitalismo e do processo de descentralização, além dos tradicionais recursos naturais e infraestruturais, estão sendo cada vez mais valorizados como meios importantes para as tomadas de decisões e ações, os recursos organizacionais, técnicos e informais (apud SANTOS, 1996); Os recursos organizacionais referem-se às regras de regulação e são representados, na escala municipal, por variados indicadores de regulação como a lei orgânica municipal, o plano diretor, lei de uso e ocupação do solo, de preservação do meio ambiente, etc.; os recursos técnicos abarcam os tradicionais recursos do território, tais como os ligados à instalação de redes de infraestrutura, transporte e comunicações, e os mais modernos, relacionados à capacidade informacional da instituição governamental, que têm capacidade de geração e difusão de tecnologias, a ponto de transformar o local num meio inovador. [...] e os recursos informais são aqueles relacionados aos hábitos, convenções, redes locais de solidariedade, de participação política e de envolvimento nas decisões e ações locais, adquiridos no processo de socialização histórica de cada município. [...] os recursos territoriais podem interferir nas ações institucionais e, conseqüentemente, no desempenho institucional, sobretudo nos dias atuais em decorrência da maior valorização das potencialidades organizacionais e informacionais locais. Estes novos recursos, na realidade, vão se superpondo a outros preexistentes e vão inserindo outros conteúdos no dinâmico processo de transformação dos territórios. (FONSECA, 2010, p. 46).

Já habituado a debates, o município institucionalizou os conselhos municipais, conforme Quadro 3, previstos em lei para discussão das questões locais e das políticas públicas municipais. E em 2004, para a prefeitura de Pintadas, é eleito um novo candidato do PT, Valcyr Rios – que foi reeleito em 2008. Ao final de 2012, serão totalizados 16 anos da administração municipal petista, em quatro mandatos, nos quais a cultura de discussão política e da participação social consolidou-se.

QUADRO 3
Conselhos, Pintadas – 2001

Tipo de Conselho	Implantado
Conselho na área de educação	SIM
Conselho paritário na área de educação	SIM
Conselho na área de saúde	SIM
Conselho paritário na área de saúde	SIM
Conselho de assistência social	SIM
Conselho paritário de assistência social	SIM
Conselho na área de direito das crianças/adolescentes	SIM
Conselho paritário na área de direito das crianças/adolescentes	NÃO APLICÁVEL
Subprefeituras	SIM

Fonte: FONSECA, 2010, *apud* IBGE – Perfil dos Municípios Brasileiros, 2001.

É relevante analisar alguns indicadores econômicos e sociais de Pintadas para perceber como evoluiu o município a partir da experiência da Rede Pintadas e da gestão participativa da prefeitura desde 1997, assim como os resultados alcançados em aspectos quantitativos, que apresentaremos na sessão seguinte.

1.4 ALGUNS INDICADORES

Apesar da economia ainda frágil em Pintadas, a variação entre 2001 e 2007, que traduz o crescimento do Produto Interno Bruto Municipal (PIB), fica abaixo do incremento experimentado pelo Estado como um todo nos setores primários e secundário e terciários (Tabela 1), o que significa que Pintadas cresceu menos que a Bahia.

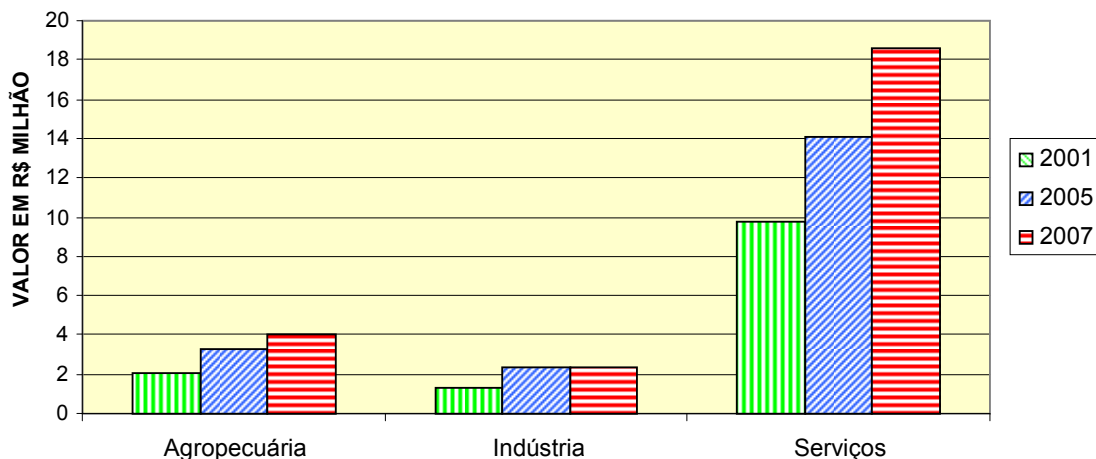
TABELA 1
PIB, Bahia e de Pintadas - 2001/2005/2007

ANO	LOCAL ESTADO Município	Valor Desagregado (R\$ milhões)			Valor Agregado (R\$ milhões)
		Agropecuária	Indústria	Serviços	
2001	BAHIA	3.932	11.966	28.313	44.210
	Pintadas	2,11	1,28	10,00	13,19
2005	BAHIA	6.726	25.158	46.331	78.215
	Pintadas	3.32	2,32	14,13	19,76
2007	BAHIA	8.221	26.793	60.147	95.161
	Pintadas	4,03	2,36	18,63	25,02
Varição 2000/2007	BAHIA Pintadas	2,1 1,9	2,2 1,8	2,1 1,9	2,2 1,9

Fonte: FONSECA, 2010 APUD SEI, 2010.

Quando se visualiza graficamente o resultado de Pintadas, é possível perceber que o setor secundário mantém-se estável de 2005 para 2007. Por outro lado o setor terciário apresenta uma evolução significativa ao longo do período.

GRÁFICO 1
PIB (valor desagregado por setor), Pintadas – 2001/2005/2007



Fonte: FONSECA, 2010. Dados obtidos através da SEI, 2010.

Esta tendência de crescimento na participação do setor de serviços pode ser devida a tendência de migração da população da área rural para a sede do município. Em 2000, a população rural era de 62,7% e em 2007 passou a ser de 51,7%. O incremento de população na área urbana do município modifica hábitos, causando mudanças significativas no tipo de trabalho e no padrão de consumo. É natural que a participação do setor de serviços tenha um ritmo de crescimento mais acentuado em relação ao setor primário, concentrado na área rural (Tabela 2). Vale ressaltar que há uma estreita correlação entre os setores primários e terciários nestes pequenos municípios.

TABELA 2
População urbana e rural, Pintadas, 1991-2007.

População	Quantidade			Percentual		
	1991	2000	2007	1991	2000	2007
Urbana	2.303	4.076	5.099	22,1	37,3	48,3
Rural	8.102	6.851	5.452	77,9	62,7	51,7
Total	10.405	10.927	10.551	100	100	100

Fonte: SEI, 2007. Adaptado pela autora.

Ao observar a arrecadação de impostos de competência exclusiva dos municípios, o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto Sobre Serviços (ISS) destaca-se a variação positiva entre 2000 e 2007, nos dois casos.

A arrecadação do IPTU em Pintadas cresce mais do que a média de todos os municípios baianos. A diferença entre o crescimento da arrecadação do IPTU em Pintadas é seis vezes maior do que o crescimento da soma das arrecadações municipais na Bahia (Tabela 3).

TABELA 3
Arrecadação de IPTU, Pintadas – 2000 a 2007

ANO	PINTADAS		BAHIA	
	R\$		R\$	
Varição 2000/2007 (em %)		11,7		1,9
2000	2.009,00		117.069.398,00	
2001	2.352,00		125.821.354,00	
2002	2.201,00		135.241.171,00	
2003	3.192,33		153.502.765,81	
2004	2.930,23		165.425.755,44	
2005	9.637,69		180.059.046,34	
2006	18.001,05		201.154.716,64	
2007	23.531,35		227.824.422,03	

Fonte: SEI, 2000 a 2007.

Já a arrecadação do ISS tem um crescimento pouco superior a soma de todos os municípios baianos (Tabela 4).

TABELA 4
Arrecadação de ISS, Pintadas – 2000 a 2007

ANO	PINTADAS		BAHIA	
	R\$	%	R\$	%
Varição 2000/2007		3,8		3,0
2000	32.265,00	0.01	264.910.825,00	100
2001	33.966,00	0.01	346.963.789,00	100
2002	56.880,00	0.01	380.744.820,00	100
2003	54.611,28	0.01	410.864.855,83	100
2004	60.049,73	0.01	494.721.538,02	100
2005	117.339,86	0.02	614.761.774,09	100
2006	124.768,70	0.02	742.226.164,94	100
2007	123.683,69	0.02	782.634.613,14	100

Fonte: SEI, 2000 a 2007.

De acordo com Fonseca (2010), o esforço de modernização da administração pública acrescenta recursos informacionais em muitos municípios. Por ser um recurso de modernização dos serviços da prefeitura, pode facilitar “o controle do uso e ocupação do solo, para agilizar as cobranças de taxas e impostos” (FONSECA, 2010, p. 40).

Com relação aos indicadores sociais, o primeiro a ser observado é o IDH-M que varia positivamente em dez anos. Ao analisar o componente ‘educação’ percebamos que foi o responsável pela melhoria no indicador geral do município, apresentando a maior evolução (0,47%), muito acima do resultado dos outros dois aspectos, rendimentos e longevidade (Tabela 5).

TABELA 5
IDH-M* e seus componentes, Pintadas -
2002

COMPONENTE	1991	2000	VARIAÇÃO (EM %)
IDH-M	0,502	0,625	0,25
<i>IDHM-Renda</i>	<i>0,461</i>	<i>0,511</i>	<i>0,11</i>
<i>IDHM-Longevidade</i>	<i>0,552</i>	<i>0,641</i>	<i>0,16</i>
<i>IDHM-Educação</i>	<i>0,493</i>	<i>0,724</i>	<i>0,47</i>

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil
(* Índice de Desenvolvimento Humano Municipal)

Ainda analisando o cenário educacional de Pintadas comparado à média estadual, materializado pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica¹² (IDEB), é possível perceber que tanto o IDEB observado, quanto as metas projetadas para Pintadas são maiores que para a Bahia como um todo, refletindo a atenção dada para a educação no município.

Há que se considerar que, em 2007, a meta para os anos finais do ensino fundamental não foi alcançada, o que aconteceu em 2009. Destaca-se a meta para 2009 dos anos iniciais do ensino fundamental que foi superada com folga (Tabela 6).

¹² O Ideb é calculado a partir de dois componentes: taxa de rendimento escolar (aprovação) e médias de desempenho nos exames padronizados aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente pelo Inep. As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil (para Idebs de escolas e municípios) e do Saeb (no caso dos Idebs dos estados e nacional).

TABELA 6
IDEB observado e Metas para rede pública, Bahia e Pintadas –
2005/2007/2009

ENSINO FUNDAMENTAL	IDEB OBSERVADO			METAS PROJETADAS							
	2005	2007	2009	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
BAHIA											
Anos Iniciais	2,6	2,6	3,2	2,7	3	3,4	3,7	4	4,3	4,6	4,9
Anos Finais	2,6	2,7	2,8	2,7	2,8	3,1	3,5	3,9	4,2	4,4	4,7
PINTADAS											
Anos Iniciais	3,2	3,4	4,2	3,3	3,6	4	4,3	4,6	4,9	5,2	5,5
Anos Finais	3,3	2,9	3,5	3,4	3,5	3,8	4,2	4,6	4,8	5,1	5,3

Fonte: Prova Brasil e Censo Escolar, 2010.

É interessante verificar que, com dez anos de administração participativa, ainda não é possível perceber nos indicadores esses esforços para promover a melhoria da qualidade de vida da população. É um declínio leve, mas considerando todas as políticas, ações e parcerias, além da prioridade para o social, o esperado seria um incremento importante no Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE) e no Índice de Desenvolvimento Social (IDS) (Tabela 7):

TABELA 7
Indicadores Sociais Pintadas – 2000-2006

ANO	IDE	IDS
Variação 2000/2006	-0,004	-0,004
2000	4.987,34	4.975,63
2002	4.987,09	4.961,43
2004	4.986,89	4.964,01
2006	4.967,15	4.955,62

Fonte: SEI, 2000 – 2006.

É até mesmo curioso observar que os índices caem na mesma proporção. Esse desempenho poderia ser explicado se retomarmos a variação do IDH-M desagregada, no aspecto da renda: esta é a variável que menos cresce e a renda acaba influenciando também o IDS e o IDE.

Outra explicação contundente para que todo o esforço feito na área social – principalmente na infraestrutura hídrica e oferta de energia solar, não tenha se

convertido na melhoria destes índices (que refletem qualidade de vida), mas neste agravamento inesperado, seja a modalidade escolhida para ofertar de água e energia elétrica na área rural (cisternas e placas fotovoltaicas).

Estas soluções premiadas internacionalmente não são “enxergadas” pela metodologia de cálculo do IDE e IDS, pois os índices utilizam “contas faturadas” dos serviços para medir a sua oferta, de acordo com a metodologia de cálculo dos índices (ANEXO 3) e em Pintadas os moradores da área rural não pagam por água e luz. Por conta das suas especificidades, precisamos ter muito cuidado na análise de muitos indicadores que não são capazes de nos dar uma fotografia verdadeira da situação em Pintadas, mesmo desagregado.

Depois destas considerações iniciais, passamos a analisar o processo de organização comunitária e associativismo que deu origem à Rede Pintadas e modificou o cenário local, por conta de uma nova maneira de pensar, planejar e operar.

2 A VEZ DE PINTADAS: Rede Pintadas e Participação

O que observamos em Pintadas é a concretização de uma possibilidade colocada por Valla “de um caminho complementar ao das reivindicações e demandas por uma melhor distribuição do dinheiro público” (VALLA, 1998, p. 11). O autor considera que o caminho da reivindicação é justo e legítimo, mas, por outro lado, pode não ser a única estratégia possível. A população decidiu unir-se em torno de um objetivo comum (uma melhor e mais justa distribuição de terras), à revelia da decisão do poder público municipal e logrou sucesso, tal como o exemplo dado pelo autor:

A recente epidemia de cólera no Peru, por exemplo, teve como desfecho uma surpreendentemente baixa taxa de mortalidade, mas muito mais em função da iniciativa dos grupos populares do que dos investimentos do governo. Simbolicamente denominado 'duplo caminho peruano', este movimento cobrou do governo sua responsabilidade, e, ao perceber que o governo não respondia com os recursos necessários para combater adequadamente a epidemia, implementou uma política própria de mutirão para salvar os atingidos (*apud* VALLA, 1994b; VALLA, 1997b; RENYA; ZAPATA, 1991). O 'duplo caminho' não abre mão da reivindicação como política, mas questiona essa 'via única' nesta conjuntura de globalização. (VALLA, 1998, p. 11).

Os mutirões descritos no primeiro capítulo evoluíram para a execução de projetos socioprodutivos, para a captação de recursos e para a formação de uma instância coletiva, capaz não só de promover melhorias na qualidade de vida, como de reorganizar o movimento social e reformar a gestão municipal. “Lá fora ser coletivo é algo estranho (...) para a gente aqui ‘ser coletivo’ é algo natural, a gente não precisa se esforçar para discutir o projeto” (ENTREVISTADO 4, 2010).

2.1 REDE PINTADAS

A história de Pintadas confunde-se com a história da participação no município, pois a Rede Pintadas pode ser entendida, em última instância, como um coletivo institucionalizado de participação e articulação para reivindicação e controle da ação municipal, que resultou do movimento de resistências e lutas travadas

desde a década de 1970. “A Rede é um espaço de articulação que busca formular, executar, acompanhar, fiscalizar e avaliar as políticas públicas municipais” (CRUZ, 2006, p. 89). Hoje, ocupando o espaço central de poder, a Rede Pintadas articula e promove ações de desenvolvimento econômico e social do município.

Diversos estudos foram realizados no município, tendo como foco a constituição, o funcionamento e os resultados alcançados pela Rede Pintadas. Entre as principais instituições que pesquisaram a entidade estão a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA). Além de campo de pesquisa, o município foi alvo de projeto de extensão e parcerias que colaboraram para a sistematização e institucionalização das iniciativas do movimento social.

No Projeto Conexão Local, a FGV descreve, em sua página na internet, o objetivo da Rede Pintadas como:

Defender o desenvolvimento, a confiança, a segurança e o fortalecimento das entidades associadas, promovendo também intercâmbio entre as entidades. Busca também parcerias ou convênios com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, para atender as necessidades das associadas. Dessa forma, busca promover o desenvolvimento sustentável e solidário do município de Pintadas, conjuntamente com ações de defesa ao meio ambiente. (FGV, 2006, s.p.)

A partir da experiência com os mutirões, relatada no capítulo anterior, foram formados grupos que catalisaram os esforços e os discursos da Igreja, com base na Teologia da Libertação: o Conselho Pastoral das Comunidades (CPC), com dois representantes eleitos por cada uma das 32 comunidades, e o Conselho Pastoral de Jovens (CPJ), representados por jovens, também de cada comunidade.

Com os grupos constituídos e atuantes iniciou-se um processo de tomada de consciência por parte das comunidades sobre os temas sociais. As questões relacionadas a terra e reforma agrária, à pobreza e miséria, à educação e oportunidade, além das sutilezas políticas começaram fazer parte do repertório de reflexão. A luta pelos direitos e deveres do cidadão tomou o lugar da crença de que nada tem solução, da tese fatalista sobre os desígnios divinos (FISCHER; NASCIMENTO, 2003, p. 5-6).

Em conjunto com um coletivo da juventude que envolvia uma quantidade maior de jovens, a Juventude Procurando a Libertação (JPL), estes conselhos “assumiram um papel importante e simbólico, pois demonstraram concretamente que o futuro estava sendo construído em uma espécie de celeiro de lideranças”

(FISCHER; NASCIMENTO, 2003, p. 6). Foram os líderes dos movimentos de jovens e mulheres que assumem a gerência dos projetos e mais tarde, os cargos na prefeitura.

Movimentos, de mulheres e da juventude, que só fariam parte da agenda nacional no início do século XXI, germinaram em Pintadas muitos anos antes. Eles foram impulsionados pela ausência dos homens que passavam grande parte do ano fora das suas casas, quando migravam para o sudeste, buscando trabalho e melhoria dos rendimentos. As mulheres e os jovens assumiam assim as propriedades e se apropriaram das reflexões, discussões e iniciativas políticas:

É interessante notar hoje – justamente quando o protagonismo juvenil e questões de gênero estão na ordem do dia de instituições de financiamento e apoio às ONGs – que esses temas já fazem parte da vida de Pintadas há muitos anos. Percepção, essa, corroborada pelo fato de que grande parte das lideranças das instituições que compõem a Rede ser de ex-integrantes desses grupos jovens. Além disso, não é por acaso que Pintadas tem uma associação de mulheres, uma prefeita mulher por dois mandatos seguidos e três vereadoras. (FISCHER; NASCIMENTO, 2003, p. 7).

Do trabalho conjunto entre a Paróquia de Pintadas, o recém-criado Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Movimento de Jovens e a Diocese de Ruy Barbosa, em 1988, foi criado o Centro Comunitário de Serviços de Pintadas (CCSP) – entidade gestora do Projeto Pintadas/BNDES. O centro tinha a finalidade de apoiar e promover capacitação e assistência técnica aos trabalhadores rurais. No entanto, passou a representar um espaço para discussões sobre o desenvolvimento local e a realização de ações de interesse público, além de consolidar um projeto de desenvolvimento conjunto.

A partir da mobilização popular, diversas entidades de cunho social foram criadas com o objetivo comum de promover melhorias nas condições de vida da população. Mesmo cada uma das entidades tendo projetos e focos diferenciados, as ações eram empreendidas de maneira integrada: todas as lideranças participavam da confecção dos planejamentos estratégicos de cada entidade (RAYMUNDO; ASANO, 2006, p. 29).

A necessidade de buscar opções de geração de renda e de produção e convivência com a seca, conjugada com a limitação de apoio na esfera estadual, forçou a aproximação dos atores municipais com entidades de níveis nacionais e internacionais, governamentais e não governamentais, em busca de fontes de financiamento e cooperação técnica.

A multiplicação dos projetos apoiados, entidades parceiras e a complexidade da gestão do conjunto de ações geraram duplicidade de esforços as lideranças sentiram a necessidade de articular todas as iniciativas visando o desenvolvimento de Pintadas. Então, a correta articulação entre as entidades financiadoras com as instituições e projetos municipais passou a ser um desafio.

O CCSP passou a promover esta articulação. Com o progresso das relações e das discussões, com o incremento do capital social¹³, a estrutura da CCSP corre o risco de sobrecarrega, porque estes “novos projetos configuram novos núcleos de desenvolvimento que, aos poucos, crescem, estruturam-se e ganham autonomia e institucionalidade” (FISCHER; NASCIMENTO, 2003, p. 11).

As diversas entidades, cada uma com um foco, não impediram o caráter solidário da comunidade possibilitando a troca de informações, ideias e trabalhos conjuntos. Com o início da atuação da Ação Agrária Alemã, em 2003, esta articulação, até então informal e intuitiva, foi conceituada como Rede¹⁴ por um parceiro:

O conceito de Rede foi apresentado ao movimento por um cooperador da Ação Agrária Alemã, que percebeu a articulação informal das entidades e sugeriu sua estruturação, visando ampliar a comunicação, promover um fórum maior de discussões e direcionar melhor os esforços do movimento em busca tanto de força como de eficiência. (RAYMUNDO; ASANO, 2006, p. 29).

Dois anos depois, em 2005, a Rede Pintadas foi institucionalizada, passando a representar a sociedade civil organizada, além de dinamizar e articular as ações indutoras do desenvolvimento local. De acordo com a página oficial da Rede Pintadas, o coletivo consiste em:

Uma organização que reúne 11 entidades representativas do Município de Pintadas, que atuam como organizações sociais, produtivas, culturais e religiosas e formalizada através da Associação das Entidades de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Pintadas. As instituições integrantes se

¹³ A maior parte dos estudos em Pintadas aponta como diferencial a existência de um acúmulo de capital social, resultado das relações de confiança, dos laços solidários fortalecidos nos processos de lutas e movimentação social. O conceito de Capital Social de Pintadas já foi bastante estudado, por isso não faz parte do escopo desta pesquisa.

¹⁴ Segundo Olivieri, “redes são sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições, de forma democrática e participativa, em torno de objetivos e/ou temáticas comuns. Estruturas flexíveis e cadenciadas, as redes se estabelecem por relações horizontais, interconexas e em dinâmicas que supõem o trabalho colaborativo e participativo. As redes se sustentam pela vontade e afinidade de seus integrantes, caracterizando-se como um significativo recurso organizacional, tanto para as relações pessoais quanto para a estruturação social”. (OLIVIERI, 2002, p. 1)

assemelham no seu conjunto de normas e valores e possuem objetivos comuns. (REDE PINTADAS, 2010).

A estratégia para evitar a sobrecarga do CCSP e novos projetos fracassados foi, então, a criação de uma instância capaz de evitar a sobreposição de esforços e ideias, a Rede Pintadas, além de “canalizar as discussões, lutas, pleitos e projetos para uma discussão mais ampla, representativa e democrática”. (FISCHER; NASCIMENTO, 2003, p. 12).

A Rede Pintadas teria como sede o CCSP, contando com alguma infraestrutura. A forma participativa e democrática de operação da Rede modifica as formas tradicionais de planejamento e gestão social, integrando a administração pública nesta lógica:

A Rede não constitui um projeto nos moldes tradicionais a que estamos acostumados. Trata-se mais de um desdobramento natural que emanou da comunidade como uma necessidade lógica de um grupo de instituições e pessoas com uma visão convergente: o desenvolvimento local de Pintadas. [...] Nesse sentido, difere completamente das estratégias do Comunidade Ativa, que na Bahia foi incorporado pelo programa do governo estadual com o incongruente nome de Faz Cidadão, de indução do desenvolvimento local e promoção da participação. Em Pintadas, não houve e nem há agente externo à comunidade induzindo o que quer que seja. (FISCHER; NASCIMENTO, 2003, p. 12).

A Rede Pintadas constitui-se num espaço de discussão das questões complexas que extrapolam o escopo de atuação das instituições envolvidas, mas não numa nova instituição. A Rede inaugurou uma nova forma de relação e apropriação do poder público pela sociedade, possibilitando uma representação da sociedade legitimada e o controle social efetivo.

De acordo com o Entrevistado 4, as entidades, inclusive a prefeitura, dialogavam e agiam em rede, mesmo sem ter sistematizado e institucionalizado esta forma de interação. O conceito de Rede veio algum tempo depois e o nome Rede Pintadas foi cunhado numa cooperação direta com a entidade alemã, é sugerida a institucionalização da Rede Pintadas, como um fórum de debates entre os parceiros internos e externos (nacionais e internacionais). Esta foi uma grande novidade da década de 1990.

Assim como este, o Entrevistado 4 acredita que todos os processos de Pintadas foram muito intuitivos. As tarefas de sistematizar e colocar no papel eram feita por colaboradores de fora do município que se encantavam e se envolviam com

o movimento social do município. O Projeto Pintadas/BNDES, por exemplo, foi formalizado graças aos técnicos da CAR.

Observando os objetivos explícitos¹⁵ e implícitos da Rede Pintadas, podemos perceber que estes são convergentes com o objetivo mais amplo de qualquer gestão pública: promover o desenvolvimento econômico e social do município. No entanto, a Rede mantém uma autonomia ambígua em relação à prefeitura:

Como movimento endógeno da própria comunidade, há uma relativa independência da Prefeitura, o que, por outro lado, não minimiza a importância da administração petista no andamento e na evolução da Rede. As trocas e complementaridades são inúmeras e em diversos projetos. Fica difícil, nesse contexto, diferenciar exatamente o que é sociedade civil organizada, apoio da Prefeitura e voluntariado. As fronteiras fundem-se dentro da Rede. (FISCHER; NASCIMENTO, 2003, p. 16).

A Rede Pintadas sempre contou com parcerias importantes, tanto nacional quanto internacionalmente, instituições públicas e privadas estiveram ao lado dos pintadenses desde a época em que não tinham apoio dos poderes municipal e estadual, tornando muito bem sucedida a meta de captação de recursos e viabilização de cooperações técnicas:

Há instituições que, no decorrer dos anos, têm apoiado a Rede, como a Universidade Federal da Bahia (estudos, projetos de saneamento, etc.), o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA (educação contextualizada), a Coordenadoria Ecumênica de Serviços - CESE, a Fundação Clemente Mariani (educação), a Caritas do Brasil, entre outras. Algumas apóiam projetos pontuais ou de forma contínua como a Eletrobrás e a Coelba, na construção do Centro Comunitário de Produção de Leite Bovino; a Comunicação, Educação e Informação em Gênero - Cemina e o Banco do Brasil, na Estação Digital; a Petrobras, no Festival de Bamburrá; o Serviço Social da Indústria (SESI) em projetos culturais. (RAYMUNDO; ASANO, 2006, p. 30)

Além das parcerias federais, de entidades privadas, a Rede recebeu importantes apoios do ponto de vista internacional. Num primeiro momento, as negociações com as entidades internacionais foram conduzidas pelos padres da Igreja Católica. Com a evolução das parcerias, foi necessária a organização das

¹⁵ Dentre os objetivos da Rede Pintadas, listados no Informativo nº 1 da Rede, temos: a) promover maior articulação entre as entidades em torno de um projeto comum; b) integrar e fortalecer atividades de cada entidade; c) articular e dinamizar o Movimento (Social) de Pintadas; d) promover encontros para a troca de experiências (interna e externa); e) descobrir novos parceiros. (FISCHER; NASCIMENTO, 2003, p. 13).

atividades e assim criaram a Rede Pintadas Internacional, visando a eficiência dos investimentos e a transparência, tendo como “objetivo de consolidar uma visão comum sobre o desenvolvimento pintadense a partir da discussão dos pontos de vista de cada entidade financiadora” (RAYMUNDO; ASANO, 2006, p. 31).

Do ponto de vista ecológico, as discussões travadas na Rede mudaram o entendimento sobre o clima: se antes a seca era vista apenas pelo viés da escassez, da ausência de recursos, da impossibilidade de subsistência, esta passou a ser tratada como “condição posta” que poderia converter-se em abundante desde que fosse entendida pelo viés da adequação e melhor convivência com ela, sendo utilizadas técnicas e ferramentas adequadas.

Então se iniciou um processo de pesquisa e viabilização de tecnologias que possibilitassem o aproveitamento das riquezas do Semiárido. As soluções encontradas foram a construção de cisternas e sistemas de irrigação, além da apreensão de conceitos de consumo consciente e reciclagem. (RAYMUNDO; ASANO, 2006, p. 31).

O processo de debates promovidos pela Rede Pintadas em conjunto com a prefeitura visou articular interesses e definir as prioridades comuns: água, educação e saúde. Com a complexidade crescente dos trabalhos realizados pelo coletivo, cada vez mais se sentiu a necessidade de profissionais capazes de dar conta dos desafios postos.

Essa experiência de luta e gestão participativa nomeada de Rede recebeu duas premiações de gestão e cidadania, uma pela FGV em 2002 e outra pela Caixa Econômica em 2004.

A conclusão da pesquisa de Fischer e Nascimento (2003) é que em Pintadas houve avanços substanciais no que se refere à gestão pública e à relação entre o poder público e a sociedade civil por meio da abertura de espaços de participação.

O Projeto Rede Pintadas corresponde, assim, a uma nova validação prática da importância da ação coletiva no âmbito da gestão social em nível municipal. Integrando em forma de rede a gestão pública municipal a uma estrutura de poder colegiada da sociedade civil organizada, a experiência mostra que é possível romper com a inércia do isolacionismo político e geográfico, superar e conviver com adversidades climáticas e naturais, empreender articulações com organizações complexas e integrar diferentes interesses pessoais e institucionais em torno do bem comum: o desenvolvimento social e econômico do município da forma mais ampla, democrática e participativa possível. (FISCHER; NASCIMENTO, 2003, p. 17).

Em 2004, é lançado o Projeto Pintadas Solar, que consiste na união de lideranças do terceiro setor, acadêmicos, empresários e poder público para articulação de novos recursos tecnológicos, humanos e financeiros, com as políticas públicas existentes para pesquisar e implantar novas formas de convivência com as mudanças climáticas do Semiárido.

Iniciativa bem sucedida e reconhecida pelo Prêmio Seeds¹⁶ em 2008, o Projeto Pintadas Solar tem como foco a adaptação às condições climáticas, para garantir a segurança alimentar, a redução da pobreza e a sustentabilidade da caatinga. Em 2009, o projeto se expande para os municípios de Quixabeira e Baixa Grande, ambos localizados no Território de Identidade Bacia do Jacuípe, com o nome de Rede Adapta Sertão.

Traçado este panorama sobre as relações entre movimentos sociais, entidades e poder público, partiremos para uma análise teórica sobre a participação social. Iniciado pelo conceito de participação popular discutido por Valla (1998) que serve de pressuposto do estudo, para uma análise mais crítica sobre o conceito de participação social, com base em Santos (1998) e Dagnino (2005), entre outros.

A participação popular diferencia-se da modernização, do mutirão etc., por ser uma participação política das entidades representativas da sociedade civil em órgãos, agências ou serviços do Estado responsáveis pelas políticas públicas na área social. Esta participação, se de um lado legitima a política do Estado diante da população, também abre um canal para as entidades populares disputarem o controle e o destino da verba pública. (VALLA, 1998, p. 5)

A tese de Valla (1998) localiza o início da participação popular entre os anos 1930 e 1940, exatamente quando se inicia o debate sobre políticas públicas. O autor entende políticas públicas com o Estado fazendo parte da instalação de toda a infraestrutura indispensável à realização da atividade produtiva privada, concentrada nas metrópoles (VALLA, 1998).

O autor diferencia o termo que seria utilizado universalmente da aplicação que é feita na América Latina: a ideia da “participação popular” é uma forma de diferenciar-se de um modelo de sociedade no qual as parcelas que tem

¹⁶ “A iniciativa SEED, é uma rede global fundada pelas organizações PNUD, International Union for Conservation of Nature (IUCN), e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que tem como missão promover parcerias em prol do desenvolvimento sustentável em sintonia com as Metas de Desenvolvimento do Milênio e a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável também conhecida como Rio +10.” (SEED INIT, 2010).

conhecimento decidem as estratégias e apontam o caminho certo para as classes populares, ou seja, a ideia da participação popular é que estas classes podem e devem tomar parte das decisões que afetam a sua vida:

A ambigüidade do termo não vem somente das várias interpretações que poderiam resultar do seu uso, mas também do fato de que a tradição autoritária da América Latina, e do Brasil, contamina tanto os grupos conservadores, como também, frequentemente, os progressistas. (VALLA, 1998, p. 2).

A forte crítica à participação social ou popular centralizada mediada por técnicos e pela burocracia estadual presente na discussão se justifica pelo argumento de que esta modalidade de participação não favorece a integração das classes populares nos processos sociais que seria a oferta de serviços públicos de qualidade e a garantia de trabalho e renda.

Este tipo de participação “obscurece o fato de que estes grupos marginalizados sempre estiveram dentro da sociedade, mas participando da riqueza de forma bastante desigual”. (VALLA, 1998, p. 4). Valla prossegue criticando os mutirões freqüentemente utilizados pelos governos e pelas igrejas como uma forma de participação popular.

Trata-se de um apelo, de um convite à população, principalmente a que mora nos bairros periféricos e favelas, para que realize, com seus próprios trabalhos, tempo de lazer e, às vezes, dinheiro, ações e obras da responsabilidade do governo. Em grande parte, os governos brasileiros, [...] agem com a população de uma forma bastante autoritária, decidindo unilateralmente sobre a qualidade e quantidade dos serviços básicos. Quando, no entanto, percebem que não dão conta de um determinado então conclamam a população a participar do combate e erradicação do mal através do mutirão.” (VALLA, 1998, p. 4).

O mutirão seria uma maneira de individualizar a questão e de culpabilizar as vítimas, uma prática que permite esconder o mau funcionamento dos serviços públicos e o descompromisso dos governos (VALLA, 1998).

Merece mais atenção dos estudiosos das classes populares, no entanto, a insistência dessas em praticar o mutirão, principalmente na construção de habitações, escadarias e equipamentos de saneamento básico. Há anos os mediadores da classe média assinalam as perdas de dinheiro e energia nesta prática, mas as populações pobres continuam produzindo aquilo que um salário mais digno ou um governo mais popular deveriam estar facilitando. É possível estar presente na lógica e na experiência dos pobres brasileiros a ideia de que não dá para confiar nas promessas dos governos. É possível também que o mutirão nos locais de moradia esteja espelhando valores comuns de solidariedade e reciprocidade. (VALLA, 1998, p. 5)

Justamente o que aconteceu em Pintadas: com a prática dos mutirões os valores de solidariedade e reciprocidade se desenvolveram ao ponto de conseguirem organizar-se e conquistar o poder público municipal.

A participação popular, neste contexto, significa uma força social imprescindível para fazer sair do papel as conquistas e impulsionar as mudanças necessárias. Como se sabe, o interesse de muitos grupos é exatamente o contrário, ou seja, que o serviço público permaneça sempre deficitário, impotente, desacreditado pela própria população que o mantém. (VALLA, 1998, p. 5).

Em Pintadas, a população conseguiu superar um dos efeitos perniciosos apontados pelo autor: a culpabilização das vítimas. Ou seja, de maneira análoga ao exemplo dado pelo autor, no município poder-se-ia dizer que a responsabilidade pela seca, pela pobreza, pela mortalidade infantil e pela má educação seria dos próprios cidadãos que não sabem usar os recursos hídricos disponíveis, que não são empreendedores, que não cuidam bem dos seus filhos ou que não se esforçam para aprender na escola. Seria de cada pintadense a explicação de uma prática coletiva (serviços públicos de péssima qualidade) que é individualizada (VALLA, 1998, p. 5 *apud* VALLA; STOTZ, 1989).

A população de Pintadas, valorizando os saberes populares e de maneira intuitiva, empreendeu um processo produtivo coletivo (mutirões), conjuntamente com uma ação reivindicatória. Os líderes populares, no entanto, não desprezam o saber técnico, vindo de burocratas e agentes externos. Sabiamente aproveitam este conhecimento escolarizado, “mais científico”, para sistematizar e qualificar suas práticas, exatamente como o ideal colocado por Valla (1998).

2.2 DE QUE PARTICIPAÇÃO ESTAMOS FALANDO

Aprofundando a discussão sobre participação, tanto Santos (1998) quanto Dagnino (2004) entendem a participação social como um requisito para a implementação dos dois paradigmas de reforma do Estado, estando ambos em campos opostos do pensamento político.

Santos (1998) afirma que “dos dois paradigmas de transformação social da modernidade, a revolução e o reformismo, o primeiro foi pensado para ser exercido

contra o Estado e o segundo para ser exercido *pelo* Estado” (SANTOS, 1998, p. 1, grifo nosso). Desta forma, e diante do histórico de Pintadas, propõe-se a reflexão sobre a possibilidade desta transformação necessária sendo exercida *com* o Estado.

O reformismo, conforme conceito do autor foi a “via gradual, pacífica e legal para o socialismo” (SANTOS, 1998, p. 1), forma encontrada pelo movimento operário e seus aliados para resistir a ter a vida social reduzida a obedecer às leis do mercado e à lógica de acumulação. O reformismo garantia a sustentabilidade de valores não mercantis e a manutenção dos laços de solidariedade e cooperação:

Essa institucionalidade significou a vigência possível do interesse geral ou do interesse público numa sociedade capitalista, um interesse desdobrado em três grandes temas: a regulação do trabalho; a proteção social contra riscos sociais, e a segurança contra a desordem e a violência. A institucionalidade reformista traduziu-se numa articulação específica entre os três princípios de regulação na modernidade: o princípio do Estado, o princípio do mercado e o princípio da comunidade. (SANTOS, 1998, p. 1).

O reformismo possibilitou uma articulação entre os três princípios de regulação moderna: o Estado, o mercado e a comunidade. Na dinâmica contemporânea, o princípio da comunidade deixou de ser reforçado, porque as formas de cooperação, antes realizadas diretamente entre pessoas e grupos, passaram a ser mediada pelo Estado. Com a manifestação preponderante do mercado nas relações sociais, as questões sociais passaram a se agravar. Para manter o caos sob controle, a democracia e cidadania foram incluídas na agenda política. “O reformismo assenta na ideia de que só é normal a mudança social que pode ser normalizada” (SANTOS, 1998, p. 2).

O reformismo, tido como a mudança social normal, tem o seu oposto na revolução: a mudança social anormal. O resultado do reformismo é o Estado do Bem Estar Social (ou Estado-Providência para Santos, 1998) nos países de primeiro mundo e o Estado Desenvolvimentista nos demais países.

O paradigma do reformismo entra em crise, porque a mudança normal não deu conta de melhorar os processos de inclusão social ou impedir os processos de exclusão. Segundo Santos (1998), os espaços de conflito e negociação foram comprometidos, assim como a capacidade financeira e reguladora do Estado, depois do Consenso de Washington. Porém, o autor conclui que esta crise decorre do momento pós-revolução, quando o Muro de Berlin é derrubado.

Fora do contexto político da pós-revolução, o reformismo deixou de fazer sentido. Deixou de ser possível porque deixou de ser necessário e não o contrário. Enquanto não surgir no horizonte um outro momento revolucionário, não será inaugurado um novo paradigma reformista. (SANTOS, 1998, p. 4)

Neste ponto do debate de Santos (1998), propomos retomar a recente história do processo de redemocratização brasileira e o deslocamento de sentido do conceito de participação, discutida por Dagnino (2004). Além do conceito de participação a autora inclui noções de sociedade civil e cidadania no bojo deste processo de apropriação e suas implicações.

Para iniciar a discussão sobre o processo de redemocratização do país, é preciso lembrar que os atores envolvidos nas lutas para o reestabelecimento da democracia formal – com a realização de eleições e a reorganização partidária – compartilham “um projeto democratizante e participativo, construído desde os anos oitenta ao redor da expansão da cidadania e do aprofundamento da democracia” (DAGNINO, 2004, p. 95).

Neste projeto, os movimentos sociais e a sociedade civil têm grande importância e conseguem emplacar na Constituição Federal (CF) de 1988, marco formal deste processo, dispositivos que ampliavam a democracia e consagravam a participação social. Ao mesmo tempo ocorre um trânsito destes atores da sociedade civil para o interior do Estado. Apesar das lutas travadas na década anterior, os anos 1990 testemunharam “uma aposta na possibilidade da sua ação conjunta (Estado e sociedade civil) para o aprofundamento democrático” (DAGNINO, 2004, p. 96).

Essa aposta deve ser entendida num contexto onde o princípio de participação da sociedade se tornou central como característica distintiva desse projeto, subjacente ao próprio esforço de criação de espaços públicos onde o poder do Estado pudesse ser compartilhado com a sociedade. (DAGNINO, 2004, p. 96).

Dagnino, ao discutir os projetos políticos que demandam esta transformação, desvela que esta convergência de conceitos e requisitos, seja, na verdade, uma confluência perversa. “Do encontro desses dois projetos origina-se uma situação de confluência perversa e é nesta perversidade que se encontra a raiz de vários dos dilemas que a construção democrática enfrenta hoje” (DAGNINO, 2004, p. 6).

De outro lado, com a eleição de Collor em 1989 e como parte da estratégia do Estado para a implementação do ajuste neoliberal, há a emergência de um projeto de Estado mínimo que se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil. Este projeto constitui o núcleo duro do bem conhecido processo global de adequação das sociedades ao modelo neoliberal produzido pelo Consenso de Washington. Meu argumento é então que a última década é marcada por uma confluência perversa entre esses dois projetos. A perversidade estaria colocada, desde logo, no fato de que, apontando para direções opostas e até antagônicas, ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva. (DAGNINO, 2004, p. 96-97).

Os dois paradigmas de transformação do Estado de que falam os autores, requisitam a participação da sociedade civil nos procedimentos governamentais de administração e controle.

Essa identidade de propósitos, no que toca à participação da sociedade civil, é evidentemente aparente. Mas essa aparência é sólida e cuidadosamente construída através da utilização de referências comuns, que tornam seu deciframento uma tarefa difícil, especialmente para os atores da sociedade civil envolvidos, a cuja participação se apela tão veementemente e em termos tão familiares e sedutores. (DAGNINO, 2004, p. 97).

Podemos afirmar que a transformação de que fala Santos, a transformação do Estado, a transformação da modernidade, em Pintadas não está sendo nem pela via da revolução (contra o Estado), nem do reformismo (pelo Estado). Com uma visão otimista, se observarmos as peculiaridades de Pintadas, pode-se estar desenhando uma terceira via para a transformação da modernidade: o caminho da transformação *com* o Estado. Uma vez que quando o movimento social “toma o poder” e decide não absorver os projetos de desenvolvimento socioeconômico gerenciados pelas entidades da Rede Pintadas, fazendo uma divisão mais equalizada do poder local.

Mesmo com projetos políticos convergentes, é mantida a estratégia de deixar as iniciativas de desenvolvimento sendo geridas pelas entidades da Rede Pintadas. A justificativa de diversos entrevistados para esta estratégia é permitir que a prefeitura se concentre em suas prioridades: educação, saúde e infraestrutura (numa referência ao papel do Estado de escopo limitado, de acordo com a reforma gerencial dos anos 1990).

Sendo a prefeitura “mais um nó” na Rede Pintadas, o movimento acaba por desobedecer uma lógica de submissão e de aumento de poder, uma vez que o

gerenciamento dos projetos que trazem dinheiro para município foi mantido nas entidades da sociedade civil. Assim, a Rede Pintadas em conjunto com a prefeitura, ou seja, a sociedade junto *com* o Estado, acabam por promover uma transformação no município.

No entanto, durante as entrevistas pudemos perceber que esta estratégia tem outras motivações menos claras e explícitas: o temor que o campo político oposto retome a prefeitura e os projetos sejam abandonados. Os entrevistados 3, 4 e 7, representantes da Rede Pintadas, concluem que seria muito perigoso deixar estes projetos com o adversário, uma vez que a cada quatro anos, corre-se o risco da prefeitura mudar de mão.

Esta estratégia é legítima e eficiente: com a gestão dos projetos nas mãos da Rede Pintadas, esta é a responsável pelos recursos e pela decisão, por isso mantém cada uma das entidades do movimento social fortalecida e empoderada, tanto para promover seus objetivos de desenvolvimento local, como para fazer o controle social no momento temido da eventual perda do poder institucional local.

Por outro lado, estas transformações *com* o Estado também enfraquecem o movimento social de Pintadas no seu caráter aguerrido. A dimensão da denúncia fica arrefecida, então o movimento corre o risco de perder o “costume” de lutar e acostumar-se a uma perigosa zona de conforto em que se encontra/encontrará por 16 anos: “a de estar no poder”.

Uma vez que o aparelho de Estado municipal torna-se “mais um” ente na cadeia decisória da Rede Pintadas, que inclui nos seus quadros de funcionários pessoas que são ligadas às entidades, tira desta a capacidade de exercer a pressão de reivindicação e de controle que fazem parte do papel da sociedade civil organizada em relação do Estado, de forma análoga ao que acontece no cenário nacional, com as reivindicações tradicionais do movimento social atendidas, o Estado brasileiro (e pintadense) se fortalece enfraquecendo a luta social:

O final do século passado foi o melhor momento para os movimentos sociais no Brasil. Sindicatos e movimentos tinham bandeiras a defender e bases dispostas a lutar. Foi, também, o melhor momento da religiosidade popular. Comunidades eclesiais de base, pastorais operárias, e organizações que misturavam a fé com a luta contra a opressão e a esperança numa vida melhor, tinham larga audiência no Brasil pós-Ditadura Militar. Os anos 80 e 90 também foram os da esquerda brasileira. Depois da luta armada, a esquerda se jogou na aventura da disputa da hegemonia na sociedade por meios pacíficos. [...] as organizações que sucederam a guerrilha urbana se somaram aos trabalhadores organizados em sindicatos

e aos movimentos eclesiais de base para fundar o PT. [...] De 2002 a 2010 vivemos a afirmação de um projeto de nação com espaço para todos. Foram os anos de glória da luta social no Brasil. Hoje, contudo, além de reconhecer que o país mudou, é preciso identificar a abertura de um novo período. E perceber que a mudança em curso tem um lado negativo para os movimentos sociais, para a religiosidade popular, e até para a esquerda. Por quê? Porque o Estado brasileiro se fortalece e as demandas populares vêm sendo atendidas, esvaziando a luta social e o cenário de injustiças. Ao mesmo tempo, não se vê uma renovação dos movimentos, dos sindicatos, das lutas sociais (ROSA, 2010, p. 1).

Por uma ótica que privilegie a democracia, esta estratégia tira da população geral de Pintadas – aquele indivíduo que não é sócio ou cooperado de nenhuma das entidades da Rede Pintadas, a possibilidade de escolher “outro” projeto: mesmo que a candidatura apoiada pelas entidades da Rede Pintadas perca a prefeitura, os projetos tocados por ela tendem a continuar em andamento no município (o que é bom para o movimento, sem dúvida).

Reconhecemos os avanços vivenciados pelo município durante os 20 anos de existência deste projeto, reforçado nos últimos 14 anos pela gestão do PT, intensificado aos últimos quatro pela convergência estadual. Porém, não se pode negar que é direito da população escolher o projeto de progresso a ser vivenciado na cidade. E, de alguma forma, esta estratégia infantiliza os indivíduos, reduz a importância do voto e impede que a população tome esta decisão.

[...] a participação não é um simples assessorio, nem mesmo uma ferramenta útil. Participar, no sentido essencial de ‘exercer a autonomia’, é a alma mesma de um planejamento e de uma gestão que queiram se credenciar para reivindicar seriamente o adjetivo ‘democrático’ (LOPES, 2008, p. 335).

De um ponto de vista mais subversivo: “a participação é um direito inalienável” (LOPES, 2008, p. 334). Assumir este direito tira o indivíduo da tutela do Estado e da infantilização que esta tutela produz, fato este mantenedor e aprimorador do *status quo*.

2.3 PARTICIPAÇÃO E INFORMAÇÃO

Uma vez preparada para entender as leis, exercer um controle maior nas ações governamentais, saber lidar com a transparência, a sociedade começa a contribuir assim para desestabilizar tradicionais relações simbióticas entre o Estado e grupos de interesse, desprivatizar a gestão pública e constituir uma concepção e o exercício de democracia participativa ampliando a própria democracia, através de uma efetiva partilha do poder de gestão da sociedade.

Para isso, estar informado é fundamental para a prática da participação social, entre outros requisitos. De acordo com Santos (2006):

São três as principais condições (para participação democrática dos cidadãos: ser garantida a sobrevivência: quem não tem com que alimentar-se e à sua família tem prioridades mais altas que votar; não estar ameaçado: quem vive ameaçado pela violência no espaço público, na empresa ou em casa, não é livre, qualquer que seja o regime político em que vive; estar informado: quem não dispõe da informação necessária a uma participação esclarecida, equivoca-se quer quando participa, quer quando não participa. (SANTOS, 2006, p. 01).

Mesmo sem ter os primeiros pré-requisitos plenamente atendidos, a população de Pintadas buscou estar informada e deu audiência às formas de comunicação encontradas pelo movimento social para modificar o quadro político e programático da prefeitura: desde a comunicação direta e até o jornal Voz Pintadense, além dos outros veículos que detalharemos no capítulo seguinte.

Apesar das entidades estarem muito avançadas no que se diz respeito a planejamentos de ações, viabilização de parcerias e captação de recursos, a dimensão de comunicação social nunca foi planejada por nenhuma delas e nem pela própria Rede Pintadas. A comunicação como instrumento de mobilização, animação e informação era/é pouco planejada e feita de forma bastante intuitiva. Assim mesmo é bem sucedida.

As lideranças procuraram meios de informar a população sobre os acontecimentos, discutem muito entre si (como de costume) e criam o Jornal Voz Pintadense e a RadaCom. Sem estas vozes, depois de vencida a eleição, o fechamento da única agência bancária da cidade e as demais retaliações sofridas

teriam sido debitadas na conta da prefeitura e, conseqüentemente, do movimento social.

Por conta da RadaCom as versões do fato puderam ser colocadas para a sociedade que escolheu manter a prefeita em detrimento de todos os constrangimentos sofridos pela cidade. Estando informados sobre o bom andamento dos projetos de desenvolvimento e convivência com o semiárido, os eleitores decidiram sucessivamente que a continuidade era a melhor opção, em quatro eleições, de modo que manutenção do projeto está garantida até 2014.

Percebemos em todas as entrevistas que a comunicação era/é uma preocupação constante. Os entrevistados concordaram total ou parcialmente com todas as assertivas que ampliam o escopo da comunicação como instrumento/ferramenta, para a comunicação como serviço público e direito humano. Mesmo sem a formação necessária para planejar e executar ações efetivas de comunicação, ou materializar o serviço público e o direito humano à comunicação, o movimento social improvisou formas de ampliar as discussões antes restritas à paróquia e aos sindicatos.

Esta ausência é uma característica comum em muitas instituições, então não é surpresa nenhuma que a comunicação seja uma dimensão pouco desenvolvida num município pequeno (em população e em PIB) que viveu o isolamento e toda sorte de constrangimentos.

Com o objetivo de formar e informar, de ampliar as bases de discussão, o movimento social de Pintadas inaugura veículos de comunicação popular, com características comunitárias, mesmo que de forma amadora, improvisada e intuitiva. Veremos no próximo capítulo como se desenvolveu a comunicação local, foco prioritário desta pesquisa.

3 A VOZ DE PINTADAS NO AR: Comunidade e Comunicação

Este capítulo tem como propósito apresentar a estrutura da comunicação local, especificamente a comunicação comunitária, especialmente sobre a produção e a circulação de mensagens política e de interesses e utilidade públicos, bem como a sua forma autônoma de expressão e desenvolvimento local. O objetivo é sistematizar e avaliar a experiência dos meios de comunicação populares, caracterizando as condições de sua origem, seu processo de desenvolvimento, suas dificuldades e seus resultados como prática de comunicação popular e local.

A denominação “rádio popular” indica que são setores populares os que ocupam um lugar central como sujeito, fonte e destino de sua ação. São rádios que tem um posicionamento perante um sistema econômico e social do qual são marginalizados ou excluídos, e que pretendiam transformar. (URIBE *apud* MATA, 2004, p. 116).

De acordo com o Entrevistado 1, no início dos conflitos, a maneira encontrada pelo movimento social em Pintadas para difundir as informações e convocar a população era uma forma comunicação bastante direta protagonizada por membros das igrejas – párocos, agentes da pastoral ou missionários. Semanalmente, os agentes da pastoral se reuniam em cada uma das comunidades, que passavam a formar pequenos núcleos de comunicação. Ali a informação era produzida e reproduzida na modalidade “boca-a-boca”. Nestes espaços era possível levantar questões e refletir profundamente sobre as soluções:

Então a comunicação é muito direta, os problemas (eram) muito socializados, (isto porque) uma população de 10 a 11 mil habitantes acaba tendo vários núcleos de comunicação direta. Quando a gente ainda não tinha rádio, não tinha jornal. A primeira forma (de comunicação) é esta muito direta, de uma vivência muito compartilhada, primeiro nas comunidades de base, depois em outros organismos, nas associações, na delegacia sindical, aí, já na década de 90, no movimento de mulheres (ENTREVISTADO 1, 2010).

Apesar da falta de recursos financeiros, humanos e técnicos, as lideranças de Pintadas sempre consideraram importantes os meios de comunicação para a mobilização das pessoas. Sem abandonar esta modalidade de comunicação direta,

foram criados um jornal, duas rádios e um portal com o objetivo de ampliar as discussões para todos os cidadãos, apresentados a seguir.

3.1 VOZ PINTADENSE – APRENDIZADO E EXPERIÊNCIA

No final da década de 1980, como parte do trabalho com as suas bases populares, o grupo do vereador Manoel Epifânio decidiu criar o primeiro veículo de comunicação popular: o Jornal Voz Pintadense, um boletim criativo e comprometido com a necessidade de mudança. A impressão do informativo era num mimeógrafo, tinha tiragem de 200 a 300 cópias, a depender da importância dos assuntos tratados. Não houve consenso entre os entrevistados em relação à periodicidade. O Jornal Voz Pintadense servia de instrumento de amplificação das discussões das CEBs, de difusão da informação escrita, de publicização de denúncias e de formação política. Tinha boa aceitação pelos habitantes do município e as informações tinham grande repercussão:

O Jornal Voz Pintadense, no final da década de 80 [...] era uma coisa mais elaborada: um instrumento de denúncia, bastante politizado, que tinha como foco ser porta-voz da reação da comunidade diante aos fatos políticos da cidade. Era um informativo semanal, rodado em mimeografo a tinta com muita luta, era uma folha de ofício dobrada, bem simplesinho, mas era extremamente procurado, tinha uma repercussão muito legal, as pessoas ficavam numa ansiedade, porque ele era bem-feito (ENTREVISTADO 1, 2010).

O Jornal Voz Pintadense era editado por um grupo de lideranças jovens que participaram ativamente das lutas pela terra, com apoio da paróquia e do Centro Comunitário. Por ser de distribuição gratuita, sua sustentabilidade era garantida com parcerias e voluntariado: no início a paróquia de Baixa Grande fazia a gravação e a impressão, e logo após mimeógrafo próprio foi adquirido. Era distribuído prioritariamente para a população com ajuda de membros das entidades não governamentais, comerciantes e professores da rede pública de ensino. Porém, sofria boicote pela direção das escolas locais.

O referido jornal poderia ser considerado um veículo comunitário, pois todos os princípios da comunicação comunitária estavam presentes no seu conteúdo: na escala de Likert (APÊNDICE C), os entrevistados concordaram total ou parcialmente com todas as afirmativas a respeito dos princípios da comunicação comunitária. O boletim tinha muita credibilidade e respaldo por conta das enormes inadequações relacionadas à gestão na época.

Nas entrevistas com representantes das entidades e da Rede Pintadas, mesmo de outros veículos, o Jornal Voz Pintadense foi apontado como o catalizador que possibilitou que o debate político fosse ampliado para toda a população. Todos recordam com nostalgia do tempo em que era editado, lembram-se da ansiedade de espera pelo próximo número, que seria amplamente comentado e discutido.

Oportuno salientar, por outro lado, não ser necessário que uma única experiência comporte ao mesmo tempo todas as dimensões apontadas, pois fazer comunicação comunitária implica num processo que tende ao aperfeiçoamento progressivo, principalmente, quando assumido coletivamente. (PERUZZO, 2007, p. 70).

De acordo com o Entrevistado 3, a ideia de montar o Voz Pintadense veio de pessoas ligadas ao movimento social, com incentivo de segmentos da paróquia e do centro comunitário de Pintadas. Sem um jornalista para assinar o jornal, este era considerado ilegal, sendo alvo constante de denúncias: “resolvemos fazer a experiência: fazendo ao nosso jeito, mesmo sem saber como se fazia, a gente escrevia na matéria e para fazer a chamada demorava mais do que para fazer o texto” (ENTREVISTADO 3, 2010).

A falta de registros sobre os veículos é um dos principais problemas que esta pesquisa enfrentou. As iniciativas neste âmbito estão restritas à memória de algumas lideranças e por isso é muito difícil precisar as datas de início e final de cada um destes veículos. Porém os entrevistados afirmam que o jornal deixou de ser publicado em meados da década de 1990. A ilegalidade foi uma das causas do abandono do projeto, depois de dois a três anos de publicação.

3.2 RADACOM – BONS RESULTADOS E FRUSTRAÇÃO

Já em 1997, foi criada a Rádio Comunitária (RadaCom), com a parceria da Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE) e da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), visando incrementar a comunicação local e movimentar a economia (por meio da geração de empregos e comercialização de espaços publicitários). Com a implantação da rádio buscava-se projetar as reivindicações, fortalecer os canais de participação e de intervenção (RAYMUNDO; ASANO, 2006, p. 28).

O meio rádio presta-se melhor às formas orais de transmissão da cultura popular. A necessidade de superar as limitações de leitura e escrita levam a provar outras formas de comunicação oral que facilitem a expressão e participação de todos. Devido às suas características, este meio recolhe a linguagem da vida cotidiana do lugar e permite que pessoas expressem-se em sua própria voz e linguagem popular. (URIBE, 2004. p. 117).

A iniciativa da RadaCom foi do Padre Sérgio, pároco de Pintadas entre 1992 e 2002, que a colocou para funcionar, mesmo sem a autorização da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), por ser um empreendimento possível por estar baseado em tecnologias de baixo custo e fácil operação (RAYMUNDO; ASANO, 2006).

A RadaCom, como membro da Rede Pintadas, era a voz consonante com as ações da Rede e reverberava toda pedagogia e o discurso dos seus projetos. O mesmo discurso que ouviam do padre na paróquia, da líder na associação de mulheres, do representante no grupo de jovens, quando “tocava” na rádio ganhava uma força extraordinária, cada palavra se ampliava e reverberava na comunicação direta.

Quando o discurso e a realidade se combinam a rádio passa a ter grande respaldo e credibilidade. Em Pintadas, a rádio não era uma finalidade em si mesma, mas constituía-se numa ferramenta de afirmação e ampliação do entendimento dos objetivos e metas do projeto político concebido pelo movimento social:

O uso do meio como rádio popular é orientado por concepções de comunicação diferentes às denominadas ‘tradicionais’, com outros objetivos, metodologias, propostas de produção e funcionamento. Da mesma maneira, tal uso é articulado com movimentos sociais de diversas naturezas e

características, estruturados em maior ou menor grau. (URIBE, 2004, p.118).

Conforme proferido por Uribe (2004, p. 117), também em Pintadas, a rádio popular emergiu de um contexto determinado por dificuldades sociais e negação de direitos:

e depois (do jornal, iniciou-se) a rádio. No final da década de 90, a Polícia foi para lá [...] três a quatro vezes. A gente passou por (essa perseguição) e a comunidade sentia muito: [...] a rádio, muito mais que o jornal, era uma coisa que as pessoas defendiam de unhas e dentes. No dia que a polícia foi lá, (ocorreu) um enfrentamento, a polícia dava tiro e o povo foi para a rua defender (ENTREVISTADO 1, 2010).

A rádio comunitária em Pintadas funciona como importante vetor de mobilização e conscientização para práticas de participação e solidariedade (MOURA, 2002, p. 620). O Entrevistado 1 considera que a RadaCom teve importância no processo de engajamento da população no desenvolvimento de aceitação das mudanças no modelo de gestão municipal. Afirma que a população exercia o seu protagonismo e enxergava a rádio como uma forma de incentivo, estímulo e difusão de informações e convocações, além de superação do isolamento da população que vivia na área rural.

A rádio tinha sua sustentabilidade garantida por meio da comercialização de espaços publicitários (RAYMUNDO; ASANO, 2006). O Entrevistado 1 nega a existência de conflitos internos na gestão do veículo: “na rádio, em nenhum momento, a gente teve conflito interno, [...] nós não vivenciamos, porque tínhamos que lutar para sobreviver e a gente queria a rádio” (ENTREVISTADO 1, 2010).

O pedido de outorga não teve sucesso, mesmo com todos os requisitos legais atendidos, o processo acabou arquivado e esquecido, “foi politicamente bloqueado” (ENTREVISTADO 1, 2010):

Eu acho que a trajetória de Pintadas foi de envolver muito as pessoas, e as pessoas aprenderam muito a se posicionar e a defender aquilo que elas construíram. Então neste contexto, o jornal e a rádio se colocam como uma conquista da comunidade, com um significado que ela ia para cima para defender (ENTREVISTADO 1, 2010).

Em 14 horas diárias, a programação da rádio incluía músicas, recados dos ouvintes, conteúdo jornalístico e, principalmente, a divulgação do trabalho do movimento social organizado e da prefeitura administrada pelo PT. Na escala de

Likert (APÊNEDICE C), todos os entrevistados que responderam como representantes da RadaCom concordaram plena ou parcialmente com todas as afirmações que traduzem os princípios de uma comunicação comunitária. No entanto, um dos entrevistados afirmou haver proselitismo de natureza religiosa na programação da rádio. Podendo, ainda assim, ser considerado um meio comunitário, para as finalidades desta análise.

A rádio comunitária que faz jus a este nome é facilmente reconhecida pelo trabalho que desenvolve. Ou seja, transmite uma programação de interesse social vinculada à realidade local, não tem fins lucrativos, contribui para ampliar a cidadania, democratizar a informação, melhorar a educação informal e o nível cultural dos receptores sobre temas diretamente relacionados às suas vidas (PERUZZO, 2007, p. 69).

Desta forma, a identificação entre o PT e a RadaCom foi inevitável, causando grande oposição ao seu funcionamento. A oposição, sentindo-se prejudicada, fazia denúncias sistemáticas à ANATEL, que em 2002 lacrou definitivamente a Rádio (RAYMUNDO; ASANO, 2006, p. 28).

Mais uma rádio comunitária foi fechada na Bahia. A ação foi coordenada (pela) Polícia Federal (e) Anatel. Desta vez - o que é raro - os invasores estavam com um mandado de busca e apreensão. Foi uma ação rara porque costumeiramente a Polícia Federal [...] geralmente dispensa a ordem judicial. Conforme relato do Padre Sérgio Giacomelli, os agentes arrombaram a porta da igreja e revistaram tudo atrás de equipamentos. Saíram de mãos abanando. Cerca de 300 pessoas da comunidade defenderam a rádio e conseguiram retirar os equipamentos a tempo (ABRAÇO, 2005, s. p.).

No final da década de 1990, antes mesmo da RadaCom sair do ar definitivamente, a comunidade foi surpreendida com a abertura de uma nova rádio comunitária, chamada de Rádio Educativa FM de Pintadas, ligada à Associação Alto da Lagoa, que não fazia parte da Rede Pintadas. Esta concessão destruiu as possibilidades de legalização e o sonho de manutenção da RadaCom, isto porque apenas uma frequência comunitária podia ser outorgada por município. “Como a rádio tinha legalmente a concessão, automaticamente partiu para cima para denunciar a nossa, que funcionava de forma clandestina” (ENTREVISTADO 8, 2010).

Mesmo assim, por algum tempo a RadaCom alimentava a esperança de que a nova rádio não fosse realmente legalizada. Ainda tentaram recuperar a RadaCom, colocando o processo para andar, mesmo com grandes dificuldades políticas (ENTREVISTADO 8, 2010).

As lideranças envolvidas com a RadaCom desistiram definitivamente da rádio comunitária, mas continuam tentando a concessão de um canal educativo para televisão e rádio, estes com a alcance regional. Em importante parceria com a Rede Pintadas, em 2005 é criada a Fundação Padre Sérgio, com o objetivo de aproveitar a experiência conquistada com a RadaCom e encampar um projeto de comunicação educativa, no longo prazo.

Com a vitória nas eleições, muitas lideranças passaram a ocupar cargos na prefeitura, desta forma no movimento faltaram pessoas capazes de concluir os projetos acessórios. Foram priorizados os projetos e ações mais factíveis, aqueles que podiam dar melhores resultados a curto e médio prazo. De acordo com o Entrevistado 3, o projeto foi abandonado por conta da ausência de profissionais capacitados para delinear o projeto técnico, para acompanhar o processo burocrático de concessão, bem como para a implementação e funcionamento dos veículos: “faltou quem” (ENTREVISTADO 3).

O Entrevistado 3 afirma que em 2010, com o contexto político-institucional favorável, foram reiniciadas as discussões sobre a retomada do processo de construção de um novo processo de implementação dos canais de televisão e rádios educativos com abrangência territorial. Quando questionado sobre a estratégia de não atrelar a prefeitura aos projetos de comunicação, afirmou que considera perigoso que os veículos fiquem subordinados e sujeitos à influência da prefeitura, reafirmando a estratégia de manutenção dos projetos prioritários sob controle das entidades representativas do movimento social. Estando vinculados apenas às entidades da Rede Pintadas, o projeto tornar-se-ia mais seguro.

3.3 RÁDIO EDUCATIVA FM DE PINTADAS – OPOSIÇÃO, MAS NEM TANTO

A Rádio Educativa FM de Pintadas surgiu no final da década de 1990, com uma programação muito diferente da RadaCom: os debates políticos e o caráter de discussões e envolvimento com questões da comunidade não eram uma constante na rádio. De acordo com o Entrevistado 8, a Rádio Educativa FM de Pintadas surgiu

com a ideia de ser um meio de comunicação que iria tanto se colocar como o espaço da propaganda mercadológica, da interatividade com o ouvinte, como também era um objeto político de oposição ao governo da prefeita Neusa Cadore.

O veículo seguiu tentando desgastar a gestão municipal, fazendo denúncias, estimulando reclamações e queixas dos ouvintes. Ainda segundo o Entrevistado 8, quando a prefeita é reeleita, em outubro de 2000, a rádio estava no auge de oposição. A partir desta vitória, este movimento de oposição ferrenha entrou em declínio, por conta de rupturas internas, de disputas por espaço no partido político e na rádio.

A programação da rádio, então, ficou concentrada em programas musicais e religiosos, com uma tendência de imitar uma rádio comercial. Os programas são geridos em separado, por pessoas de ideologias diferentes de maneira diferentes (ENTREVISTADO 8, 2010).

Apesar de se terem se caracterizado como oposição ao poder municipal, não obtiveram sucesso no empreendimento de usar o veículo para movimentar a população, promover denúncias, debates, ou mesmo realizar um desejado controle social na prefeitura. Alguns entrevistados debitam este fato à desorganização da oposição que não está habituada a ter um discurso uniforme e não consegue dar corpo à fala dominante contrária às gestões do PT, principalmente porque consideram que os diretores da rádio, recém saídos das cadeiras municipais, não tinham credibilidade.

Outros entrevistados supõem que mesmo que tivessem conseguido organizar-se, unificar os discursos e exercer um controle social, nem assim conseguiriam se sobrepôr às ideias da Rede Pintadas e do PT. Isto porque, tanto a Rede, como a prefeitura tinha ações concretas na realidade e “a rádio era voz no vazio” (ENTREVISTADO 8, 2010)

O momento em que a Rádio Educativa esteve mais forte no seu discurso de oposição ao PT e à Rede Pintadas, coincidiu com o momento em que a institucionalidade do coletivo Rede Pintadas estava no seu auge. Enquanto a rádio reverberava uma voz, a Rede era a representação de diversos grupos organizados, vários núcleos de comunicação direta, mediadas pelo “olho-no-olho”. A voz da rádio era dissonante em relação à realidade vivida pelas pessoas.

Quando Neusa Cadore se elegeu contando com um grande apelo popular, com o apoio de 32 CEBs, dos sindicatos dos trabalhadores, passou a sofrer um

embargo e o isolamento do governo estadual e federal, e ainda assim seguiu captando dinheiro no exterior, fazendo projetos fantásticos, então nada de negativo existia para ser dito. A Rádio Educativa não tinha a condição e a força de criar factóides negativos ou transformar fatos políticos em crises e escândalos (ENTREVISTADO 8, 2010).

A rádio era apenas mais um elemento numa grande confluência de ações sociais e produtivas que foram combinadas para que o projeto político da Rede Pintadas se consolidasse. A força da Rede era multiplicadora, com as atividades, com o corpo-a-corpo e com modificações profundas no cotidiano dos pintadenses. Então as denúncias não reverberavam: caíram no vazio. Some-se a esse contexto a desorganização do veículo opositor com as ações sólidas realizadas na cidade e temos um partido político praticamente indestrutível.

Nesta época a estratégia da prefeitura era ignorar as denúncias: quando questionados se tinham oportunidade de defesa, o entrevistado 8 alega que não tinham interesse em tentar. Acredita também que, naquele contexto, o espaço não seria aberto para a resposta.

Da mesma maneira, de acordo com o Entrevistado 1, a nova rádio comunitária não era utilizada pela Rede Pintadas até 2010, mesmo sendo dirigida por pessoas que, então, compartilhavam da base de apoio ao governo estadual. O fato é que a rádio era dirigida por pessoas que estiveram em campos opostos até pouco tempo atrás. Seus dirigentes não fizeram parte do mesmo projeto inicial, não vivenciaram a história de lutas e conquistas da Rede Pintadas. Além disso, há um sentimento de que esta rádio inviabilizou o processo de legalização da RadaCom: “ela está meio subutilizada” (ENTREVISTADO 1, 2010).

Ainda em 2010, a responsabilidade desta subutilização não poderia ser imputada à direção da rádio. Conforme as impressões do Entrevistado 1, a rádio é aberta e tem compromisso com a informação, com a sua utilidade pública. Ele acredita que, se a Rede Pintadas “não está utilizando bem é, talvez, porque é a gente não queira e não esteja dando tanto importância, porque (a rádio comunitária) está aberta” (ENTREVISTADO 1, 2010).

Percebemos durante as entrevistas, muita resistência à Rádio Educativa FM: os componentes da Rede Pintadas, por terem desejado manter uma rádio própria, a RadaCom, o sonho destruído pela Rádio Educativa, não conseguiram se apropriar do potencial que tem esta rádio, se negavam a fazer uso desta e a reconhecê-la

como “sua”. As instituições entendiam que não há motivos para fazer um programa ou ter um espaço de fala nesta rádio, como faziam na época da RadaCom.

Para as instituições não havia razão para fazer um programa nesta rádio, para os seus dirigentes não fazia sentido teria oportunidade, “este espaço não vai acrescentar em nada: se eu sobrevivi até agora sem a minha rádio para quê eu vou participar desta?” (ENTREVISTADO 8).

Quando questionados sobre o direito que supostamente a população teria à informação de cada entidade, o entrevistado falou da falta de disponibilidade de tempo e recursos em cada entidade para produzir este conteúdo. Afirmou, ainda, que não havia quem ofertasse este direito à população, pois cada entidade tende a se preocupar apenas com a sua base, com os seus associados, e para prover a informação a eles, utilizará outros meios (próprios ou não).

Nas entrevistas sobre a Rádio Educativa FM de Pintadas muito se falou sobre as possibilidades futuras e pouco sobre a sua história. Até então, a Rede resistia em ocupá-lo, mas aos poucos as lideranças vêm percebendo que estas resistências prejudicam não apenas à Rede Pintadas e à Rádio Educativa FM, mas à população como um todo, que deixa de ter acesso um veículo autenticamente comunitário e a uma série de informações de utilidade pública extremamente necessárias à melhoria nas condições de vida das pessoas. A Rede, que (em tese) materializa os interesses população, se recusava a fazer parte deste importante e único veículo de massa municipal, permitindo que os coletivos comunitários ficassem sem representação na rádio.

Diferente do que está posto na legislação, assim como a maior parte das rádios comunitárias, a prática cotidiana e o discurso das lideranças demonstraram que na Rádio Educativa pode ser identificado “um dono” e o coletivo Rede Pintadas não se identifica com estes donos: é difícil que entendam que a rádio é da comunidade e o PT fez na rádio exatamente o que a Rede faria na RadaCom se os envolvidos não tivessem ganho as eleições. Portanto, não visualizavam como legítimo o procedimento de oposição feito pelos dirigentes da rádio durante a primeira gestão do PT na prefeitura.

Durante a primeira gestão do PT no governo estadual (2007-2010), a tendência política que controlava a rádio, que até então estava em oposição à prefeitura governada por este partido político, se aliou à coligação de partidos

políticos que apoiam a candidatura à reeleição estadual do governador do PT, Jaques Wagner.

Desta maneira, de oposição à prefeitura e à Rede Pintadas, a rádio passa à aliada. Seus fundadores, diretores e ex-diretores ocupam cargos de primeiro escalão no poder local. Mesmo assim, em 2010, com a reeleição do candidato petista ao governo estadual, a Rádio Educativa FM ainda não era vista como membro da Rede Pintadas.

Diferente da Rede, os representantes da prefeitura, das suas secretarias e órgãos faziam uso do espaço da rádio para divulgar os projetos e ações municipais. Esta aproximação se iniciou em 2004, quando o filho do presidente da rádio foi eleito vice-prefeito de Valcyr Rios, para o terceiro mandato do PT no município. Por conta desta aliança, a rádio parou de se comportar como oposição e aí se intensificaram as disputas internas: um grupo que queria manter a oposição à prefeitura, enquanto o outro grupo estava no controle da rádio.

No segundo ano de mandato de Valcyr Rios, a base de apoio ao prefeito na câmara de vereadores ganhou um novo aliado: o vereador, Marinor, até então, ligado ao grupo de maior oposição ao prefeito e que pertencia à diretoria da rádio. Desta maneira, a parceria entre a rádio e a prefeitura se intensificou.

A proposta da prefeitura era fortalecer a rádio dando um enfoque mais comunitário e político à programação, além de melhorar a estrutura física e organizar a produção de conteúdo. Até então, cada diretor gerenciava seu espaço de maneira bastante parecida com uma rádio comercial, em que cada programa tem captação de recursos e produção de conteúdos independentes.

No entanto, ao final de 2010, durante a fase final desta pesquisa, acompanhamos o florescimento de uma parceria, caracterizado por uma aproximação entre a Rede (incluindo a prefeitura e o mandato de deputada estadual de Neusa Cadore) e a Rádio Educativa FM: iniciou-se uma série de discussões para que as entidades da Rede ocupassem a rádio e para que discussão política ativa volte a fazer parte da programação da rádio. O Entrevistado 6 afirmou que já havia o entendimento e que a partir de 2011, os debates da Câmara de Vereadores serão transmitidos ao vivo pela rádio.

Alguns dirigentes da Rede Pintadas se propuseram a iniciar a estruturação de uma atividade que envolvesse todas as entidades com a direção da Rádio, para demonstrar o potencial da audiência do veículo e fazer formação política dos

comunicadores. Desta maneira, a intenção era transformar este veículo em mais um nó representativo da Rede e de uma cada entidade. Modificando a sua gestão, a sua programação e toda a identidade simbólica que a Rádio Educativa FM tem no município.

Nas entrevistas, por meio da escala de Likert (APÊNDICE C), os representantes concordaram plenamente com todas as afirmações que traduzem os princípios da comunicação comunitária. Observando a programação, percebemos que algumas características das rádios comerciais absorvidas pela Rádio Educativa FM eram decorrentes da falta de uma formação profissional específica em comunicação de interesse público, o que é comum em municípios pequenos e, até mesmo, em algumas capitais. Podendo, assim, conforme o referencial teórico desta pesquisa (além da legislação), ser considerado um meio comunitário:

A flexibilidade na classificação das rádios comunitárias é recomendável, afinal como disse Tomas de Aquino, “a vida transborda o conceito”. Há casos históricos em que mesmo faltando um ou outro desses aspectos em uma rádio esta consegue prestar bons serviços à comunidade onde se insere. Há rádios que facilitam mais o acesso na programação. Outras, embora sejam conduzidas por pessoas comprometidas com a melhoria da “comunidade”, não têm tradição de facilitar o envolvimento amplo de representantes das organizações locais na gestão. (PERUZZO, 2007, p. 69).

Os problemas mais recentes vividos pela Rádio Educativa FM se assemelhavam com a situação de diversas rádios comunitárias brasileiras: sustentabilidade e formação. Em decorrência da falta de recursos financeiros e da impossibilidade legal de vender espaços publicitários, as despesas eram duas vezes maiores do que a receita dos apoios culturais. Do ponto de vista da programação, a rádio se comportava como uma rádio comercial e/ou religiosa, dando pouca importância aos conteúdos de utilidade pública, o que podia ser debitado da pouca formação técnica e política dos envolvidos.

Para conseguir reestruturar-se (renovar seu parque tecnológico e remunerar os empregados) a diretoria firmou uma parceria com a prefeitura que utiliza espaços da grade de programação para falar de projetos e ações municipais, o que não é de todo ruim, porém, distancia a rádio de um caráter mais comunitário e a coloca como um veículo “chapa branca”.

3.4 PORTAL PENSAR FILMES – DE PINTADAS PARA O MUNDO

Em 1999, surgiu um grupo que mais tarde se configuraria como um importante elemento difusor de informações: a Companhia de Artes Cênicas Rheluz (Cia Rheluz). Jovens ligados ao movimento popular e à Pastoral da Juventude costumavam se reunir semanalmente para discutir ações de mobilização, quando perceberam que utilizando técnicas dramáticas de artes cênicas, a assimilação dos conteúdos discutidos era facilitada. (RAYMUNDO; ASANO, 2006, p. 25).

É assim que o grupo se estruturou para trabalhar com a linguagem teatral e assumir a responsabilidade de promover a cultura no município, além de mobilizar a juventude, da sede e dos distritos. Seu coordenador foi, então, designado pela prefeitura para liderar os trabalhos e o espaço físico foi cedido pelo Centro Comunitário de Serviços de Pintadas. Além de promover a cultura e o entretenimento, a Cia Rheluz preocupava-se com questões relacionadas ao meio ambiente, tais como a convivência com o Semiárido e a destinação do lixo (RAYMUNDO; ASANO, 2006, p. 25).

A Companhia de Artes Cênicas Rheluz é fruto do movimento da juventude protagonista de Pintadas que encontrou na Arte a expressão de seus anseios e sonhos, fazendo dela uma importante ferramenta de intervenção política por uma sociedade participativa, mais humana e justa (...) (Tem como missão) promover desenvolvimento cultural e social do município de Pintadas o do Território da Bacia do Jacuípe, resgatando a cultura local e regional através das Linguagens Artísticas, das manifestações e produção cultural. (PORTAL PENSAR FILMES, 2010, s.p.).

De acordo com Raymundo e Asano (2006), a comunidade não via como importante o “negócio” da Cia Rheluz. Muitas lideranças não acreditavam no potencial agregador e conseguiam apenas apreender a dimensão lúdica, entendendo a iniciativa como puro entretenimento, ficando sempre fora da lista de prioridades de investimento. No entanto, com a realização dos fóruns regionais sobre cultura e as apresentações artísticas, a importância desta iniciativa cresceu ao ponto de, em 2004, ser criada uma diretoria específica, ligada à prefeitura, para cuidar da cultura local.

Os primeiros serviços da Cia Rheluz foram um cinema itinerante que levava lazer, cultura e educação à população do município e apresentações de manifestações culturais. Como todas as apresentações eram públicas e gratuitas, a

companhia sustentava-se por meio de parcerias com órgãos da administração estadual, que a partir de 2007, passou a ser gerida também pelo PT, dando a Pintadas um grau de prioridade até então desconhecido pelos seus habitantes.

Com a popularização da internet e a forte mobilização da juventude, as informações em meios virtuais ganharam cada vez mais espaço, o que trazia a possibilidade de criação e manutenção de um portal na internet, pela Cia Rheluz, Este portal ficou responsável por dar visibilidade às ações da Rede Pintadas e às manifestações do município de Pintadas e da Bacia do Jacuípe. Produz e disponibiliza material audiovisual contendo notícias sobre os principais acontecimentos.

Desenvolve em Pintadas e em outros municípios do Território Bacia do Jacuípe em parceria com outras entidades e principalmente com o Poder Público uma série de ações fomentadoras e revitalizadoras do potencial artístico, cultural e social, explorando tanto as linguagens elaboradas, quanto às manifestações e expressões da cultura popular (PORTAL PENSAR FILMES, 2010, s.p.).

Em 2010, os principais parceiros foram: o Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB¹⁷), a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia (SECTI¹⁸), que resultou na criação do Portal Pensar Filmes por meio deste apoio ao Projeto Núcleo Pensar Filmes.

A parceria firmada com a TVE consistia na transmissão dos conteúdos culturais produzidos pelo Pensar Filmes sobre os municípios que compõem a Bacia do Jacuípe, na sua grade de programação com ênfase à cobertura de festas populares, manifestações tradicionais, com o objetivo de valorizar e resgatar a cultura baiana.

Em 2007, a Companhia de Artes Cênicas Rheluz também foi premiada pelo Ministério da Cultura como Instituição fomentadora da Cultura Popular no Prêmio Culturas Populares: “Mestre Duda 100 anos de Frevo” (PORTAL PENSAR FILMES, 2010, s.p.).

Quando inquirido a respeito dos princípios e requisitos impostos pela lei de radiodifusão comunitária, o representante do Portal Pensar Filmes concordou plenamente com todas as afirmações do questionário, exceto com a relacionada à

¹⁷ IRDEB: ligado ao governo estadual, foi fundado em 1969. Em 2010, possui em sua estrutura, emissoras de televisão (TVE) e rádio (Educadora FM 107,5), videoteca, teatro e Portal na Internet.

¹⁸ SECTI: firmou esta parceria para atender uma das suas metas: promover a participação da sociedade civil organizada para que o debate sobre a ciência, tecnologia e informação chegue ao interior.

autonomia, uma vez que a sobrevivência do Portal depende dos convênios firmados com o governo estadual. Podendo, assim, ser considerado um meio comunitário, para os fins desta pesquisa.

3.5 A IMPORTÂNCIA DOS MEIOS POPULARES PARA A COMUNIDADE

Segundo Peruzzo (2006, p. 2), os meios de comunicação comunitários incorporam conceitos e têm práticas típicas da comunicação popular¹⁹ nas décadas de 1970 e 1980. Sua característica específica é ser uma “expressão de segmentos excluídos da população, mas em processo de mobilização visando atingir seus interesses e suprir necessidades de sobrevivência e de participação política”. Desde então, aconteceram muitas modificações nos processos e nas práticas comunicativas com a incorporação de novas tecnologias e de modificações no ambiente político e institucional.

A comunicação comunitária é aqui entendida como uma maneira de expressão da população oprimida, mas que segue em processo de mobilização objetivando estar mais bem esclarecida e preparada para uma efetiva partilha do poder de gestão da sociedade, visando uma melhor condição de sobrevivência e de cidadania. Para tanto, entende a importância da difusão de informação como ferramenta para a participação social.

A partir de 1998, com a aprovação de um marco legal específico (Lei 9.612 e o Decreto nº 2.615 de 03 de junho de 1998), o termo “comunicação comunitária” passou a ser objeto de lei, ganhou corpo e começou a ser diferenciado de outras modalidades de comunicação popular. Os meios de comunicação passaram a se diferenciar entre os que têm a devida autorização legal para funcionar: os *comunitários*; e os que não têm: os “*piratas*”, ou, como prefere os integrantes do movimento de democratização da comunicação, “livres e/ou alternativos”.

Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço. (LEI 9.612 Art. 1º, 1998).

¹⁹ “Também denominada de alternativa, participativa, horizontal, comunitária, dialógica, dependendo do lugar social e do tipo de prática em questão”. (PERUZZO, 2006, p. 2).

Com o processo contínuo de democratização, o assunto comunicação comunitária, (ou mesmo alternativa, livre e popular) vem tendo espaço garantido nos debates, quando as questões relativas à democratização dos meios de comunicação de massa e à comunicação como direito humano ganharam força. A discussão vem acontecendo sobre pontos específicos, especialmente sobre os artigos que tratam como criminosos os grupos proprietários de rádios não outorgadas. Muitas rádios possuem todos os pré-requisitos para a liberação, mas motivações advindas de esferas diferenciadas fazem com que muitas rádios livres funcionem sem a devida autorização.

O argumento mais forte dos movimentos sociais para a existência e funcionamento destes veículos (com ou sem outorga) é a necessidade de que populações de municípios pequenos, ou mesmo comunidades das periferias das grandes cidades e capitais, possam expressar seus interesses e demandas comuns e obter uma prestação de serviços e de conteúdos de utilidade pública, ambos sintonizados com temas da realidade local.

A comunicação comunitária se caracteriza por processos republicanos, quando assume alguns aspectos: não ter fins lucrativos, possibilitar a participação ativa da população – tanto na gestão, produção e difusão e dar prioridade a conteúdos educativos, culturais e de ampliação da cidadania, o envolvimento social e a capacidade propositiva e organizativa de uma comunidade, possibilitando, desta forma, o exercício pleno do direito à comunicação, na condição de emissor e receptor, não apenas do direito à informação.

Ainda de acordo com Peruzzo (2007), basta observamos o trabalho desenvolvido por uma rádio que tenha direito a ser chamada de comunitária para que possa ser reconhecida:

A emissora radiofônica comunitária permite ainda a participação ativa e autônoma das pessoas residentes na localidade e de representantes de movimentos sociais e de outras formas de organização coletiva na programação, nos processos de criação, no planejamento e na gestão da emissora. Enfim, se baseia em princípios da comunicação libertadora que tem como norte a ampliação da cidadania. Ela carrega, aperfeiçoa e recria o conhecimento gerado pela comunicação popular, comunitária e alternativa no contexto dos movimentos sociais na América Latina desde as últimas décadas do século XX. (PERUZZO, 2007, p. 69).

Seu uso é especialmente indicado em localidades com altos índices de analfabetismo, com condições econômicas difíceis, e em lugares que por sua

característica geográfica não são cobertos por outros meios de comunicação mais sofisticados. É utilizado por movimentos populares, ONGs e governo que, para sucesso dos seus projetos, requerem participação comunitária. (URIBE, 2004, p. 116).

Mesmo com o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação, o meio rádio constitui-se ainda hoje como uma das poucas possibilidades ao alcance de pequenas comunidades afastadas. A internet, para os pequenos municípios e para a área rural brasileira, não se encontra disseminada de modo a atender esta demanda por informação e expressão.

Mundialmente, a radiodifusão comunitária é reconhecida como importante fator de desenvolvimento social, por isso diversas iniciativas da Ásia, África e América Latina recebem apoio de programas não governamentais mundiais com “propósitos explícitos de favorecer o desenvolvimento social e econômico visando a redução da pobreza absoluta” (PERUZZO, 2007, p. 73).

A importância da comunicação comunitária enquanto meio facilitador do exercício dos direitos e deveres de cidadania é inegável em muitas localidades no Brasil e por onde ela se efetiva na perspectiva de uma comunicação pública. Talvez esta seja a razão da falta de políticas condizentes para o setor no Brasil, comprovada pela perseguição⁷ às rádios comunitárias e por uma legislação que procura mais dificultar do que favorecer a sua ação. Afinal, o desenvolvimento social não interessa a todos os setores da sociedade. (PERUZZO, 2007, p. 74).

Os moradores, organizados, podem encontrar na comunicação comunitária

possibilidades para animar projetos de comunicação, cultura, educação, organização e mobilização popular. Procuram desenvolver na sua prática, outro modelo de comunicação mais de caráter bidirecional e horizontal, que recolha as necessidades, problemas, aspirações do povo e que propicie a participação real. (URIBE, 2004, p. 118).

3.6 COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM PINTADAS

Os moradores de Pintadas demonstraram uma grande capacidade organizativa e forte engajamento social, a despeito de toda ordem de dificuldades enfrentadas em seus processos de luta e conquistas. Em seus resultados a pesquisa evidencia uma interligação direta entre comunicação comunitária e participação

social no município. Fica claro que a comunicação que gerou melhores resultados foi a forma direta de reuniões e debates realizados pela comunidade, porém a edição do Jornal Voz Pintadense e a transmissão da RadaCom foram importantes coadjuvantes da luta do movimento social.

A comunicação direta foi a principal modalidade de mobilização utilizada tanto pelas entidades municipais, como pela própria Rede. Todos os entrevistados reconheceram que a principal estratégia de mobilização foi a comunicação direta praticada pelas CEBs, por meio da sua pedagogia. À época desta pesquisa, os entrevistados reconheceram que este tipo de comunicação continuou sendo o mais utilizado, talvez por não requerer grandes técnicas ou porque as lideranças já sabem como obter bons resultados por meio desta comunicação direta.

No entanto, ao mesmo tempo em que utilizaram/utilizam pouco, reconheceram que os meios populares foram corresponsáveis pelo sucesso do movimento social de Pintadas, colocando o seu projeto político no centro do poder público, durante o auge do funcionamento dos veículos populares, mesmo tendo sido realizados contando apenas com intuição e improviso.

Retomamos a questão central desta pesquisa e podemos concluir que a importância da comunicação comunitária foi de amplificar e legitimar o debate que já ocorria internamente às entidades e entre as entidades e os associados, por meio da comunicação direta. No momento que o discurso foi “colocado no papel – preto-no-branco” pelo Jornal Voz Pintadense, as palavras, antes soltas ao vento, ganharam força de registro, de reportagem, passível de ser relida e reanalisada.

O Jornal Voz Pintadense e a Rádio Comunitária RadaCom tornaram-se porta-vozes da população em geral, colocando-se em oposição à elite local e ao poder estabelecido, praticando uma autêntica comunicação comunitária atendendo à maior parte dos princípios exigidos pela legislação. Além da prestação de serviços, faziam denúncias e davam voz ao movimento social e às lideranças da Rede Pintadas. Tanto incomodaram que foram perseguidos e fechados em tempos diferentes.

A Rádio Educativa FM de Pintadas nasceu num contexto diferenciado como veículo da elite buscando fragilizar o novo grupo político, então à frente da prefeitura, presidida pelas lideranças do movimento social. Pelos motivos levantados, não conseguiu lograr êxito neste empreendimento e muitos anos depois, o seu sinal esteve servindo à prefeitura, ainda presidida por aliados do movimento social local. Como o único veículo outorgado na forma de comunitário pela Anatel, e

dos quatro, talvez seja o que menos tem vivenciado conteúdos comunitários desde sua criação até o momento desta pesquisa. O que é um paradoxo.

Já o Portal Pensar Filmes, surgido ao final da primeira década de 2000, é ainda um veículo em construção. Nasceu da necessidade de difundir e fortalecer a cultura local: esteve além da luta política local e tem pretensões territoriais. Dirigido por integrantes de primeira hora da Rede Pintadas vem sendo um importante aliado.

A Rede Pintadas fez uso efetivo de três dos quatro veículos pesquisado. As suas lideranças tiveram fortes resistências em relação à utilização da Rádio Educativa FM, por entendê-la como terreno inimigo. À época desta pesquisa, entre as entidades integrantes da Rede Pintadas, apenas a prefeitura utiliza o sinal desta Rádio, com assiduidade.

Apresentamos a seguir o Quadro 4 contendo um resumo das principais observações e relação ao processo de utilização dos veículos de comunicação local pela Rede Pintadas e suas entidades, tendo em vista o modelo metodológico proposto:

QUADRO 4
RESULTADO DA PESQUISA: ENTIDADES X POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO
Pintadas, 2010

ENTIDADES DA Rede Pintadas	CATEGORIAS DE ANÁLISE		
	ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO	UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS LOCAIS	O “LUGAR” DA COMUNICAÇÃO (ENTENDIMENTO)
Rede Pintadas	Utiliza principalmente a modalidade direta de comunicação. Não tem política de comunicação, nem planejamento estruturado.	Utilizava até o fechamento com assiduidade o Jornal Voz Pintadense e Rádio Comunitária Radacom. O Portal Pensar Filmes integra a Rede e por isso exibe seus conteúdos quando interessa.	Dá muita importância, mas ainda não conseguiu estruturar. A justificativa é que faltou um profissional para dar estrutura à comunicação local.
Prefeitura (desde 1996)	Utiliza principalmente os veículos de comunicação locais, na falta destes utiliza a comunicação direta. O Jornal Voz Pintadense deixou de ser editado na gestão petista (até porque perdeu sua principal razão de existir: fazer denúncias relacionadas a malversação de recursos pelo prefeitura). Não tem política de comunicação, nem planejamento estruturado.	RadaCom: uso intensivo enquanto estava no ar, com o objetivo de divulgar suas ações e de se defender de denúncias feitas pelos adversários. Rádio Educativa FM de Pintadas: enquanto foi dirigida pela oposição, a prefeitura não utilizava o espaço e nem o reivindicava. A partir de 2010, a prefeitura faz uso intensivo deste espaço para divulgação.	Dá muita importância, mas ainda não conseguiu estruturar uma política ou um planejamento de comunicação. O que é natural, por se tratar de uma entidade de caráter político e público. Existem ações de ocupação de espaços comunicativos e interesse em aumentar o caráter comunitário da rádio atualmente em funcionamento.

Quadro 4 (cont.)

ENTIDADES DA Rede Pintadas	CATEGORIAS DE ANÁLISE		
	ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO	UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS LOCAIS	O “LUGAR” DA COMUNICAÇÃO (ENTENDIMENTO)
CIA RHELUZ	Utiliza principalmente a modalidade direta de comunicação e internet. Utilizou o cinema itinerante para alcançar distritos distantes ao final da década de 1990. Não tem política de comunicação, nem planejamento estruturado.	Rádio Comunitária Radacom: utilizava até o seu fechamento. O atual dirigente do Portal dirigiu a RadaCom. O Portal Pensar Filmes integra a Rede.	Por ser uma entidade de cultura, sabe da importância da comunicação, tem ações de divulgação mas também não conseguiu estruturar uma política de comunicação. Das entrevistadas, é uma das duas entidades com a dimensão melhor desenvolvida.
Movimento de Mulheres de Pintadas	Utiliza principalmente a modalidade direta de comunicação, com metodologias próprias. Não tem política de comunicação, nem planejamento estruturado.	Utilizava a RadaCom para divulgar conteúdos relacionados ao cuidado com a saúde feminina, às lutas e às ações do movimento, além de dicas de beleza.	Dá muita importância, mas ainda não conseguiu estruturar a dimensão de comunicação.
Associação de Apicultura – Rede Adapta Sertão	Utiliza principalmente a modalidade direta de comunicação, com metodologias próprias, para construção do saber em massa. Utiliza a internet: tem um portal contendo todas as informações.	RadaCom: uso intensivo enquanto estava no ar, com o objetivo de divulgar suas ações e de mobilizar os cooperados. Rádio Educativa FM de Pintadas: não usa. Portal: não acredita no alcance local.	Dá muita importância, tem uma jornalista contratada, possui um portal. Não tiveram fôlego para estruturar um planejamento e uma política. Das entrevistadas, é uma das duas entidades com a dimensão melhor desenvolvida.

Fonte: elaboração da autora, 2011.

Dos cinco representantes entrevistados, todos “consideraram os temas comunicação e informação como mecanismo de cidadania e desenvolvimento e um dos direitos humanos”. Quatro dos cinco “consideraram seu veículo autônomo em relação ao Estado” (o Portal Pensar Filmes, por ser totalmente financiado por meio de recursos governamentais, não se encaixou nesta assertiva). Todos consideraram que “o veículo viabilizou por sua conta a abertura de novos espaços públicos de diálogo e que combate o discurso único dando oportunidade à diversidade de opiniões”.

Em relação à dimensão *educação*, todos os representantes concordaram total ou parcialmente que o veículo “dá/deu oportunidade à difusão de idéias, elementos

de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade” e que “oferece/ofereceu mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social”.

Quatro dos cinco assentiram que “Contribui para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente” (apenas o representante da RadaCom foi neutro em relação a este tema).

Para a dimensão *utilidade pública*, os cinco representantes concordaram total ou parcialmente que os veículos “prestam serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, quando necessário”; “respeitam aos valores éticos e sociais da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade”; “não são discriminatório em relação à raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social”; e “observam, nas suas programações opinativa e informativa, os princípios da pluralidade de opinião e de versão em matérias polêmicas, divulgando, as diferentes interpretações relativas à notícia”.

O representante da RadaCom admitiu que o veículo “abria espaço para o proselitismo de qualquer natureza política e religiosa na programação/conteúdo”, os demais reconheceram que os outros veículos não abrem este espaço.

Sobre a dimensão *acesso*, os cinco representantes entrevistados concordam totalmente que os veículos “permitem a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível” e “dão a qualquer cidadão da comunidade beneficiada o direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à Direção responsável pela Rádio Comunitária”.

Desta forma, o Quadro 5, abaixo, condensa a investigação sobre a presença dos princípios comunitários nos veículos de Pintadas, conforme metodologia proposta para a pesquisa. Vale ressaltar que a Rádio Educativa FM de Pintadas foi considerada pela Anatel como tal.

QUADRO 5
RESULTADO DA PESQUISA:
CARACTERIZAÇÃO VEÍCULOS LOCAIS X COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA
Pintadas, 2010

VEÍCULOS EM PINTADAS	CATEGORIAS DE ANÁLISE		
	EDUCAÇÃO	UTILIDADE PÚBLICA	ACESSO
VOZ PINTADENSE	sim	sim	sim
RADACOM	sim	sim	sim
RADIO EDUCATIVA FM	sim	sim	sim
PORTAL FILMES	sim	sim	sim

Fonte: Elaboração da autora, 2010.

Diante das informações coletadas nas entrevistas, é possível afirmar que os veículos de comunicação pintadenses tiveram forte ligação com a comunidade e com o movimento social, sendo esses importantes elementos de formação e mobilização social. Estes veículos foram, sobretudo, o resultado da vontade de levar a toda a população os conteúdos debatidos internamente ao movimento, de forma que o Jornal Voz Pintadense e a RadaCom, com funcionamento interrompido, foram instrumentos importantes na consolidação do espaço da participação social. Recentemente, o Portal Pensar Filmes e a Rádio Educativa FM de Pintadas pretendem ocupar este lugar.

CONCLUSÃO

Diante da possibilidade de utilização da comunicação comunitária, livre ou outorgada, para dar voz a segmentos populares sem outras formas de acesso aos meios de comunicação de massa, podendo servir como um elemento de aproximação da sociedade com questões políticas e administrativas, que favorecesse a participação social, a animação, formação de valores de cidadania, a educação e o engajamento, este estudo iniciou-se com o objetivo de discutir e compreender os processos comunicativos presentes na construção de identidades comunitárias, assim como a interligação e interdependência entre os temas “comunicação comunitária” e “participação social”.

Iniciamos a pesquisa a partir de dois pressupostos: consideramos que o controle da sociedade sobre o governo tende a tornar melhor o desempenho das ações governamentais, e desta forma a participação social seria um elemento importante para o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida de uma população, e que tanto os conteúdos difundidos pela comunicação comunitária, quanto os processos de construção da programação e de consensos que permitem colocar uma rádio comunitária no ar, contribuindo para a educação e cidadania, conseqüentemente para a participação social.

A tradição oral e as sistematizações históricas já realizadas em Pintadas deram pistas de um município singular por conta da capacidade organizativa e reivindicatória dos seus habitantes. Diante de disputas por terra muito comuns no cenário baiano e brasileiro e sentindo-se desamparados pelo aparelho de Estado, os pintadenses organizaram-se em mutirões com ajuda da paróquia, para buscar soluções alternativas para a recuperação da terra.

Em dois anos de lutas conseguiram a posse da terra e a implantação de um projeto governamental, o Projeto Pintadas/BNDES. Os mutirões evoluíram para a execução de projetos socioprodutivos, para a captação de recursos e para a formação de uma instância coletiva capaz não só de promover melhorias na qualidade de vida, mas de reorganizar o movimento social e reformar a gestão municipal.

O resultado positivo demonstrou para a comunidade a importância da organização comunitária para a superação das carências e o enfrentamento dos

interesses da elite, tornando mais firmes os laços de confiança e solidariedade. Mesmo depois do final do Projeto Pintadas/BNDES, os trabalhadores rurais e as lideranças comunitárias tiveram um aprendizado precioso que seria útil em seguida.

Os técnicos e instituições da capital que tocavam o projeto em Pintadas continuaram colaborando com a comunidade mesmo depois do término do projeto. Este intercâmbio de conhecimentos técnicos foi então incorporado pelos trabalhadores e lideranças da comunidade.

Este aprendizado permitiu que as lideranças organizassem-se em rede e criassem um coletivo capaz de dar consistência aos projetos socioprodutivos necessários à melhoria nas condições de vida da população. A Rede Pintadas representou diversas entidades do movimento social, contando com parcerias não-governamentais nos níveis federal, estadual e internacional.

As lideranças de Pintadas souberam valorizar seus saberes e usar a seu favor uma forma de trabalho intuitiva, conjugando os mutirões (trabalho coletivo) e a ação reivindicatória, obtendo êxito na conquista do poder público local. No entanto, souberam também aproveitar e apropriar-se dos conhecimentos técnicos dos agentes externos que passaram pelo município. Deram muita importância à escolarização e à formação técnica, pois reconheciam que sem a devida capacitação e sistematização os projetos não iriam tão longe.

Os pintadenses foram capacitados a participar: engajaram-se nas discussões das paróquias, utilizando formas muito diretas de comunicação, e criaram veículos de comunicação como uma forma de amplificar as vozes contrárias à situação em que viviam, apontando alternativas e soluções. Desde meados da década de 1990, os dois veículos de comunicação colaboraram para a disseminação do projeto da Rede Pintadas e de denúncias envolvendo os antigos prefeitos.

Guardada as devidas proporções, podemos afirmar que a população de Pintadas, motivada pelas suas lideranças conseguiu transformar o Estado. Esta transformação não se deu pela via da revolução (contra o Estado), nem do reformismo (pelo Estado). Neste microcosmo, quando o movimento social chegou o poder e decidiu não absorver os projetos de desenvolvimento socioeconômico gerenciados pelas entidades da Rede Pintadas, poderia estar sendo desenhada uma terceira via para a transformação da modernidade: o caminho da transformação *com* o Estado.

A sociedade civil organizada uniu forças com o Estado, transformando a prefeitura em “mais um” nó da rede, com a mesma importância das demais entidades. Assim, a Rede Pintadas em conjunto com a prefeitura, ou seja, a sociedade junto *com* o Estado, acabam por promover uma transformação no município.

Por um lado, esta estratégia pode ser considerada legítima e eficiente: com a gestão dos projetos nas mãos da Rede Pintadas, esta foi a responsável pelos recursos e pela decisão, por isso mantém cada uma das entidades do movimento social fortalecida e empoderada, tanto para promover seus objetivos de desenvolvimento local, como para fazer o controle social no momento temido da eventual perda do poder institucional local.

Por outro, esta transformação *com* o Estado, que tornou a prefeitura um aliado, pode enfraquecer o movimento social de Pintadas no seu caráter mais combativo e fiscalizatório da atividade de gestão pública. A dimensão da denúncia pode ficar arrefecida, então o movimento corre o risco de perder o “costume” de lutar, de controlar o poder público e acostumar-se a uma perigosa zona de conforto em que se encontra/encontrará por 16 anos: “a de estar no poder”.

E ainda, esta estratégia infantiliza os indivíduos, reduz a importância do voto e impede que o cidadão tome esta decisão, pois nega à população o direito de escolher outro projeto de desenvolvimento para o município, o que seria feito por meio do voto no momento da eleição, uma vez que os projetos terão continuidade independentemente do apoio e do envolvimento da prefeitura em cada um deles.

O movimento social de Pintadas, no auge das lutas contra as elites, compreendeu que amplificar as mensagens restritas às lideranças seria fundamental para obter êxito no campo político. A população, da mesma forma, deu audiência e importância às mensagens veiculadas nas diversas plataformas criadas no município: desde a participação nas reuniões da paróquia, até a escuta atenta dos programas da rádio local, passando pela leitura e discussão do boletim quinzenal.

As formas encontradas para amplificar as discussões não foram planejadas ou sistematizadas tecnicamente, ainda assim foram bem sucedidas como instrumento de mobilização, animação e informação. Apenas isso: a comunicação em Pintadas foi utilizada de maneira instrumental, não sendo vista como um direito da sua população.

Mesmo sem contar com profissionais tecnicamente qualificados para as diversas áreas da administração, do planejamento e, claro, da comunicação, as lideranças tiveram a preocupação em criar veículos de comunicação que visavam ampliar os debates antes restritos às reuniões de paróquias e sindicatos. Mesmo sem ter acesso às teorizações sobre a comunicação de utilidade pública, quando devidamente informados, os comunicadores afirmaram que esta era/é a prática: entendia a comunicação como elemento necessário à viabilização de direitos.

No momento inicial das lutas por terra, as lideranças utilizavam a comunicação direta, ou “boca-a-boca”, como estratégia de envolvimento de mais pessoas nas questões locais. Esta comunicação era protagonizada por membros da igreja e os espaços de debates eram as reuniões paroquiais com a comunidade, dividida em pequenos núcleos de comunicação direta.

Esta modalidade de comunicação nunca foi abandonada, porém as lideranças consideraram importante ampliar o debate e criaram dois importantes veículos de comunicação que integraram as ações que levou ao sucesso da Rede Pintadas e à vitória do PT na cidade.

O movimento social entendeu desde o início que para ampliar os debates e aumentar a repercussão das ideias e resoluções não poderiam prescindir de meios de comunicação tradicionais: o informativo semanal, Voz Pintadense, duas rádios, Radacom e Educativa de Pintadas e um portal na internet, o Portal Pensar Filmes. O projeto de criar um canal de televisão educativo ficou para trás, porém o entendimento da necessidade de comunicar-se com a população ficou evidente nas entrevistas realizadas.

Não restam dúvidas que os veículos pintadenses influenciaram na forma de participação social da população, no seu engajamento nas questões político-administrativas e no seu envolvimento nos projetos socioprodutivos da Rede Pintadas.

Depois da reeleição do governador petista em 2010, as lideranças da Rede começaram a repensar e decisão de não ocupar espaços na rádio, que estava aberta para divulgar os seus negócios e produtos – os diretores da rádio e as lideranças da Rede estavam no mesmo campo político: após a terceira vitória do PT no município em 2004, quando foi eleito para o cargo de vice-prefeito o filho do então diretor geral da rádio. O que se solidificou com a vitória do PT para o governo do Estado.

Diferente da Rede Pintadas, as igrejas evangélicas, com quatro horas diárias de programação, tiveram o interesse de aproveitar este potencial para divulgar os seus dogmas: na hora do culto na comunidade distante, já mandou o abraço, a música, então a conversão foi adiantada – a igreja chega antes do pastor. Da mesma maneira, a prefeitura vem ocupando os espaços da rádio para divulgar seus projetos e ações locais.

Depois da popularização da internet entre os jovens, a Cia Rheluz decidiu criar um portal com o objetivo de dar visibilidade às ações da Rede Pintadas e às manifestações do município de Pintadas e da Bacia do Jacuípe, por meio da produção e disponibilização de material audiovisual contendo notícias sobre os principais acontecimentos. Esta iniciativa é ainda muito recente para avaliar a sua influência sobre os processos de engajamento da população nas questões político-administrativas locais.

Em Pintadas, a comunicação comunitária inicialmente foi praticada como uma maneira de expressão da população em processo de mobilização, visando estar mais bem esclarecida e preparada para um maior controle social do poder público local, de uma efetiva partilha do poder de gestão da sociedade, visando uma melhor condição de sobrevivência e de cidadania.

Neste íterim, detectamos forte influência da difusão de informação como ferramenta para a participação social, porém é latente a constatação que a não politização dos veículos atualmente no ar em Pintadas prejudicam a participação social.

Com a primeira rádio popular os movimentos sociais de Pintadas puderam expressar seus interesses e demandas comuns, além de obter uma prestação de serviços e de conteúdos de utilidade pública, sintonizados com temas da realidade local. E foram além: conseguiram ganhar uma eleição municipal e se manter por mais três mandatos (16 anos).

Organizados, os moradores encontraram na comunicação comunitária um aliado para a organização e associação comunitária, animação de projetos de cultura e educação, além do entendimento sobre as questões político-administrativas e as possibilidades de mudança. Por meio deste veículo popular, conseguiram desenvolver na sua prática, um modelo comunicacional acolheu as necessidades, problemas, aspirações do povo propiciando a participação social.

É preciso deixar claro, que no caso de Pintadas, a participação social não foi induzida por um agente governamental, mas nasceu da maneira como foram travados os processos de conquista de direitos e de cidadania. Talvez, por isso, a comunidade de Pintadas tenha compreendido que para alcançar seus objetivos precisava eleger representantes afinados e envolvidos com as causas do movimento social local, rompendo com o governo estadual, mesmo que isso significasse sair do com o esquema clientelista e do paternalismo oferecidos pela elite local da época.

Deve-se deixar claro que meio de comunicação algum tem o poder de sozinho modificar a realidade. Este seria apenas um diferencial de amplificação, que o movimento, neste caso, teve sabedoria para aproveitar e utilizar para vencer as eleições, diferente do grupo perdedor, que mesmo tendo um veículo legalizado na mão, não conseguiu retomar a prefeitura.

A comunicação direta funcionava a todo vapor, conseguiam avanços em muitos empreendimentos associativos, ainda assim as lideranças sentem a necessidade de criar veículos de comunicação tradicionais. A eleição de Manoel Epifânio como vereador do PT (liderança ligada à Rede Pintadas) coincide com o auge do Jornal Voz Pintadense, da mesma forma a eleição da primeira prefeita ligada ao movimento, Neusa Cadore, coincide com o auge da Rádio Comunitária RadaCom.

Os veículos foram amplificadores e catalisadores das mudanças então em curso, por conta da reflexão que ocorria internamente aos núcleos de comunicação direta. A partir da discussão dos assuntos levados à sociedade em geral pelo jornal, é possível afirmar que houve uma mudança nos níveis de consciência da população em geral sobre a necessidade de colocar à frente da administração municipal as pessoas que tocavam os projetos de desenvolvimento já muito bem sucedidos.

Infelizmente a comunidade não ocupou a rádio comunitária que foi outorgada à cidade. A Rádio Educativa FM de Pintadas não tem na sua programação o movimento social ou a comunidade representada no todo, ficando restrita a programas religiosos. Por alguns anos, havia um impedimento de fato teve razão de ser, mas diante da nova conjuntura política com o arco de alianças ampliado, já que a rádio hoje é dirigida por pessoa que fazem ou que fizeram parte das lutas nos anos 1980, a única motivação é a “falta de necessidade” de um instrumento como a comunicação: já estão no poder aparentemente sem a oposição e risco de sair.

Os projetos e as promessas de ocupação de espaços existiam, mas as entidades da Rede Pintadas resistiam em fazer parte de uma rádio da qual não se sentiam pertencentes. Não conseguiam visualizar os benefícios em produzir conteúdo para divulgar na rádio e a maior parte das entidades nunca fez uso deste espaço, que está há algum tempo aberto.

Podemos inferir a riqueza de uma programação de utilidade pública, se cada entidade produzisse um programa dez a vinte minutos por semana, análogo ao que produziam quando a RadaCom estava no ar. Poderíamos assim considerá-la uma rádio verdadeiramente comunitária: quando toda a comunidade estivesse representada na programação.

O que, sabiamente, a prefeitura já faz, pois que apoia e utiliza a rádio como ferramenta de divulgação de ações e projetos. O que sem dúvida é ótimo para a prefeitura, mas não tão bom para a rádio ou para a população: que no lugar de uma rádio comunitária, tem uma rádio “chapa branca”. Estar atrelado ao poder municipal não é característica nem de movimento social, nem de comunidade e tão pouco de rádio comunitária. Esse é o principal desafio de Pintadas.

Diante das perguntas das entrevistas, os representantes das entidades da Rede Pintadas afirmam que praticam ações isoladas visando divulgar seus produtos, porém admitem não tem e nunca tiveram uma política de comunicação. Este fato não causa estranheza alguma, porque num município pequeno como Pintadas não existem profissionais com a experiência necessária ao delineamento de projetos de comunicação e nem tão pouco de uma política consistente de comunicação.

As pessoas (da Rede) perderam a credibilidade no potencial da rádio. As entidades não fazem uso da rádio, a rádio é uma coisa estranha a cada entidade. As dificuldades são muitas. A Rede não tem política de comunicação por falta de clareza e de capacitação para entender que comunicação não é “mais trabalho”. Não conseguem enxergar nem o instrumento e nem o direito.

Há que se considerar algumas questões, por exemplo: refletir se a população tem o entendimento sobre o papel da comunicação comunitária ou ela vai se dando no processo de mobilização, se na medida em que se tem informação, passa-se a exigir direitos. Algumas lideranças em Pintadas parecem ter muito claros este processo de formação, porém a população como um todo parece não ter esta consciência, de maneira que permitiu que a Rádio se tornasse apenas um meio de

proselitismo religioso, sem exigir que fossem cumpridos os seus direitos à comunicação.

Da mesma maneira, o debate sobre comunicação de interesse público, ou o entendimento da comunicação como um direito humano está distante dos ouvidos e falas pintadenses. Por isso, as lideranças têm dificuldade em reconhecer os benefícios que teriam em ocupar os espaços da rádio que está no ar hoje. Estão limitados aos benefícios que cada entidade terá: perguntam-se apenas “quantos cooperados/associados/clientes eu terei se usar essa rádio?”, a resposta a esta pergunta pode ser “nenhum” ou “eu vivi sem a ‘minha’ rádio até hoje, posso viver sem esta nova”. Isto porque a comunicação é vista em Pintadas como mero instrumento.

Se superassem o paradigma utilitário da comunicação, poderiam passar a enxergá-la como um direito da população. Um direito que ampliasse do direito à informação, para o constitucional direito à expressão. E esta rádio comunitária é legalmente e deveria ser de fato um espaço de viabilização deste direito humano, especialmente num município pequeno e isolado como Pintadas.

Com uma visão progressista as perguntas seriam: “o que o meu associado ganha quando a ‘minha’ entidade se expressa por meio da rádio?”, “o que a população ganha ao ter informações sobre os ‘meus’ projetos?”, “o que Pintadas ganha quando tem a oportunidade de questionar ‘minhas verdades’ no microfone aberto da rádio?” e “o que eu ganho ao saber a repercussão dos ‘meus’ conteúdos da cidade?”. Em momento algum a resposta será “nada”. Sem de dar conta, as entidades da Rede Pintadas estão violando um direito humano quando se recusam a fazer parte do único veículo de comunicação local.

Se a antiga direção, a que passou na frente da RadaCom e conseguiu a outorga, estivesse coesa, à frente da rádio e em oposição aos bem-sucedidos projetos da Rede Pintadas, sem abrir a possibilidade da participação dos representantes das entidades, seria a rádio que estaria violando este direito. Mas a direção atua da rádio acabou por fazer parte do um amplo arco de alianças, que não só permitia como desejava que os conteúdos da Rede fossem publicizados por meio da rádio.

Foram as entidades da Rede Pintadas, capitaneadas pelas principais lideranças do movimento social, que se recusam em viabilizar este direito à comunicação para a população e para as próprias entidades. Ironicamente são estas

as pessoas que deveriam estar levantando a bandeira pela ampliação de direitos humanos, inclusive do direito à comunicação.

Felizmente existem algumas lideranças na Rede Pintadas que vem conseguindo superar as diferenças e perceber que muitas vezes é necessário certo pragmatismo para fazer os projetos avançarem. Estas pessoas deram à Pintadas a capacidade de absorver novidades e de se reinventar diante de novos contextos. Urge a necessidade da retomada da rádio pela população e pela Rede Pintadas, para a transformação do seu papel atual em mais comunitário, em nome da sua própria sustentabilidade.

É notável que as pessoas envolvidas com a Rede Pintadas, há 14 anos na prefeitura modificaram o *status quo*, e nos últimos quatro anos tirou a cidade do isolamento e do esquecimento. Agora falamos de um novo *status quo*. Cabe à população tomar assento nas entidades que as representa, forçando a circulação de ideias e garantindo que o movimento social de Pintadas continue sendo de fato o espelho das suas prioridades em relação ao projeto de progresso e melhoria nas condições de vida.

REFERÊNCIAS

- ABRAÇO, Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária. **A violência contra as rádios comunitárias no Brasil**. In: Querem Calar a Voz do Povo – II. Disponível em <<http://www.cefuria.org.br/doc/dossieradcom.pdf>>, acesso em 22 ago. 2010. 2005.
- BACKER, Paul de. **Gestão ambiental: A administração verde**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1995.
- BETTO, Frei. **O Que é Comunidade Eclesial de Base**. Coleção: Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BRASIL. Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L9612.htm>>, acesso em 05 abr. 2009.
- _____. Decreto nº 2.615 de 03 de junho de 1998. Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Disponível em <<http://www.portaltributario.com.br/legislacao/decreto2615.htm>>, acesso em 05 abr. 2009.
- CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext>, acesso em 12 jan. 2011.
- CARVALHO, M do Carmo A.. **Participação social no Brasil hoje**. Disponível em <http://www.participacaopopular.org.br/FPPP/docs/participacao_social_no_brasil_hoje.doc>, acesso em 04 maio 2008.
- COÊLHO, Jorge Tadeu Pinheiro. **Conselhos Municipais de Educação: resistência e mudanças (um estudo de caso dos municípios de Pintadas e Valente/BA)**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador.
- CRUZ, Maria do Carmo Meirelles T. Rede Pintadas. **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania**, v.11, n. 48 – Jan/Junho/2006. Disponível em <http://www.eaesp.fgvsp.br/subportais/ceapg/Acervo%20Virtual/Cadernos/Cadernos/Cad48.pdf>, acesso em 26 jul. 2010. 2006
- CUNHA, Sheila Santos. **Histórico da Rede Pintadas**. Disponível em <<http://www.adm.ufba.br/capitalsocial/Documentos%20para%20download/Historico%20da%20Rede%20Pintadas.pdf>>, acesso em 07 maio 2009. 2003.
- DAGNINO, E. **Para retomar a reinvenção democrática: qual cidadania, qual participação?** Palestra proferida no Fórum Social Nordestino. Recife: 2004. Disponível em: <http://www.ibase.br/confira/evelina_dagnino_port.pdf>, 2004. Acesso em: 24 Abr., 2005.

_____. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO (Org.) **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad da Venezuela, 2004, p.95-110.

FISCHER, Fernando; NASCIMENTO, Antônio. Projeto Rede Pintadas. In: LOTTA, Gabriela, *et al.* **20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania**. São Paulo: Programa de Gestão Pública e Cidadania, 2003.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. Escola de Administração de Empresas de São Paulo. **Projeto Conexão Local**. Disponível em <<http://www.eaesp.fgvsp.br/default.aspx?pagid=ELNHMMOO>>, acesso em 26 set. 2009. 2006

FGV. Fundação Getúlio Vargas. Escola de Administração de Empresas de São Paulo. **Histórias de um Brasil que funciona**. Programa de Gestão Pública e Cidadania. Disponível em <<http://www.eaesp.fgvsp.br/Ceapgingterna.aspx?PagId=EPEMMQTQ&Opc=54>> , acesso em 12 jul. 2010. 2002

FONSECA, A. A, M. **Inovação Institucional e Desempenho Local: um Estudo Comparativo em Municípios Baianos**. Relatório do CNPq. Mimeo. 2010

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/censo2010/primeiros_dados_divulgados/index.php?uf=29>, acesso em 01 mar. 2011.

INEP. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para a Bahia e para Pintadas**. Disponível em <<http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/>>, acesso em 02 mar. 2011. 2006.

JANOTI, Maria de Lourdes Monaco. **Coronelismo: uma política de compromissos**. 8ª ed.: Brasiliense, São Paulo, 1992.

MILANI, Carlos R. S.. Contestação Política, Desenvolvimento Local e Capital Social: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). In: **Colóquio Internacional Paulo Freire, Política, Ética e Educação**, 2003, Recife. Anais do Colóquio Internacional Paulo Freire, Política, Ética e Educação, 2003. Disponível em <http://www.adm.ufba.br/milani/PFreire_Recife_2003.pdf> acesso em 15 mar 2009. 2003.

MILANI, Carlos R. S., CUNHA, Sheila Santos. **O papel da cultura no desenvolvimento local: a experiência da Rede Pintadas**. Trabalho apresentado no I Enecult em 14 abr. 2005. Disponível em <http://www.adm.ufba.br/capitalsocial/I_Enecult%5B1%5D.pdf> acesso em 17 jun 2009. 2005.

MOURA, Maria Suzana, *eti alli*. **Gestão do desenvolvimento local, tempos e ritmos de construção: o que sinalizam as práticas**. Disponível em <http://www.ebape.fgv.br/academico/asp/dsp_rap_artigos.asp?cd_edi=17>, acesso em 14 outubro 2009.

OLIVIERI, L. A importância histórico-social das redes. In: **Manual de redes sociais e tecnologia**. São Paulo: CONECTAS/Friedrich Ebert Stiftung, 2002.

PERUZZO, Círcia Maria Krohling. Rádio Comunitária, Educomunicação e Desenvolvimento Local. In: PAIVA, Raquel (org.). **O Retorno da Comunidade: os Novos Caminhos do Social**. Mauad, Rio de Janeiro, 2007.

_____. Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 29. 2006, Brasília. Anais. São Paulo: Intercom, 2006. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0094-1.pdf>>, acesso em 05 mar. 2009.

PINTADAS. **História de Pintadas**. Disponível em <www.pintadas.ba.gov.br/v2/historia.asp>, acesso em 29 nov. 2009.

PORTAL PENSAR FILMES. **Quem somos**. Disponível em <http://www.pensarfilmes.com/quem_somos.cfm>, acesso em 30 jul. 2010.

PUND. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/idh/>>, acesso em 02 set.2010.

PROGRAMA DE GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA. **A força da comunidade**. Disponível em <<http://eaesp.fgv.br/subportais/ceapg/Acervo%20Virtual/Cadernos/Hist%C3%B3rias/2002/pintadas.pdf>>, acesso em 12 jul. 2010. 2002

RAYMUNDO, Bárbara Alvim; ASANO. Fabiana Yumi. **Noções e Percepções Sobre a Sustentabilidade da Rede Pintadas**. Projeto Conexão Local – Ano II. Disponível em <http://www.eaesp.fgvsp.br/subportais/interna/Conexao_Local/09_CL_2006_REDESPINTADAS.pdf>, acesso em 16 ago. 2009. São Paulo: FGV. 2006.

REDE PINTADAS. **O que é?** In: Página Oficial. Disponível através de <www.redepintadas.org.br>, acesso em 13 nov. 2009.

REDE, A. **Telecentros** - A Fundação BB estimula a criatividade. Disponível através de <<http://www.aredes.inf.br/inclusao/edicoes-antiores/48-2009-06-15-06-05-23/171>>, acesso em 20 nov. 2010

ROSA, Paulo Cezar da Rosa. Movimentos sociais e religiosos hoje são objetos da política. In: **Carta Capital**. Disponível em <www.cartacapital.com.br/politica/movimentos-sociais-e-religiosos-hoje-sao-objetos-da-politica>, acesso em 12 de novembro de 2010.

RTS - REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL. **Relatório do Seminário Tecnologia Social e Economia Solidária: estratégias de formação e desenvolvimento local** (10 e 11 abr. 2008). Disponível em <www.rts.org.br/publicacoes/.../relatorio_seminario_salvador.doc>, acesso em 20 ago. 2010. 2008

SANTOS, Boaventura de Souza. O futuro da democracia. **Visão**, 31 ago. 2006. Disponível em <<http://www.ces.uc.pt/opinioao/bss/164.php>>, acesso em 10 nov. 2008.

SANTOS, Boaventura de S. A Reivenção Solidária e Participativa do Estado. **Seminário Internacional – Sociedade e Reforma do Estado**, 1998.

SEEDE INIT. **Seed Award**. Disponível em <www.seedinit.org>, acesso em 10 out. 2010.

SEI. **Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia**. Contagem da População 2007. In: Municípios em Síntese. Disponível em <www.sei.ba.gov.br>, acesso em 31 out. 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade**. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbano. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2008.

URIBE, Esmeralda Villegas. **Alto-falantes: Formas autônomas de expressão e desenvolvimento local**. In: PERUZZO, Círcia M. Krohling. Org. Vozes Cidadãs. São Paulo: Angellara Editora. 2004.

VALLA, V. V. Sobre participação popular: uma questão de perspectiva. In: VALLA V. (org.) Participação Popular e Controle de Endemias. **Caderno de Saúde Pública**, v. 14, Supl. 2, pp. 7-18, 1998.

APÊNDICE

APÊNDICE A - CRONOLOGIA DE PINTADAS

Quadro 2 – Cronologia de Pintadas – Principais acontecimentos por ano, Pintadas - 1967-2010

Ano	Acontecimento
1967	Leilão da Fazenda Lameiro, cujas terras mais tarde seriam remarcadas
1974	Conflito com pequenos proprietários resistem à remarcação e ocorre nova venda da Fazenda Lameiro. Início dos conflitos.
1976 a 1985	A Federação dos Trabalhadores Rurais acompanha os proprietários durante sua incursão na justiça – dois advogados são nomeados para responder pelo processo. Nada conseguem.
1984	Convênio entre as Dioceses de Feira de Santana e de Santa Catarina – chegada das missionárias
1985	Municipalização de Pintadas (desmembrado do município de Ipirá)
1985	Apresentação da situação da Fazenda Lameiro numa assembléia de lavradores de Pintadas
1985	Representantes de 15 comunidades visitam a área da Fazenda Lameiro junto com os pequenos proprietários e iniciam um processo de discussão para achar uma solução para o conflito. Iniciam-se os mutirões de trabalho (setembro, outubro, novembro e dezembro de 1985 e janeiro de 1986).
1986	Instalação do município de Pintadas – posse do prefeito e vice-prefeito
1986	Surgimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Pintadas.
1987	Desapropriação das terras e criação do assentamento Fazenda Nova Esperança pelo Incra.
1987	Início do Projeto Pintadas com apoio do BNDES.
1987	Surgimento da Paróquia Nossa Senhora da Conceição. Passa a conceber projetos de convivência com o Semiárido e de luta pela cidadania, com uma leitura bíblica bastante politizada.
1988	Criação do Centro Comunitário de Serviços de Pintadas, entidade gestora do Projeto Pintadas, para capacitação e prestação de assistência técnica aos pequenos produtores.
1988	Projeto TAPI – Projeto de Tecnologia Apropriada em Pequena Irrigação – a partir de parceria com o governo francês, intermediado pela Sudene, visando sobretudo à melhoria da gestão dos recursos hídricos.
1988	Projeto AJUP – apoio do Governo da Bahia para a organização de assentamento de jovens agricultores.
sem ano definido	Jornal A Voz de Pintadas – um grupo inicia a edição, impressão e distribuição de um botetim informativo em oposição a gestão municipal
1990	Monitores Rurais – apoio de agência holandesa para formação monitores visando suprir a carência de mão-de-obra devidamente escolarizada.
1994	EFA – Escola Família Agrícola, apoio de agência belga para a formação de filhos de agricultores em regime integral com alternância quinzenal.
1994	Diagnóstico Municipal de Saúde – apoio da Faculdade de Medicina da UFBA para a mobilização da comunidade, capacitação de agentes de saúde locais e elaboração do Plano Municipal de Saúde.
1994	Peuples Solidaire – apoio agência francesa para infra-estrutura hídrica e utilização produtiva de pequenas barragens.
1994	Diagnóstico Municipal de Saúde – apoio da Faculdade de Medicina da UFBA para a mobilização da comunidade, capacitação de agentes de saúde locais e elaboração do Plano Municipal de Saúde.
1994	Adoção de Crianças em Situação de Risco – parceria entre a paróquia de Pintadas e paróquias italianas.
1995	Fundação da Associação Cultural e Beneficente Padre Ricardo com o propósito de prestar serviços

	de assistência social à crianças e jovens carentes
1996	Retomada do Diagnóstico Municipal de Saúde
1996	Eleição de Neusa Cadore (PT)
1997	Fechamento da agência do Baneb
1997	RADACOM - entra no ar a Rádio Comunitária
1997	Viva a Água – apoio de uma rede de voluntários, entidades civis e governos municipais do norte da Itália, para abastecimento doméstico de água na zona rural
1998	SICOOB Sertão / CREDIPINTADAS, inauguração da Cooperativa de Crédito.
1998	AMP – Nasce legalmente a Associação das Mulheres de Pintadas
1998	Sistemas Agroflorestais – com cooperação de entidade alemã para difusão de modelos de produção e pesquisa.
1999	Crédito Solidário/PROCAP – com apoio de entidades belga, para criação de cooperativas de crédito e trabalho, e italiana para capitalização do fundo de crédito da CrediPintadas. Criação do Projeto de Criação de Caprinos e Ovinos de Pintadas, sob a administração do SSICOOB. A Cooperativa Agroindustrial de Pintadas (COOAP) é anexada mais tarde ao PROCAP.
1999	Energia Solar – cooperação com entidade austríaca para eletrificação rural.
1999	Fundação da Associação de Apicultores (ASA)
1999	Fundação da Associação Arte Cênica Rheluz
sem ano definido	Jornal Voz Pintadense – deixa de circular
2000	Criação da Rede Pintadas
2000	Reeleição de Neusa Cadore (PT)
2001	Entra no ar a rádio comunitária outorgada pela ANATEL: a Rádio Educativa FM de Pintadas
2001	A RadaCom é fechado definitivamente
2002	Organização do Primeiro Congresso Popular com o apoio da Prefeitura
2003	Institucionalização da Rede Pintadas
2004	Eleição do sucessor de Neusa Cadore, Valcyr Almeida Rios (PT)
2004	Início do Projeto Pintadas Solar: união de lideranças do terceiro setor, academia e setor privado para articulação de recursos tecnológicos, humanos, financeiros e de políticas públicas para incubar novas práticas de convivência com a seca
2006	Projeto Pintadas Solar é reconhecido pela organização Wisions como “boa prática”
2007	Primeiro ano do governo Jaques Wagner (PT) no Estado da Bahia e de Neusa Cadore (PT) como deputada estadual
2008	Projeto Pintadas Solar ganha prêmio Seeds entre 400 projetos do mundo (como uma das cinco práticas que devem ser trabalhadas em escala) e é reconhecido pela organização UN-Habitat (Dubai) como “boa prática”
2008	Reeleição de Valcyr Almeida Rios (PT)
2009	Lançamento da Rede Adapta Sertão: rede articulada entre outros municípios, instituições políticas, privadas e do terceiro setor para integração de recursos técnicos, científicos e humanos para ajudar o pequeno agricultor a se adaptar às mudanças climáticas, contribuindo para a segurança alimentar, redução de pobreza e sustentabilidade da caatinga
2009	Início das obras de pavimentação da estrada Ipirá-Pintadas (50 km)
2010	Reeleição de Jaques Wagner (PT) no Governo da Bahia e de Neusa Cadore (PT) como deputada estadual

Fonte: MILANI (2003), MOURA (2002) e COELHO (2006) atualizado pela autora.

APÊNDICE B**TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado(a) senhor(a),

Sua instituição foi escolhida para participar da pesquisa intitulada “A VOZ E A VEZ DE PINTADAS: COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM UM MUNICÍPIO DO SERTÃO BAIANO”, que está sendo realizada pela mestranda Mariana Machado de Oliveira Sá, no curso de pós-graduação em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional da Universidade do Estado da Bahia - UNEB.

O estudo consiste em entrevistas com cerca de 30-50 minutos de duração, com a Sr(a), a respeito da Participação Social e da Comunicação Comunitária na sua organização. Os entrevistados terão sua identidade mantida em sigilo. As entrevistas serão gravadas e os arquivos decorrentes destas gravações serão armazenados em disco rígido do computador pessoal da pesquisadora.

Caso queira entrar em contato com a pesquisadora para qualquer tipo de explicação, o endereço a que deve recorrer é

Rua Dr. Antonio Monteiro, 84 – ap. 803I - Itaigara,
Salvador-Bahia, CEP: 41830-115. Telefones: 71 3452-4526 ou 71 8109-7163.
Ou pelo e-mail: marianamachad@gmail.com

Caso concorde em participar, por favor, assine a declaração que segue em duas vias de igual teor.

Obrigada,

Pesquisadora Mariana Machado de Oliveira Sá

Eu, _____, concordo em participar desse estudo, estando ciente de que estou livre para desistir a qualquer momento e de que minha identidade será mantida em sigilo.

Local e data: _____

Assinatura: _____

APÊNDICE C

III - ROTEIROS DE ENTREVISTAS

a) Roteiro de Entrevistas para entidades da Rede Pintadas e Atores Locais

MODELO METODOLÓGICO

ENTIDADES DA REDE PINTADAS	CATEGORIAS DE ANALISE		
	ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO	UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS LOCAIS	O LUGAR DA COMUNICAÇÃO
REDE PINTADAS			
CIA RHELUZ			
MOVIMENTO DE MULHERES			
ETC.			

1. Como a Rede Pintadas mobiliza os seus membros? Quais as estratégias de comunicação?
2. A Rede Pintadas tem uma política de comunicação? Existem planejamentos de comunicação?
3. Em que consiste a política de comunicação? Como foram feitos os planos?
4. Os cidadãos participam de forma direta?

Opinião dos representantes da Rede Pintadas sobre a comunicação local	Concordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Neutro	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente
Considero a comunicação local como um ator responsável pela formação cidadã, pela informação responsável e pela difusão de conhecimentos necessários à população.					
Considero a comunicação local como um ator responsável pela construção de um espaço público local, pela garantia de mecanismos de participação social.					
Considero que a comunicação local tem impacto no cotidiano das pessoas.					
Considero que a comunicação está inserida na pauta e na agenda local.					
Pude perceber mudanças na mobilização popular e na qualidade da participação, depois que a comunicação começou a crescer.					
Considero que há influência da comunicação comunitária sobre processos de engajamento e envolvimento da comunidade nas questões políticas e administrativas, desde sua formulação, execução, fiscalização, até a avaliação das ações;					
<u>Observação:</u>					

b) Roteiro de Entrevistas para representantes ou pessoas ligadas aos meios de comunicação locais

MODELO METODOLÓGICO

VEÍCULOS EM PINTADAS	CATEGORIAS DE ANÁLISE	
	EDUCAÇÃO	UTILIDADE PÚBLICA ACESSO
VOZ PINTADENSE		
RADACOM		
RADIO EDUCATIVA FM DE PINTADAS		
PORTAL FILMES		

1. Descrever a implantação (como foi criado), o funcionamento (como funciona), a sustentabilidade (como as atividades são financiadas) e os atores envolvidos (quem são as pessoas que colaboram no veículo).
2. Este veículo tem uma política de comunicação? Existem planos de comunicação?
3. Os cidadãos participam de forma direta? Da Gestão? Da Programação? Ao vivo?

Opinião dos veículos de comunicação local	Concordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Neutro	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente
Considero os temas comunicação e informação como mecanismo de cidadania e desenvolvimento?					
Considero a comunicação como um dos direitos humanos.					
Este veículo é autônomo em relação à Prefeitura e ao Governo do Estado, do País.					
Este veículo viabilizou por sua conta a abertura de novos espaços públicos de diálogo.					
Este veículo combate o discurso único dando oportunidade à diversidade de opiniões.					
<u>Observação:</u>					

Opinião dos veículos de comunicação local	Concordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Neutro	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente
Educação: Considero que este veículo:					
Dá/deu oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade.					
Oferece mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social.					
Contribui para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente.					
<u>Observação:</u>					

Opinião dos veículos de comunicação local Utilidade Pública: Considero que este veículo:	Concordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Neutro	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente
Presta serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, quando necessário.					
Respeita aos valores éticos e sociais da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade.					
Não é discriminatório em relação à raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social.					
Não abre espaço para o proselitismo de qualquer natureza na programação/conteúdo.					
Observa, nas suas programações opinativa e informativa, os princípios da pluralidade de opinião e de versão em matérias polêmicas, divulgando, as diferentes interpretações relativas à notícia.					

Opinião dos veículos de comunicação local Acesso: Considero que este veículo:	Concordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Neutro	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente
Permite a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.					
Dá a qualquer cidadão da comunidade beneficiada o direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à Direção responsável pela Rádio Comunitária.					

A N E X O S

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

D.O.U. de 20.2.1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.

§ 1º Entende-se por baixa potência o serviço de radiodifusão prestado a comunidade, com potência limitada a um máximo de 25 watts ERP e altura do sistema irradiante não superior a trinta metros.

§ 2º Entende-se por cobertura restrita aquela destinada ao atendimento de determinada comunidade de um bairro e/ou vila.

Art. 2º O Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá aos preceitos desta Lei e, no que couber, aos mandamentos da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, modificada pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e demais disposições legais. (Vide Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001)

Parágrafo único. O Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá ao disposto no art. 223 da Constituição Federal. (Vide Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001)

Art. 3º O Serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a:

I - dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

II - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;

III - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;

IV - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;

V - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

Art. 4º As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária atenderão, em sua programação, aos seguintes princípios:

I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;

II - promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;

III - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

IV - não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.

§ 1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza na programação das emissoras de radiodifusão comunitária.

§ 2º As programações opinativa e informativa observarão os princípios da pluralidade de opinião e de versão simultâneas em matérias polêmicas, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.

§ 3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à Direção responsável pela Rádio Comunitária.

Art. 5º O Poder Concedente designará, em nível nacional, para utilização do Serviço de Radiodifusão Comunitária, um único e específico canal na faixa de frequência do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

Parágrafo único. Em caso de manifesta impossibilidade técnica quanto ao uso desse canal em determinada região, será indicado, em substituição, canal alternativo, para utilização exclusiva nessa região.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de três anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 2002)

Art. 7º São competentes para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente constituídas e devidamente registradas, sediadas na área da

comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.

Parágrafo único. Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a explorar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

Art. 8º A entidade autorizada a explorar o Serviço deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º desta Lei.

Art. 9º Para outorga da autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, as entidades interessadas deverão dirigir petição ao Poder Concedente, indicando a área onde pretendem prestar o serviço.

§ 1º Analisada a pretensão quanto a sua viabilidade técnica, o Poder Concedente publicará comunicado de habilitação e promoverá sua mais ampla divulgação para que as entidades interessadas se inscrevam.

§ 2º As entidades deverão apresentar, no prazo fixado para habilitação, os seguintes documentos: I - estatuto da entidade, devidamente registrado;

II - ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada;

III - prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

IV - comprovação de maioria dos diretores;

V - declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o serviço;

VI - manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

§ 3º Se apenas uma entidade se habilitar para a prestação do Serviço e estando regular a documentação apresentada, o Poder Concedente outorgará a autorização à referida entidade.

§ 4º Havendo mais de uma entidade habilitada para a prestação do Serviço, o Poder Concedente promoverá o entendimento entre elas, objetivando que se associem.

§ 5º Não alcançando êxito a iniciativa prevista no parágrafo anterior, o Poder Concedente procederá à escolha da entidade levando em consideração o critério da representatividade, evidenciada por meio de manifestações de apoio encaminhadas por membros da comunidade a ser atendida e/ou por associações que a representem.

§ 6º Havendo igual representatividade entre as entidades, proceder-se-á à escolha por sorteio.

Art. 10. A cada entidade será outorgada apenas uma autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Parágrafo único. É vedada a outorga de autorização para entidades prestadoras de qualquer outra modalidade de Serviço de Radiodifusão ou de serviços de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como à entidade que tenha como integrante de seus quadros de sócios e de administradores pessoas que, nestas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para exploração de qualquer dos serviços mencionados.

Art. 11. A entidade detentora de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Art. 12. É vedada a transferência, a qualquer título, das autorizações para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Art. 13. A entidade detentora de autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária pode realizar alterações em seus atos constitutivos e modificar a composição de sua diretoria, sem prévia anuência do Poder Concedente, desde que mantidos os termos e condições inicialmente exigidos para a outorga da autorização, devendo apresentar, para fins de registro e controle, os atos que caracterizam as alterações mencionadas, devidamente registrados ou averbados na repartição competente, dentro do prazo de trinta dias contados de sua efetivação.

Art. 14. Os equipamentos de transmissão utilizados no Serviço de Radiodifusão Comunitária serão pré-sintonizados na frequência de operação designada para o serviço e devem ser homologados ou certificados pelo Poder Concedente.

Art. 15. As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária assegurarão, em sua programação, espaço para divulgação de planos e realizações de entidades ligadas, por suas finalidades, ao desenvolvimento da comunidade.

Art. 16. É vedada a formação de redes na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública e epidemias, bem como as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo definidas em leis.

Art. 17. As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária cumprirão tempo mínimo de operação diária a ser fixado na regulamentação desta Lei.

Art. 18. As prestadoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária poderão admitir patrocínio, sob a forma de apoio cultural, para os programas a serem transmitidos, desde que restritos aos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida.

Art. 19. É vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

Art. 20. Compete ao Poder Concedente estimular o desenvolvimento de Serviço de Radiodifusão Comunitária em todo o território nacional, podendo, para tanto, elaborar Manual de Legislação, Conhecimentos e Ética para uso das rádios comunitárias e organizar cursos de treinamento, destinados aos interessados na operação de emissoras comunitárias, visando o seu aprimoramento e a melhoria na execução do serviço.

Art. 21. Constituem infrações - operação das emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária:

I - usar equipamentos fora das especificações autorizadas pelo Poder Concedente;

II - transferir a terceiros os direitos ou procedimentos de execução do Serviço;

III - permanecer fora de operação por mais de trinta dias sem motivo justificável;

IV - infringir qualquer dispositivo desta Lei ou da correspondente regulamentação;

Parágrafo único. As penalidades aplicáveis em decorrência das infrações cometidas são:

I - advertência;

II - multa; e

III - na reincidência, revogação da autorização.

Art. 22. As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária operarão sem direito a proteção contra eventuais interferências causadas por emissoras de quaisquer Serviços de Telecomunicações e Radiodifusão regularmente instaladas, condições estas que constarão do seu certificado de licença de funcionamento.

Art. 23. Estando em funcionamento a emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária, em conformidade com as prescrições desta Lei, e constatando-se interferências indesejáveis nos demais Serviços regulares de

Telecomunicações e Radiodifusão, o Poder Concedente determinará a correção da operação e, se a interferência não for eliminada, no prazo estipulado, determinará a interrupção do serviço.

Art. 24. A outorga de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária fica sujeita a pagamento de taxa simbólica, para efeito de cadastramento, cujo valor e condições serão estabelecidos pelo Poder Concedente.

Art. 25. O Poder Concedente baixará os atos complementares necessários à regulamentação do Serviço de Radiodifusão Comunitária, no prazo de cento e vinte dias, contados da publicação desta Lei.

Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 27. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 19 de fevereiro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Publicado D.O.E.
Em 23.11.2007

DECRETO Nº 10.592 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2007

Cria o Grupo de Trabalho de Políticas Públicas de Comunicação Social - GT Comunicação - para acompanhamento e sistematização da discussão e elaboração de Proposta de Políticas Públicas de Comunicação Social para a realização da I Conferência Estadual de Comunicação Social do Governo da Bahia.

O VICE-GOVERNADOR, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica instituído o Grupo de Trabalho de Políticas Públicas de Comunicação Social - GT Comunicação - para preparar, acompanhar, e sistematizar a realização da I Conferência Estadual de Comunicação Social do Governo da Bahia, ao efeito de formular proposta de políticas públicas de comunicação social.

Art. 2º - O Grupo de Trabalho será composto por:

I - três representantes titulares do segmento dos trabalhadores e entidades sindicais na área de comunicação social no âmbito estadual, e seus respectivos suplentes;

II - dois representantes titulares do segmento empresarial de comunicação social no âmbito estadual, e seus respectivos suplentes;

III - três representantes titulares do segmento de organizações não-governamentais e/ou associações profissionais nas áreas de comunicação social, e seus respectivos suplentes;

IV - três representantes titulares do segmento das instituições de formação acadêmica e pesquisa na área de comunicação social no âmbito estadual, federal e privado, e seus respectivos suplentes;

V - três representantes titulares do Poder Executivo Estadual da área de comunicação social, e seus respectivos suplentes;

VI - um representante titular do Poder Legislativo Estadual na área de comunicação social, e seu respectivo suplente;

§ 1º - A coordenação do Grupo será realizada pela Assessoria Geral de Comunicação - AGECOM.

§ 2º - Os integrantes do Grupo de Trabalho serão designados mediante ato da Secretária da Casa Civil.

§ 3º - Poderão ser convidadas a participar, eventualmente e sempre que necessário, pessoas e instituições que possam contribuir com o desenvolvimento do Grupo de Trabalho.

§ 4º - Os membros do Grupo de Trabalho não receberão nenhuma gratificação para o seu exercício, considerando que se trata de trabalho de relevância pública.

Art. 3º - Caberá ao Grupo de Trabalho:

I - discutir e aprovar o regimento interno;

II - apresentar um anteprojeto para a realização da I Conferência Estadual de Comunicação Social do Governo da Bahia;

III - contribuir para a mobilização, elaboração de cronograma e divulgação das discussões com a sociedade;

IV - sistematizar o resultado dos trabalhos desenvolvidos na preparação e acompanhamento da Conferência;

V - produzir e acompanhar a elaboração final da proposta de políticas públicas de comunicação social resultado da I Conferência Estadual de Comunicação Social do Governo da Bahia.

Art. 4º - O Grupo de Trabalho será extinto após a realização da I Conferência Estadual de Comunicação Social do Governo da Bahia.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 22 de novembro de 2007.

EDMUNDO PEREIRA SANTOS
Governador, em exercício

Eva Maria Cella Dal Chiavon
Secretária da Casa Civil

IDS e IDE - Notas Metodológicas

A metodologia de cálculo dos Indicadores Econômicos e Sociais dos municípios baianos envolve uma série de variáveis econômicas, sociais e de infraestrutura cujo agrupamento, de acordo com as suas naturezas, gera o que se define neste trabalho como Índice de Desenvolvimento Econômico e Índice de Desenvolvimento Social.

Para a elaboração desses cálculos e, conseqüentemente a construção desses Índices, utilizou-se o método dos escores padronizados por se tratar de um método que permite a comparação dos indicadores entre si e em relação à média estadual, e por permitir um acompanhamento da evolução do comportamento de cada indicador, através dos anos, para cada um dos municípios.

Segundo este método, os municípios foram classificados em ordem decrescente em cada Índice, obtido através da média geométrica dos escores padronizados de cada um deles. O escore padronizado de cada indicador referente aos municípios foi calculado utilizando a seguinte fórmula:

$$Ep = \left(\frac{(Eb - Em)}{S} \cdot 100 \right) + 5000$$

Ep = Escore padronizado no indicador

Eb = indicador do município

Em = valor médio dos indicadores

S = Desvio padrão do indicador

Com a adoção da média de 5000 tem-se uma amplitude de escala onde todos os municípios podem ser diferenciados um do outro, evitando a superposição dos índices, o que acontece quando do uso de uma escala de amplitude limitada.

Em decorrência deste ajuste metodológico, não se recomenda a comparação entre os Índices de 1994, 1996 e os do presente trabalho.

IDE - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O IDE - Índice de Desenvolvimento Econômico é constituído dos seguintes indicadores:

INF - Índice de Infraestrutura

IQM - Índice de Qualificação da Mão-de-obra

IPM - Índice de Produto Municipal

sendo definido pela expressão

$$IDE = \sqrt[3]{INF \cdot IQM \cdot IPM}$$

IDS - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O Índice de Desenvolvimento Social é composto dos seguintes Índices:

INS - Índice do Nível de Saúde

INE - Índice do Nível de Educação

ISB - Índice da Oferta de Serviços Básicos

IRMCH - Índice da Renda Média dos Chefes de Família

Sendo definido pela expressão:

$$IDS = \sqrt[4]{INS \cdot INE \cdot ISB \cdot IRMCH}$$

INF - ÍNDICE DE INFRA-ESTRUTURA

Este índice é calculado tomando-se como base as seguintes variáveis:

Consumo total de energia elétrica;

Terminais telefônicos em serviço;

Estabelecimentos bancários em funcionamento;

Estabelecimentos comerciais e de serviços;
e definido pela expressão

$$INF = \sqrt[4]{EEN \cdot TEL \cdot BAN \cdot ECS}$$

Para o cálculo dos Índices utilizou-se:

EEN - Consumo total de energia elétrica para cada 1000 habitantes

TEL - Total de terminais telefônicos em serviço para cada 1000 habitantes

BAN - Total de estabelecimentos bancários em funcionamento para cada 1000 habitantes

ECS - Total de estabelecimentos comerciais e de serviços para cada 1000 habitantes

IQM - ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA

Este Índice é calculado tomando-se como base o nível de escolaridade dos trabalhadores do setor formal, por município, utilizando-se o cadastro da RAISMTE, agrupado da seguinte forma:

Analfabeto

4ª série incompleta

4ª série completa

8ª série incompleta

8ª série completa e nível médio incompleto

Nível médio completo e superior incompleto

Superior completo.

Está definido pela expressão

$$IQM = \sqrt[3]{\prod_{i=1}^2 G_i}$$

constituído pelos coeficientes:

- Trabalhadores de cada nível de escolaridade em relação ao total de trabalhadores, por município;

- Trabalhadores em relação ao total da população por município.

Sendo assim, o Índice de qualificação da mão-de-obra é definido pela seguinte expressão:

IPM - ÍNDICE DE PRODUTO MUNICIPAL

A variável utilizada para obtenção deste Índice é a estimativa da Renda ou Produto Municipal, calculada através do rateio do PIB estadual aos municípios. Para isso, aplica-se uma estrutura de ponderação obtida através de variáveis próprias de cada setor econômico, por município, como segue:

Setor Agropecuário

Valor Bruto da Produção Agrícola, da Silvicultura e Extrativa

Vegetal, da Pesca, leite e mel

Efetivos dos rebanhos

Avicultura

Pesca

Setor Industrial

Consumo total de energia elétrica

Consumo industrial de energia elétrica

Número de trabalhadores formais na construção civil

Economias Faturadas de água tratada

Setor de Comércio e Serviços

Consumo comercial de energia elétrica

Consumidores de energia elétrica residenciais e do poder público

Número de veículos cadastrados

Número de terminais telefônicos em serviço

Número de trabalhadores formais nos serviços

Setor Financeiro

Valor agregado de todos os outros setores econômicos.

INS - ÍNDICE DO NÍVEL DE SAÚDE

O Índice do Nível de Saúde (INS) é calculado através dos seguintes coeficientes:

- Ocorrência de doenças de notificação obrigatória (reduzíveis por saneamento e imunização) para cada 100 mil habitantes;
- Número de óbitos por sintomas, sinais e afecções mal definidos, em relação ao total de óbitos.
- Número de profissionais de saúde para cada 1000 habitantes.
- Número de estabelecimentos de saúde para cada 1000 habitantes.
- Doses de vacinas aplicadas em cada 1000 habitantes.
- Número de leitos para cada 1000 habitantes;

sendo definido pela expressão:

$$INS = \sqrt[6]{\prod_{i=1}^6 W_i}$$

INE- ÍNDICE DO NÍVEL DE EDUCAÇÃO

O Índice do Nível de Educação (INE) é calculado através das matrículas do ensino formal do pré-escolar ao nível superior.

Os coeficiente foram calculados dividindo-se o número de matrículas iniciais de cada nível e escolaridade pelo total da população por município.

Sendo definido pela expressão:

$$INE = \sqrt[4]{\prod_{i=1}^4 A_i}$$

ISB - ÍNDICE DOS SERVIÇOS BÁSICOS

Índice dos Serviços Básicos é composto de:

- Índice do consumo residencial de energia elétrica, resultante dos coeficientes
- Consumo residencial de energia elétrica em relação ao total de consumidores residenciais e
- consumo residencial de energia elétrica em relação ao total da população.
- Índice de consumo de água tratada que é calculado através do coeficiente economias faturadas em relação ao total da população,

sendo definido pela expressão:

$$ISB = \sqrt[2]{\prod_{i=1}^2 K_i}$$

IRMCH- ÍNDICE DA RENDA MÉDIA DOS CHEFES DE FAMÍLIA

Este Índice é obtido através da informação censitária de renda média dos chefes de família, por município.

Fonte: SEI, 2010.

CRÉDITOS DA AUTORA

Mariana Machado de Oliveira Sá é bacharela em Comunicação Social com Habilitação em Comunicação e Propaganda – Universidade Católica do Salvador em 1999.

Atua desde 2002, como Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Governo do Estado da Bahia. Até 2007 exerceu suas atividades na Secretaria do Planejamento, nas Superintendências de Planejamento Estratégico, integrando as equipes de elaboração de políticas de combate à pobreza rural e urbana. Em seguida foi transferida para a Superintendência de Orçamento Público, compondo os grupos responsáveis pela programação e desenvolvimento orçamentário, focada nas secretarias da área social. Em 2005, passou a integrar a Superintendência de Gestão e Avaliação, como parte da equipe responsável pelos Relatórios de Governo e por informações gerenciais.

Em 2007, iniciou novas atividades junto à Casa Civil, servindo à Coordenação Executiva de Propaganda da Assessoria Geral de Comunicação Social, tendo sido membro de duas comissões de licitação para escolha das agências de publicidade de todas as secretarias de governo.

Foi Coordenadora Administrativa e Financeira por um ano e passou a assessorar o Assessor Geral, função que desempenha desde 2009, tendo participado da organização da 1ª Conferência Estadual de Comunicação Social e da etapa baiana da 1ª Conferência Nacional de Comunicação Social; e da equipe de estudos para a criação do Conselho Estadual de Comunicação, bem como do processo de transformação da Assessoria Geral em Secretaria de Estado.